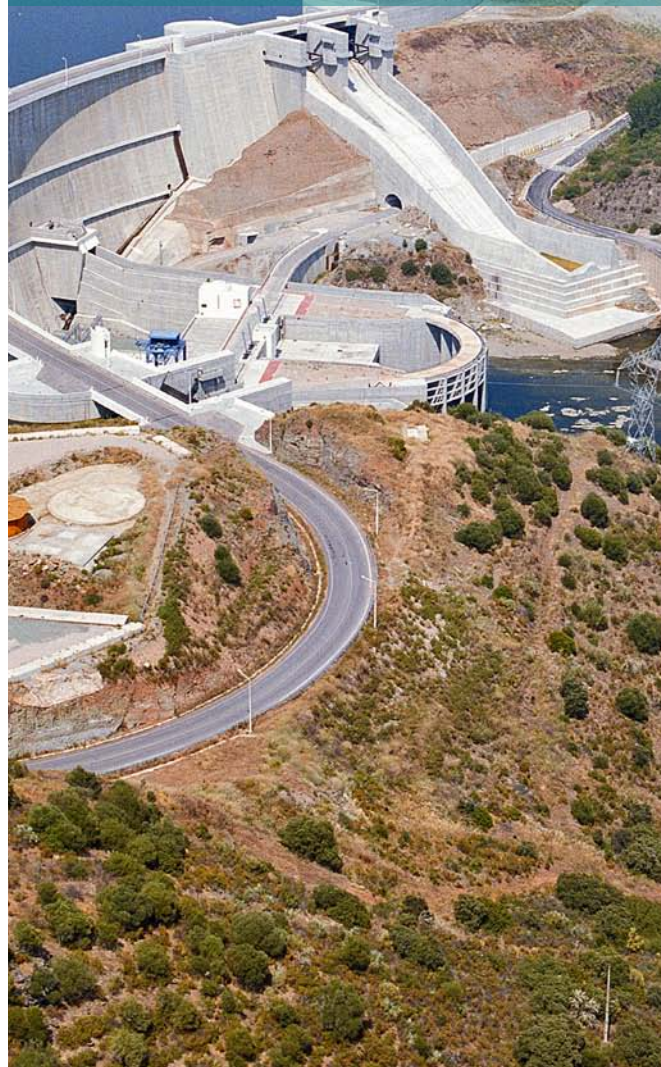




Alentejo | Análise Regional

**25 Anos de
Coesão e
Desenvolvimento
no Alentejo**
Tendências e Mudanças

Junho 2011



Ficha Técnica

Propriedade:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Director:

João de Deus Cordovil

Directora Executiva:

Paula Nobre de Deus

Conselho Editorial:

Armando Marques
Fátima Bacharel
Figueira Antunes
Lina Jan
Paula Nobre de Deus

Conselho Redactorial:

Lília Fidalgo
Mário Simões
Nuno Amado

Concepção Gráfica e Paginação:

Divisão de Informação e Informática

Colaboraram neste número:

Ângelo de Sá
Bento Rosado
Carlos Beato
Fátima Bacharel
Helena Azevedo
Henrique Troncho
Jorge Pulido Valente
Lídia Sequeira

Luis Cavaco
Maria João Alface
Mário Simões
Paulo Areosa Feio
Paulo Silva
Rui Fiolhais
Rui Nabeiro

Tradução:

António Sáez Delgado

Capa:

Barragem de Alqueva - Foto EDIA

Fotografias:

Arquivo CCDR Alentejo

Impressão e Acabamento:

Corlito-Centro Técnico de Artes Gráficas, Unipessoal

Tiragem: 1000 ex.

ISSN: 0872-3338

Depósito Legal: 22 133 / 88

Edição: Junho 2011

Edifício da CCDR Alentejo





Rio Mira - Odemira

- 4**
Editorial
- 6**
Opinião
- 10**
Cooperação estratégica para o desenvolvimento regional
- 18**
QREN Programas Operacionais Temáticos 2007/2013
- 28**
Impacto dos fundos comunitários no desenvolvimento local
- 44**
Agricultura: motor de desenvolvimento do Alentejo
- 52**
O apoio comunitário e o poder local no Alentejo
- 56**
Impacto dos fundos comunitários na dinâmica empresarial da Região Alentejo
- 60**
Alentejo um território em mudança
- 64**
Investimentos
- 72**
Política de cidades
- 80**
Cooperação transfronteiriça
- 92**
Alentejo, a nossa escolha



João Cordovil - Presidente da CCDR Alentejo e Presidente da Comissão Directiva do PO Alentejo 2007-2013

Elegemos como tema central deste número da revista a reflexão sobre “25 Anos de Coesão e Desenvolvimento no Alentejo”, tendo por referência a data da adesão de Portugal à União Europeia (1986) bem como as transformações entretanto ocorridas na nossa região.

A evolução registada nas últimas décadas traduziu-se em grandes melhorias no domínio das infra-estruturas básicas, nas acessibilidades e na qualificação dos aglomerados urbanos. Registou-se, igualmente, uma alteração significativa dos níveis de habilitações literárias, de qualificação profissional da população activa, ou de acesso a cuidados de saúde e de apoio social. Em todos estes domínios, as políticas públicas contaram com o contributo relevante dos fundos estruturais europeus

Os diferentes Programas que integram o QREN (2007/2013), e em particular o Programa Regional – Inalentejo, dão continuidade aos apoios ao investimento no domínio das infra-estruturas públicas e atribuem, por outro lado, particular prioridade aos apoios directos à qualificação dos recursos humanos, aos investimentos das empresas ou ainda ao reforço das infra-estruturas científicas e tecnológicas.

Deparamos hoje com grandes desafios, suscitados pela alteração da base produtiva regional num quadro de “economia aberta e global”. O desenvolvimento de actividades sustentáveis e competitivas é essencial para a região, como suporte da criação de emprego e de riqueza e da fixação de pessoas. É neste contexto que efectuamos um balanço de 25 anos de aplicação da política de coesão, balanço sem dúvida positivo, mas ao mesmo tempo exigente quanto à necessidade de adaptação profunda das políticas públicas.

Hemos elegido como tema central de este número de la revista la reflexión sobre los “25 Años de Cohesión y Desarrollo en el Alentejo”, teniendo como referencia la fecha de adhesión de Portugal a la Unión Europea (1986) así como las transformaciones que han sucedido mientras tanto en nuestra región.

La evolución registrada en las últimas décadas se ha traducido en grandes mejoras en el dominio de las infraestructuras básicas, en las accesibilidades y en la cualificación de núcleos urbanos. De la misma forma, se ha registrado una alteración significativa de los niveles de formación académica, de cualificación profesional de la población activa o de acceso a los ciudadanos a la salud o al apoyo social. En todos estos campos, las políticas públicas contaron con la importantísima contribución de los fondos estructurales europeos.

Los diferentes programas que integran el QREN (2007/2013), y especialmente el Programa Regional Inalentejo, dan continuidad a los apoyos, a la inversión en el dominio de las infraestructuras públicas y atribuyen, por otro lado, especial prioridad a los apoyos directos a la cualificación de los recursos humanos, a las inversiones de las empresas o también al refuerzo de las infraestructuras científicas y tecnológicas.

Hoy nos encontramos con grandes retos, suscitados por la alteración de la base productiva regional en un marco de “economía abierta y global”. El desarrollo de actividades sostenibles y competitivas es esencial para la región, como soporte de la creación de empleo y de riqueza y de la fijación de personas. En este contexto es en el que efectuamos un balance de 25 años de aplicación de la política de cohesión, balance sin duda positivo, pero al

Convidámos a darem o seu contributo para esta reflexão diferentes actores e observadores qualificados. Devo destacar e agradecer a diversidade de contributos que recebemos, envolvendo pessoas que exerceram ou exercem responsabilidades de gestão e monitorização, ao nível nacional ou regional, no âmbito de programas associados à aplicação dos fundos estruturais europeus. Contámos ainda com a visão de entidades beneficiárias dos programas, desde as empresas às autarquias locais, neste caso, recolhendo a opinião dos Presidentes das Comunidades Intermunicipais.

O leque de contributos surge enriquecido por entrevista ao Ministro da Agricultura, António Serrano, na certeza que temos de recentrar o papel da agricultura no desenvolvimento do Alentejo e de Portugal, ou ainda pelo artigo de opinião de Ignacio Sánchez Amor (Presidente Comisión Asuntos Europeos Parlamento de Extremadura), ambos com uma visão de exigência e de interpelação à mudança.

Incluímos novamente a secção “Alentejo a nossa Escolha”, dando voz a protagonistas que nos contam da sua opção de viver e trabalhar no Alentejo visitámos os empreendedores Teresa e Estevão de Moura (Quinta Alfazema) e o cartoonista Luís Afonso.

A publicação deste segundo número da revista concretiza o compromisso que assumimos no início de 2010 e inscreve-se no desígnio que consideramos essencial para a CCDR Alentejo, de criar espaços de reflexão aberta e partilhada sobre as opções de desenvolvimento e o sentido de adaptação das políticas públicas ao nível regional.

Mantemos a opção pela edição bilingue, simbolizando a importância que atribuímos à cooperação com as Regiões vizinhas de Espanha: Andaluzia e Estremadura. ■

João de Deus Cordovil

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e Presidente da Comissão Directiva do PO Alentejo 2007-2013

mismo tiempo término exigente en cuanto a la necesidad de adaptación profunda de las políticas públicas.

Invitamos a contribuir en esta reflexión a diferentes actores y observadores cualificados. Debo destacar y agradecer la diversidad de las contribuciones que recibimos, involucrando a personas que han ejercido o ejercen responsabilidades de gestión y monitorización, a nivel nacional o regional, en el campo de programas asociados a la aplicación de los fondos estructurales europeos. Contamos también con la visión de entidades que se han beneficiado de los programas, dese las empresas a las autarquías locales, en este caso recogiendo la opinión de los presidentes de las Comunidades Intermunicipales.

El abanico de contribuciones se enriquece con entrevistas al Ministro de Agricultura, António Serrano, con la certeza de que tenemos que resituar el papel de la agricultura en el desarrollo del Alentejo y de Portugal, o por el artículo de opinión de Ignacio Sánchez Amor (Presidente de la Comisión de Asuntos Europeos del Parlamento de Extremadura), ambos con una visión de exigencia y de interpelación al cambio.

Incluimos de nuevo la sección “Alentejo a nossa Escolha”, dándole voz a protagonistas que nos cuentan su elección de vivir y trabajar en el Alentejo; visitamos a los emprendedores Teresa y Estevão de Moura (Quinta Alfazema) y al caricaturista Luis Afonso.

La publicación de este segundo número de la revista lleva a cabo el compromiso que asumimos a principios del 2010, y se inscribe en el designio que nos parece esencial para la CCDR Alentejo, de crear espacios de reflexión abierta y compartida sobre las opciones de desarrollo y el sentido de adaptación de las políticas públicas a nivel regional.

Mantenemos la opción de la edición bilingüe, simbolizando así la importancia que le damos a la cooperación con las regiones vecinas de España: Andalucía y Extremadura ■

João de Deus Cordovil

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e Presidente de la Comissão Directiva do PO Alentejo 2007-2013



Paulo Areosa Feio - Coordenador do Observatório do QREN

A Política de Coesão pós-2013: um teste para a União Europeia, um desafio para as regiões

1. De volta aos princípios da Coesão Económica, Social e Territorial

A discussão sobre as Perspectivas Financeiras para o período 2014-2020 e sobre a configuração futura de políticas comunitárias tão relevantes como a Política de Coesão ou a Política Agrícola Comum desenvolve-se em passo acelerado.

O processo de revisão do orçamento foi lançado pela Comissão Europeia (COM) em 2007 e, desde então, muito se tem escrito e debatido sobre a matéria. Algumas instituições comunitárias e diversos Estados-membros deram a conhecer, sobretudo durante o ano de 2010, as suas posições sobre estas matérias, tanto individualmente como de forma agregada. O Relatório Barca¹ e, posteriormente, o 5.º Relatório da Coesão associado a um processo de consulta pública à escala comunitária introduziu algum dinamismo nas discussões formais, mas será ao longo deste ano de 2011, após a apresentação pela COM da sua proposta de Perspectivas Financeiras (prevista para o final desta Primavera) que a discussão formal atingirá um ritmo muito elevado e que as posições dos Estados-membros, em particular dos que mais contribuem para o orçamento, serão conhecidas na sua verdadeira dimensão.

Antecipar possíveis resultados das negociações, que se antevêm particularmente complexas, constitui um exercício muito arriscado. As perspectivas dos analistas abrangem um imenso espectro de possibilidades, dos

La Política de Cohesión post 2013: un examen para la Unión Europea, un desafío para las regiones

1. De vuelta a los principios de Cohesión Económica, Social y Territorial

La discusión sobre las Perspectivas Financieras para el periodo 2014-2020 y sobre la futura configuración de políticas comunitarias tan relevantes como la Política de Cohesión o la Política Agrícola Común se desarrolla a paso acelerado.

El proceso de revisión del presupuesto fue lanzado por la Comisión Europea (COM) en 2007 y desde entonces se ha escrito y debatido mucho sobre el tema. Algunas instituciones comunitarias y diversos estados miembros dieron a conocer, sobre todo durante el año 2010, sus posiciones sobre estas materias, tanto a nivel individual como de forma agregada. El Relatório Barca¹ y, posteriormente, el 5.º Relatório da Coesão, asociado a un proceso de consulta pública a escala comunitaria, introdujo algún dinamismo en las discusiones formales, pero será a lo largo de este año, 2011, tras la presentación por la COM de su propuesta de Perspectivas Financieras (previstas para finales de esta primavera) cuando la discusión formal adquiera un ritmo muy elevado y cuando las posiciones de los estados miembros, en particular de los que más contribuyen al presupuesto, serán conocidas en su verdadera dimensión.

Anticipar posibles resultados de las negociaciones, que se prevén particularmente complejas, constituye un ejercicio muy arriesgado. Las perspectivas de los analistas abarcan un imenso espectro de posibilidades, desde los

que prognosticam mudanças significativas (essencialmente no plano orçamental) aos que apostam em que tudo ficará na mesma, mesmo que algo pareça mudar.

Mas uma coisa parece certa: num contexto marcado pela profunda e multifacetada crise que abala o espaço europeu, o resultado destas negociações não deixará de constituir um autêntico teste à vitalidade do próprio projecto de construção europeia.

A Política de Coesão é um pilar essencial do projecto europeu, enquanto expressão da dimensão da solidariedade entre Estados-membros e territórios com diferentes níveis de desenvolvimento. Em certo sentido, é também o necessário contra-peso à construção do mercado único, sabendo-se – como se sabe – que este não é neutro do ponto de vista da geografia dos seus efeitos.

Vale a pena recordar que o compromisso comunitário de assegurar um “desenvolvimento harmonioso através da redução das diferenças existentes entre as diversas regiões e do atraso das regiões menos favorecidas”, eloquentemente expresso, remonta ao Tratado de Roma. Mas só na década de 70, com a criação da Política Regional, foram implementados os mecanismos necessários para concretizar os objectivos expressos no Tratado², e apenas com a reforma Delors, no final da década de 80 (com vista a garantir que os quatro países mais tarde apelidados de países da coesão se comprometiam com o Mercado Único), assumiu a relevante expressão financeira que ainda hoje detém.

Mesmo tendo presente que as discussões sobre o orçamento plurianual da União e sobre a configuração da Política de Coesão e dos Fundos Estruturais que a corporizam são politicamente moldadas, em resultado de tensões em que a dimensão dos interesses nacionais se confronta, e por vezes transcende, a das suas finalidades, não é demais sublinhar o seu intrínseco interesse substancial. Desde logo, é a política que os cidadãos europeus mais reconhecem e a que atribuem maior valor.

Os debates em curso e as negociações que este ano se desenvolverão permitirão aferir em que medida a evidência dos resultados ou a bondade consensualmente atribuída dos seus objectivos vingarão, quando as propostas concretas virem a luz do dia. Da dimensão do próprio orçamento comunitário à proporção das transferên-

que pronostican cambios significativos (esencialmente en el plano de los presupuestos) hasta los que apuestan que todo quedará igual, aunque parezca que cambia algo.

Pero una cosa parece segura: en un contexto marcado por la profunda y multifacética crisis que afecta al espacio europeo, el resultado de estas negociaciones no dejará de constituir un auténtico examen a la vitalidad del propio proyecto de construcción europea.

La Política de Cohesión es un pilar esencial del proyecto europeo, en cuanto expresión de la dimensión de la solidaridad entre estados miembros y territorios con diferentes niveles de desarrollo. En cierto sentido, es también el necesario contrapeso a la construcción del mercado único, sabiéndose, como se sabe, que éste no es neutro desde el punto de vista de la geografía de sus efectos.

Vale la pena recordar que el compromiso comunitario de asegurar un “desarrollo armonioso a través de la reducción de las diferencias existentes entre las diferentes regiones y del atraso de las regiones menos favorecidas”, elocuentemente expresado, se remonta al Tratado² de Roma. Pero ya en la década de los 70, con la creación de la Política Regional, se implementaron los mecanismos necesarios para concretar los objetivos expresados en el Tratado, y con la reforma Delors, a finales de la década de los 80 (con la intención de garantizar que los cuatro países más tarde apodados países de la cohesión se comprometían con el Mercado Único), asumió la relevante expresión financiera que aún hoy tiene.

Incluso teniendo presente que las discusiones sobre el presupuesto plurianual de la Unión y sobre la configuración de la Política de Cohesión y de los Fondos Estructurales que la corporizan son moldeadas políticamente como resultado de tensiones en que la dimensión de los intereses nacionales se enfrenta, y a veces trasciende, a las de sus finalidades, no está de más subrayar su intrínseco interés sustancial. Desde el principio es la política que los ciudadanos europeos reconocen más y a la que atribuyen mayor valor.

Los debates en curso y las negociaciones que este año se van a desarrollar permitirán evaluar en qué medida la evidencia de los resultados o la voluntad consensualmente atribuida de sus objetivos conseguirán sus lo-

cias líquidas entre territórios mais e menos favorecidos no processo de produção e acumulação de riqueza. Da prioridade concedida às políticas activas de estímulo ao crescimento e ao emprego ao papel atribuído às regiões e aos seus actores institucionais na definição das suas trajectórias de desenvolvimento.

2. As regiões e a política regional: tomar o desafio nas mãos

A Estratégia Europa2020, designação com que o Conselho Europeu baptizou a estratégia de desenvolvimento que substituiu a base programática que transportava o nome da capital portuguesa, define as três prioridades que formalmente balizariam as políticas comunitárias e a reforma do orçamento: crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Embora todas as políticas comunitárias devam contribuir para os objectivos gerais consagrados na EU2020 e, em particular, para as suas metas mais emblemáticas, à Política de Coesão e à utilização da sua componente financeira, sobretudo nos Estados-membros em que os recursos disponíveis são relevantes, foi imputada uma responsabilidade especial na concretização dessas metas.

É esta a outra faceta do contexto em que decorre a configuração do próximo ciclo de programação dos Fundos Estruturais e de Coesão. Regressam, com renovada centralidade, debates antigos em torno da importância da programação estratégica, da concentração temática, da simplificação e do enfoque no desempenho das políticas, obtido nomeadamente através de mecanismos de condicionalidade ou de incentivo (em que a atribuição de Fundos fica dependente da capacidade de evidenciar resultados).

A posição portuguesa, expressa por ocasião da consulta pública sobre o 5.º Relatório da Coesão, constatando o consenso em torno do princípio genérico de alinhamento dos Fundos (o futuro QREN) com os objectivos da EU2020 e com os Programas Nacionais de Reformas que lhe estão associados, não deixou de sublinhar a importância de levar em devida conta as realidades nacionais e regionais na definição concreta das estratégias e programas de desenvolvimento, quando está ainda por explorar a viabilidade de adaptar um macro-quadro es-

gros cuando las propuestas concretas vean la luz del día. Desde la dimensión de propio presupuesto comunitario hasta la proporción de las transferencias líquidas entre los territorios más y menos favorecidos en el proceso y acumulación de riqueza. Desde la prioridad concedida a las políticas activas de estímulo al crecimiento y al empleo hasta el papel atribuido a las regiones y a sus actores institucionales en la definición de sus trayectorias de desarrollo.

2. Las regiones y la política regional: coger entre manos el reto.

La Estrategia Europa 2020, designación con la que el Consejo Europeo bautizó la estrategia de desarrollo que sustituyó la base programática que transportaba el nombre de la capital portuguesa, define las tres prioridades que formalmente balizarían las políticas comunitarias y la reforma del presupuesto: crecimiento inteligente, sostenible e inclusivo.

Aunque todas las políticas comunitarias deban contribuir a los objetivos generales consagrados en la EU2020 y, en particular, a sus metas más emblemáticas, a la Política de Cohesión y a la utilización de su componente financiero, sobre todo en los estados miembros en los que los recursos disponibles son relevantes, fue imputada una responsabilidad especial en la concretización de esas metas.

Ésta es la otra faceta del contexto en el que transcurre la configuración del próximo ciclo de programación de los Fondos Estructurales y de Cohesión. Regresan con renovada centralidad antiguos debates en torno a la importancia de la programación estratégica, a la concentración temática, a la simplificación y al enfoque en el desempeño de las políticas, obtenido principalmente a través de mecanismos de condicionalidad o de incentivo (en los que la atribución de Fondos pasa a depender de la capacidad de evidenciar resultados).

La posición portuguesa, expresada con ocasión de la consulta pública sobre el 5º Relatório da Coesión, constatando el consenso en torno al principio genérico de alineación de los Fondos (el futuro QREN) con los objetivos de la EU2020 y con los programas nacionales de reforma asociados, no dejó de subrayar la importancia de llevar en debida cuenta las realidades nacionales y regionales

tratégico a realidades tão distintas. Da mesma forma, sublinhou a necessidade de limitar o uso de condicionais externas, designadamente o uso das de carácter sancionatório, aos domínios de aplicação indiscriminada a todas as rubricas do orçamento da União. Pelo contrário, assumiu plena concordância com o uso de condicionalidades internas, isto é, as que estão associadas à concretização dos objectivos definidos.

Potenciar o papel das instâncias de governação aos diferentes níveis na definição programática e assumir plenamente o compromisso com os resultados, são faces de uma mesma perspectiva: a de verdadeiros contratos de desenvolvimento, a que os Estados-membros e as suas regiões seriam chamados a preparar e a pôr em marcha.

Eis um óptimo desafio a que as entidades regionais, da Administração Central desconcentrada e da Administração Local, e os parceiros económicos e sociais se poderiam e se deveriam, desde já, lançar. A Política de Coesão merece, por aquilo que continua a proporcionar aos diversos territórios da União e aos cidadãos europeus, ser considerada como um dos principais instrumentos ao serviço da “coesão económica, social e territorial” no quadro dos 27. Defender esse património exige que consigamos vencer esse desafio, simultaneamente no terreno da negociação e no terreno da aplicação das políticas públicas ■

Paulo Areosa Feio

Coordenador do Observatório do QREN

¹ Fruto de um trabalho de grande fôlego encomendado pela Comissão Europeia a um grupo de peritos, liderado por Fabrizio Barca, foi publicado e apresentado em todos os 27 países em 2009.

² Pese embora a bondade das finalidades previstas no tratado, o processo político que conduziu a este desfecho não poderá ser dissociado das exigências do grupo de países que aderiu à CEE em 1973 (em particular, o Reino Unido), e que olhava a principal política de financiamento comunitário - a PAC - com expressivo desinteresse.

en la definición concreta de las estrategias y programas de desarrollo, cuando está aún por explorar la viabilidad de adaptar un macromarco estratégico a realidades tan distintas. De la misma forma, señaló la necesidad de limitar el uso de condicionamientos externos, principalmente el uso de las de carácter sancionable, a los dominios de aplicación indiscriminada a todas las firmas del presupuesto de la Unión. Por el contrario, asumió plena concordancia con el uso de condicionantes internos, es decir, los que están asociados a la concretización de los objetivos definidos.

Potenciar el papel de las instancias de gobernación a los diferentes niveles en la definición programática y asumir plenamente el compromiso con los resultados, son caras de una misma perspectiva: la de verdaderos contratos de desarrollo, para los que los estados miembros y sus regiones serían llamados para preparar y para poner en marcha.

He aquí un excelente reto al que las entidades regionales, de la Administración Central desconcentrada y de la Administración Local, y los socios económicos y sociales se podrían y se deberían, desde ya, lanzar. La Política de Cohesión, por aquello que continúa proporcionando a los diferentes territorios de la Unión y a los ciudadanos europeos, merece ser considerada como uno de los principales instrumentos al servicio de la “cohesión económica, social y territorial” en el marco de los 27. Defender ese patrimonio exige que consigamos vencer ese reto, simultáneamente en el terreno de la negociación y en el terreno de la aplicación de las políticas públicas ■

Paulo Areosa Feio

Coordinador del Observatorio del QREN

¹ Fruto de un trabajo de gran magnitud encomendado por la Comisión Europea a un grupo de expertos, liderado por Fabrizio Barca, fue publicado y presentado en todos los 27 países en 2009.

² A pesar de la bondad de las finalidades previstas en el tratado, el proceso político que condujo a este desenlace no podrá ser dissociado de las exigencias del grupo de países que se incorporó a la CEE en 1973 (en particular, el Reino Unido) y que contemplaba la principal política de financiación comunitaria - la PAC - con un expresivo desinterés.



João Cordovil - Presidente da CCDR Alentejo e Presidente da Comissão Directiva do PO Alentejo 2007-2013

A *nálise Regional* - Este número da Revista da CCDRA é sobre os 25 Anos de Coesão e Desenvolvimento no Alentejo, no seu entender que papel cabe à CCDRA no processo de desenvolvimento regional?

João Cordovil - Um aspecto que esta equipa da presidência considera nuclear no desempenho da CCDR Alentejo é o da coordenação e articulação de iniciativas no plano regional, envolvendo não apenas a administração des-centralizada do Estado, mas também outros agentes e instituições de natureza pública ou privada. É por esta razão que atribuímos primazia à Cooperação Estratégica para o desenvolvimento regional. Na base deste princípio de intervenção pretendemos estar na linha da frente, em conjunto com parceiros públicos e privados, na promoção de acções concretas que conduzam a uma maior afirmação das aspirações regionais, em particular no que respeita à concepção e aplicação das políticas públicas.

Segundo a visão da actual Equipa da Presidência, a afirmação institucional da CCDR Alentejo, como actor relevante de transformação e progresso para a Região, depende muito da qualidade do relacionamento que souber construir com as restantes instituições ou agentes públicos e privados, criando sinergias e actuando de forma pró-activa. Neste sentido, é nossa convicção que o Alentejo tem tudo a ganhar com uma CCDR Alentejo institucionalmente forte.

Na mesma linha de reflexão, defendo que a CCDR Alentejo não se deve remeter a um estatuto mitigado de simples executora de políticas públicas (embora as deva

A *nálisis Regional* - Este número de la revista de la CCDRA está dedicado a los 25 años de cohesión y desarrollo del Alentejo. ¿Cuál ha sido en su opinión el papel de la CCDRA en este proceso de desarrollo regional?

João Cordovil - Un aspecto que este equipo de Presidencia considera fundamental en el trabajo de la CCDRA es la coordinación y articulación de iniciativas en el plan regional, envolviendo no solo a la administración des-centralizada del Estado, sino también a otros agentes e instituciones de naturaleza pública o privada. Por esta razón concedemos un papel privilegiado a la cooperación estratégica para el desarrollo regional. En la base de este principio de intervención pretendemos estar en primera línea, en conjunto con socios públicos y privados, en la promoción de acciones concretas que conduzcan a una mayor afirmación de las aspiraciones regionales, en particular en lo que respecta a la concepción y aplicación de las políticas públicas.

Según la visión del actual equipo de Presidencia, la afirmación institucional de la CCDR Alentejo, como actor relevante de transformación y progreso para la región, depende mucho de la calidad de la relación que sepa construir con las restantes instituciones o agentes públicos y privados, creando sinergias y actuando de forma preactiva. En este sentido, tenemos la convicción de que el Alentejo tiene mucho que ganar con una CCDR Alentejo institucionalmente fuerte.

En esta misma línea, defiendo que la CCDR Alentejo no se debe remitir a un estatuto mitigado de simple ejecutora de políticas públicas (aunque las deba ejecutar con celo y sentido del servicio público), sino que deberá asumir

executar com zelo e sentido de serviço público), mas deverá assumir um papel activo e de liderança na reflexão e apresentação de propostas quanto à alteração das políticas públicas, principalmente em domínios onde exerce competências mais relevantes, de que são exemplos as políticas de ambiente, de ordenamento do território, ou da gestão de fundos comunitários associados à política de coesão.

A CCDR Alentejo deve cada vez mais assumir um papel preponderante na produção de conhecimento tecnicamente qualificado. Por exemplo, as responsabilidades que exercemos na gestão de fundos comunitários serão exercidas com maior qualidade e competência se tivermos uma visão estratégica e lúcida da região Alentejo.

AR - No final de 2010, quais eram os principais indicadores relativos ao desenvolvimento do INALENTEJO, ao nível de compromissos e de execução?

JC - A taxa de compromisso, correspondente apenas a operações aprovadas, era de 33% no final de 2009 e de 57,58 % no final de 2010. A taxa de execução situava-se em 3% no final de 2009 e em 10,8% no final de 2010.

As nossas previsões apontam para a possibilidade de se atingir uma taxa de execução de 30% no final de 2011 e no final de Março registávamos já um nível de execução no valor de 120,1 milhões de euros (FEDER), correspondendo a um acréscimo de 32% relativamente ao valor no final de 2010.

Para compreender a evolução destes indicadores é importante ter presente, entre outros factores, a circunstância de que o Programa Regional que vigorou no âmbito do QCAIII (“porAlentejo”) garantiu a elegibilidade de despesas até ao final de Junho de 2009, verificando-se assim um período considerável de sobreposição com o período de programação do INALENTEJO, que se iniciou a 1 de Janeiro de 2007.

Devo, ainda, esclarecer que a taxa de execução reflecte apenas a componente de despesa já validada no âmbito da Autoridade de Gestão, traduzindo de forma insuficiente o grau realização das operações aprovadas em termos da sua efectiva concretização. As indicações de que dispomos permitem-me afirmar, com segurança, que a realização efectiva das operações aprovadas ultrapassa, em elevado grau, a execução apurada em termos de despesa validada.

un papel activo y de liderazgo en la reflexión y presentación de propuestas en lo que se refiere a la alteración de las políticas públicas, principalmente en áreas en las que ejerce competencias más relevantes, de las que son ejemplo las políticas de ambiente, de ordenación del territorio o de la gestión de fondos comunitarios asociados a la política de cohesión.

La CCDR Alentejo debe asumir cada vez más un papel preponderante en la producción de conocimiento técnicamente cualificado. Por ejemplo, las responsabilidades que ejercemos en la gestión de fondos comunitarios serán ejercidas con mayor calidad y competencia si tenemos una visión estratégica y lúcida de la región Alentejo.

AR - A finales de 2010, ¿cuáles eran los principales indicadores del desarrollo del Inalentejo, en cuanto a compromisos de ejecución?

JC - La tasa de compromiso corresponde tan solo a operaciones aprobadas, y era del 33% a finales de 2009 y de 57,58% a finales de 2010. La tasa de ejecución se situaba en el 3% a finales de 2009 y en 10,8% a finales de 2010.

Nuestras previsiones indican la posibilidad de alcanzar una tasa de ejecución del 30% a finales de 2011 y a finales del mes de marzo registrábamos ya un nivel de ejecución por valor de 120,1 millones de euros (FEDER), correspondiendo a un aumento del 32% en relación a la cantidad de finales de 2010.

Para comprender la evolución de estos indicadores es importante tener presente, entre otros factores, la circunstancia de que el programa regional que entró en vigor en el contexto del QCAIII (“porAlentejo”) aseguró la disponibilidad de gastos hasta finales de junio de 2009, verificándose un periodo considerable de superposición con la del periodo de programación del Inalentejo, que empezó el 1 de enero de 2007.

Debo también aclarar que la tasa de ejecución refleja tan solo el componente de gasto ya validado dentro de la autoridad de gestión, traduciendo de forma insuficiente el grado realizado de las operaciones aprobadas en términos de su concretización efectiva. Las indicaciones de las que disponemos me permiten afirmar con seguridad que la realización efectiva de las operaciones aprobadas sobrepasa, con un grado alto, la ejecución prevista en términos de gasto validado.

En este sentido, es importante indicar que a finales de

Importa, a este propósito, referir que no final de 2010 a taxa de pagamento no âmbito do INALENTEJO era de 25%, traduzindo esta taxa a relação entre o montante global do FEDER comprometido nas operações aprovadas e o montante de pagamentos já efectuados.

A distribuição do montante FEDER aprovado e regionalizável por NUTIII era a seguinte, no final de 2010: Alentejo Central, 21,8%; Lezíria do Tejo, 20,4%; Alentejo Litoral, 19,8%; Baixo Alentejo, 19,2%; Alto Alentejo, 18,8%.

A distribuição do montante FEDER aprovado, por grupos de beneficiários, era na mesma data a seguinte: Administração Pública Local, 49,5%; Empresas Privadas, 27%; Administração Central, 18%; Entidades Privadas sem fins lucrativos, 5%; Instituições do Ensino Superior, 0,5%.

AR - Pode dar alguns exemplos das operações aprovadas de forma a ilustrar o impacto dos apoios concedidos?

JC - Posso dar exemplos muito directos e objectivos dos benefícios gerados.

- 220 Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento (no âmbito dos Sistemas de Incentivos);
- 26 Novas empresas apoiadas / start-up (no âmbito dos Sistemas de Incentivos);
- 12 Novas empresas apoiadas / star-up em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia;
- 3.346 Mil euros em investimento total apoiado de I&D;
- 51 Centros Escolares do 1º Ciclo e do Ensino Básico apoiados;
- 202 Kms de novas estradas e estradas a reabilitar / intervencionar e apoio à requalificação de duas infra-estruturas aeroportuárias;
- 46 Equipamentos de saúde, 10 equipamentos sociais, 10 equipamentos culturais requalificados.

AR - Quais as taxas de co-financiamento comunitário previstas para os projectos em 2011?

JC - As taxas de co-financiamento dos projectos abrangidos pelo Inalentejo são diferenciadas, em função dos Eixos dos Programas, dos Regulamentos Específicos e das tipologias de operações em que se enquadram.

2010 la tasa de pago en el contexto de Inalentejo era del 25%, traduciendo esta tasa la relación entre la cantidad global del FEDER comprometido en las operaciones aprobadas y la cantidad de pagos ya realizados.

La distribución del presupuesto FEDER aprobado y regionalizable por NUTIII era la siguiente, a finales de 2010: Alentejo Central, 21,8%; Vega del Tajo, 20,4%; Alentejo Litoral, 19,8%; Bajo Alentejo, 19,3%; Alto Alentejo, 18,8%.

La distribución del presupuesto FEDER aprobado por grupos de beneficiarios era en las mismas fechas la siguiente: administración pública local, 49,5%; empresas privadas, 27%; administración central, 18%; entidades privadas sin ánimo de lucro, 5%; instituciones de educación superior, 0,5%.

AR - ¿Puede darnos algunos ejemplos de las operaciones aprobadas para ilustrar mejor el impacto de los apoyos concedidos?

JC - Puedo dar ejemplos muy concretos y objetivos de los beneficios generados:

- 220 empresas beneficiarias de ayudas directas a la inversión (dentro de los Sistemas de Incentivos);
- 26 nuevas empresas apoyadas /start-up (dentro de los Sistemas de Incentivos);
- 12 nuevas empresas apoyadas /start-up en sectores intensivos en conocimiento y media-alta y alta tecnología;
- 3.346 mil euros en inversión total apoyado de I&D;
- 51 centros escolares de primer ciclo y de educación básica apoyados;
- 202 kilómetros de nuevas carreteras y carreteras en reforma/intervención y apoyo a la recalificación de dos infraestructuras aeroportuarias;
- 46 equipamientos de salud, 10 equipamientos sociales, 10 equipamientos culturales recalificados.

AR - ¿Cuáles son las tasas de cofinanciación previstas para los proyectos en 2011?

JC - Las tasas de cofinanciación de los proyectos incluidos en Inalentejo son diferentes en función de los ejes de los programas, de los reglamentos específicos y de las tipologías de operaciones en que se enmarcan.

De acordo recente entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios, traduzido em Memorando de Entendimento, resulta a possibilidade de co-financiamento de pedidos de reembolso apresentados em 2011, e em que sejam beneficiários os municípios ou entidades por eles participadas, com taxas que poderão atingir 85% do investimento elegível. Este acordo dá sequência a medidas anteriores, que vigoraram em 2009 e 2010, traduzidas no co-financiamento de operações à taxa de 80% (operações de iniciativa dos municípios ou ainda todas as integradas no âmbito da Política de Cidades, Eixo 2 do Programa - “Redes de Cidades para a Competitividade e Inovação” e “Programas de Regeneração Urbana”)

Devo assinalar que as taxas de co-financiamento que temos vindo a utilizar, em relação a muitas tipologias de operações, se situam claramente acima das taxas médias de co-financiamento previstas pela programação inicial.

Está em curso actualmente um processo de reprogramação técnica e financeira do Alentejo, que introduzirá alterações relevantes, nomeadamente nas taxas de co-financiamento, sendo expectável que as mesmas possam ser fixadas em valores médios de 85%, correspondendo assim ao que temos vindo a defender desde o início do nosso mandato.

AR - Que ligações e parcerias deve o Alentejo estabelecer com as Regiões vizinhas de Espanha, Andaluzia e Estremadura, e as empresas e Instituições lá localizadas?

JC - A CCDR Alentejo tem desde há muito tempo relações e parcerias estabelecidas e consolidadas com as regiões vizinhas da Estremadura (desde 1992) e com a Andaluzia (desde 1995), tendo assinado protocolos de cooperação com as respectivas Juntas Regionais, que permitiram de forma institucional e coordenada desenvolver uma série de projectos e de acções de cooperação, que se materializaram em primeiro lugar na constituição de um “Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças” nas administrações respectivas, para fomentar e facilitar a cooperação, intercâmbio e troca de experiências entre entidades e agentes económicos dos dois lados da fronteira.

Igualmente desde 1994, o Alentejo e os seus agentes económicos e instituições têm beneficiado de importantes apoios financeiros, no âmbito dos Programas de Iniciativa Comunitária INTERREG I, II, III e actualmente no âmbito do Programa Operacional de Cooperação

De un acuerdo entre el Gobierno y la Asociación Nacional de Municipios, traducido en un Memorando de Entendimiento, resulta la posibilidad de cofinanciación de peticiones de reembolso presentadas en 2011, y en los que son beneficiarios los municipios o entidades participados por ellos, con tasas que podrán alcanzar el 85% de la inversión. Este acuerdo responde a medidas anteriores, que entraron en vigor en 2009 y 2010, que se traducen en la cofinanciación de operaciones con la tasa de 80% (operaciones de iniciativa de los municipios o incluso todas las integradas dentro de la Política de Ciudades, eje 2 del programa “Redes de Ciudades para la Competitividad e Innovación” y “Programas de Regeneración Urbana”).

Debo también señalar que las tasas de cofinanciación que hemos venido utilizando, en relación a nuevas tipologías de operaciones, se sitúan claramente por encima de las tasas medias de cofinanciación previstas por la programación inicial.

Está en curso actualmente un proceso de reprogramación técnica y financiera del Alentejo, que introducirá alteraciones relevantes, principalmente en las tasas de cofinanciación, esperándose que estas puedan ser fijadas en torno al 85%, correspondiendo así a lo que hemos venido defendiendo desde el inicio de nuestro mandato.

AR - ¿Qué vínculos y colaboraciones debe establecer el Alentejo con las regiones vecinas de España, Andalucía y Extremadura, y con las empresas e instituciones ya localizadas?

JC - La CCDR Alentejo tiene desde hace mucho relaciones y asociaciones establecidas y consolidadas con las regiones vecinas de Extremadura (desde 1992) y con Andalucía (desde 1995), habiendo firmado protocolos de cooperación con sus respectivas Juntas regionales, que han permitido de forma institucional y coordinada el desarrollo de una serie de proyectos y de acciones de cooperación, que se han materializado en primer lugar en la constitución de un gabinete de Iniciativas Transfronteiriças en las respectivas administraciones, para fomentar y facilitar la cooperación, intercambio y transmisión de experiencias entre entidades y agentes económicos de ambos lados de la frontera.

También, desde 1994, el Alentejo y sus agentes económicos e institucionales se han beneficiado de importantes apoyos financieros en el ámbito de los programas de

Transfronteiriça Espanha – Portugal - POCTEP, para o desenvolvimento de projectos conjuntos, dos quais se destacam a organização de encontros empresariais com o envolvimento dos núcleos empresariais do Alentejo, ACOS, ADRAL – Agência de Desenvolvimento da Região Alentejo, bem como a infra-estruturação de alguns centros de negócios, de parques e recintos de feiras (Portalegre, Elvas, Moura, Estremoz, Serpa, Mértola entre outros), o apetrechamento de laboratórios e a integração de redes transfronteiriças de investigação e desenvolvimento.

Mais recentemente, em Setembro de 2009 e em Maio de 2010 foram criadas 2 Euro Regiões, respectivamente a Euro Região do Alentejo – Centro - Extremadura – EUROACE e a Euro Região do Alentejo – Algarve - Andaluzia – EUROAAA, ao abrigo da Convenção de Valença, fruto da cooperação desenvolvida na última década e que envolveu também as regiões do Centro e do Algarve.

A EUROACE tem já uma estratégia aprovada, (em sessão plenária realizada no passado dia 3 de Novembro em Mérida) denominada “Estratégia EUROACE 2020”, que resultou do trabalho de uma equipa conjunta e da colaboração e envolvimento de 16 Comissões Sectoriais com agentes das 3 regiões.

No que se refere à EUROAAA, está em curso a elaboração do Plano estratégico de cooperação e foi iniciada a consulta aos agentes, entidades e instituições regionais, no sentido de obter a sua participação e envolvimento na definição da estratégia para esta Euro Região.

AR - Qual o balanço geral que faz neste seu mandato como Presidente da CCDR Alentejo?

JC - O balanço que faço, em termos pessoais, é gratificante no sentido em que vivi um período de intensa aprendizagem, melhorei o conhecimento do Alentejo, contactei com muitas pessoas, na maior parte dos casos em representação de entidades regionais, procurando ouvir e estar atento a aspirações que me foram transmitindo. Quando assumi estas funções já tinha um bom conhecimento da CCDRA, da actividade que desenvolve e das características mais marcantes como organização de serviço público, mas naturalmente enriqueci essa visão com o exercício das funções de Presidente.

A Equipa da Presidência integra duas Vice-Presidentes, a nossa forma de dirigir tem sido colegial e actuamos com

Iniciativa Comunitaria INTERREG I, II y III, y actualmente en el ámbito del programa Operacional de Cooperación Transfronteriza España-Portugal (POCTEP), para el desarrollo de proyectos en conjunto, entre los que destacan la organización de encuentros empresariales con la colaboración de los núcleos empresariales de Alentejo, ACOS, ADRAL, Agencia de Desarrollo de la Región Alentejo, así como infraestructuras de algunos centros de negocios, de parques y recintos de ferias (Portalegre, Elvas, Moura, Estremoz, Serpa y Mértola, entre otros), el mejoramiento de laboratorios y la integración de redes transfronterizas de investigación y desarrollo.

Más recientemente, en septiembre de 2009 y en mayo de 2010 se crearon 2 Euro-Regiones, respectivamente la Euro Región Alentejo-Centro-Extremadura (EUROACE) y la Euro Región Alentejo-Algarve-Andalucía (EUROAAA), al abrigo de la convención de Valença, fruto de la cooperación desarrollada en la última década y que envolvió también a las regiones del Centro y Algarve.

EUROACE tiene ya una estrategia aprobada (en sesión plenaria realizada el pasado día 3 de noviembre en Mérida), denominada “Estrategia EUROACE 2020”, que resultó del trabajo de un equipo conjunto y de la colaboración y apoyo de 16 comisiones sectoriales con agentes de las 3 regiones.

En lo que se refiere a la EUROAAA, está en curso la elaboración del plan estratégico de cooperación y se inició la consulta a los agentes, entidades e instituciones regionales, con la intención de obtener su participación y apoyo en la definición de la estrategia para esta Euro-Región.

AR - ¿Cuál es su balance general como Presidente de la CCDR Alentejo?

JC - *El balance que hago, en términos personales, es gratificante en el sentido de que he vivido un periodo de intenso aprendizaje, he mejorado el conocimiento del Alentejo, he contactado con muchas personas, en la mayor parte de los casos en representación de entidades regionales, intentando escuchar y estar atento a las aspiraciones que me iban transmitiendo. Cuando asumí estas funciones ya tenía un buen conocimiento de la CCDRA, de la actividad que desarrolla y de sus características más significativas como organización de servicio público, pero, naturalmente, he enriquecido esta visión con el ejercicio de las funciones de Presidente.*

El equipo de Presidencia integra dos Vice-Presidentes,

forte sintonia e coesão. Estou convicto que este aspecto é marcante do mandato que temos exercido e que tem sido percebido ao nível interno à CCDRA e por parte dos nossos interlocutores externos. Partilhamos a preocupação de valorizar e qualificar a intervenção da CCDR enquanto serviço público, esse tem sido o objectivo central da nossa actividade.

Em 2011 temos reforçado a prática, já consagrada em 2010, de diálogo e cooperação com outras Instituições Públicas, sendo particularmente relevante, atendendo às competências da CCDR, a articulação com os restantes responsáveis da Administração Regional Descentralizada.

A articulação com as Autarquias Locais e o processo de diálogo com os seus responsáveis, em particular com os Presidentes das Câmaras Municipais e das Comunidades Intermunicipais, constitui também uma absoluta prioridade, com base nos princípios de cooperação e respeito mútuo que enunciámos desde o início do nosso mandato.

Temos dado continuidade ao envolvimento conjunto em iniciativas com Empresas e Entidades do Sistema Científico e Tecnológico, como a que concretizámos em 2010 no âmbito do Portugal Tecnológico.

Procurámos igualmente aprofundar o processo de diálogo e de cooperação com as organizações do “Terceiro Sector” (ADL’s; IPSS’; Associações Culturais ou da área Ambiental; etc.).

As nossas preocupações no domínio da Comunicação visam promover uma melhor transparência no relacionamento da instituição que dirigimos com os cidadãos em geral, informando sobre a nossa actividade, mas visam também sempre que possível promover e divulgar o potencial da região.

Na dimensão externa da nossa intervenção, pretendemos dar sinais claros quanto à apresentação de propostas relativas à adaptação das políticas públicas, de forma a torná-las mais eficazes e adequadas ao contexto do Alentejo, em domínios como: a “valorização do espaço rural” e a resposta aos problemas específicos das “zonas de baixa densidade”, com problemas mais sensíveis de despovoamento e desemprego; a cooperação estratégica para apoio à inovação e ao empreendedorismo; a melhor adaptação dos programas de financiamento co-

nuestra forma de dirigir ha sido colegial y actuamos con una fuerte sintonía y cohesión. Estoy convencido de que este aspecto es determinante en el mandato que hemos ejercido y que ha sido sentido dentro de la CCDRA y por parte de nuestros interlocutores externos. Compartimos la preocupación por valorar y cualificar la intervención de la CCDRA como servicio público, ese ha sido el objetivo central de nuestra actividad.

En 2011 hemos reforzado la práctica, ya realizada en 2010, del diálogo y la cooperación con otras instituciones públicas, siendo particularmente relevante, atendiendo a las competencias de la CCDR, la articulación con los demás responsables de la administración regional descentralizada.

La articulación con las autarquías locales y el proceso de diálogo con sus responsables, en particular con los alcaldes y presidentes de las Comunidades Intermunicipales, ha constituido una también una prioridad absoluta, con base en los principios de cooperación y respeto mutuo que enunciamos desde el principio de nuestro mandato.

Hemos dado continuidad al desarrollo conjunto de iniciativas con empresas y entidades del sistema científico y tecnológico, como la que realizamos en 2010 en el contexto de Portugal Tecnológico.

También hemos intentado profundizar el proceso de diálogo y de cooperación con las organizaciones del “tercer sector” (ADL’s; IPSS’; Asociaciones culturales o del campo ambiental, etc.)

Nuestras preocupaciones en el dominio de la comunicación pretenden promover una mejor transparencia en la relación de la institución que dirigimos con los ciudadanos en general, informando sobre nuestra actividad, pero pretenden también, siempre que sea posible, promover y divulgar el potencial de la región.

En la dimensión externa de nuestra intervención, hemos pretendido dar señales claras en cuanto a la presentación de propuestas relativas a la adaptación de políticas públicas, para hacerlas más eficaces y adecuadas al contexto del Alentejo, en dominios como la “valorización del espacio rural” y la respuesta a los problemas específicos de las “zonas de baja densidad”, con problemas más sensibles de despoblamiento y desempleo; la cooperación estratégica para el apoyo a la innovación y al emprendedurismo; la mejor adaptación de los programas de financiación comunitario a las condiciones específicas del

munitário às condições específicas do Alentejo.

Temos a noção das nossas próprias limitações e das dificuldades de vária ordem que enfrentamos, mas procuramos dar o melhor no cumprimento da missão que está confiada à CCDR Alentejo.

O melhor balanço da nossa actividade será sempre, em qualquer caso, realizado por terceiros, em particular por todos os que recorrem aos serviços públicos que cumpre à CCDR assegurar.

AR - Quem em sua opinião serão os futuros protagonistas do desenvolvimento e da mudança do Alentejo a médio prazo?

JC - Ao nível das pessoas, lideranças, é importante termos protagonistas, nos vários sectores de actividade, dispostos a fazer trabalho bem feito, rigoroso, a entregar-se a causas, com abertura de ideias e sem arrogância. No mundo das empresas, nas actividades da área social e da cultura, nas instituições públicas e na actividade política, em todos os sectores, o Alentejo precisa, deste tipo de protagonistas e de lideranças. A aposta, séria, na qualificação e no valor do trabalho, na sobriedade e responsabilidade, reforçará a sociedade e a nossa capacidade de produzir riqueza.

Considero que os “actores privados”, desde as empresas a organizações do terceiro sector, da área social ou cultural, terão um papel chave no desenvolvimento do Alentejo. Um “actor privado” é também alguém que toma uma iniciativa de cidadania e de responsabilidade, que toma uma iniciativa cívica e cria um valor, por esse motivo cria valor. Muitas das coisas mais positivas que estão a acontecer no Alentejo são por iniciativa da sociedade civil, a nível de empresas e de outro tipo de organizações.

Na CCDRA, temos procurado divulgar e promover iniciativas inovadoras e geradoras de emprego, como o fizemos em Setembro do ano passado, no decurso do Portugal Tecnológico, com uma mostra da actividade de empresas de diversos sectores, desde a agricultura e agro-indústria, à indústria mineira, à indústria transformadora, à aeronáutica, saúde, energias renováveis, turismo e cultura. Os projectos presentes incorporavam as dimensões de inovação tecnológica e, em alguns casos, de investigação. A nossa preocupação foi divulgar empresas e projectos instalados na região e que repre-

Alentejo.

Tenemos la noción de nuestras propias limitaciones y de las dificultades de diferente orden a las que nos enfrentamos, pero intentamos dar lo mejor en el cumplimiento de la misión que está confiada a la CCDR Alentejo.

El mejor balance de nuestra actividad será siempre, en cualquier caso, realizado por terceros, en particular por todos los que recurren a los servicios públicos que corresponde asegurar a la CCDR.

AR - En su opinión ¿quiénes serán los futuros protagonistas del desarrollo y del cambio del Alentejo a medio plazo?

JC - En cuanto a las personas y liderazgos, es importante que tengamos protagonistas en los diferentes sectores de actividad, dispuestos a hacer el trabajo bien hecho, riguroso, que se entrega a la causa, abierto a ideas y sin arrogancia. En el mundo de las empresas, en las actividades del área social y cultural, en las instituciones públicas y en la actividad política, en todos los sectores el Alentejo necesita a este tipo de protagonistas y liderazgo. La apuesta, seria, por la cualificación y por el valor del trabajo, por la sobriedad y responsabilidad, reforzará a la sociedad y a nuestra capacidad de producir riqueza.

Considero que los “actores privados”, desde las empresas a organizaciones del tercer sector, del área social o cultural, tendrán un papel clave en el desarrollo del Alentejo. Un “actor privado” es también alguien que toma una iniciativa de ciudadanía y de responsabilidad, que toma una iniciativa cívica y crea un valor, por ese motivo crea valor. Muchas de las cosas más positivas que están sucediendo en el Alentejo son por iniciativa de la sociedad civil, a nivel de empresas y de otro tipo de organizaciones.

En la CCDRA hemos intentado divulgar y promover iniciativas innovadoras y generadoras de empleo, como lo hicimos en septiembre del año pasado, en el transcurso de Portugal Tecnológico, con una exposición de la actividad de empresas de diversos sectores, desde la agricultura y agroindustria, a la industria minera, a la industria transformadora, a la aeronáutica, salud, energías renovables, turismo y cultura. Los proyectos presentes incorporaban las dimensiones de innovación tecnológica y, en algunos casos, de investigación. Nuestra preocupación era divulgar empresas y proyectos instalados en la región y que representan áreas estratégicas para el de-

sentam áreas estratégicas para o desenvolvimento do Alentejo.

O Alentejo pode e deve assumir-se como uma região de oportunidades, aberta ao país e ao mundo, com capacidade de promover talentos e investidores que queiram aproveitar todas as boas condições que temos. Também no domínio da arte e da cultura, conjugando tradição e modernidade. Dou exemplo da presença no Alentejo do coreógrafo Rui Horta (criador a Associação “Espaço do Tempo”), a viver desde há 10 anos em Montemor-o-Novo onde encontrou o “habitat” ideal para viver e criar, é exemplo do potencial da região para instalar empreendedores de prestígio e reconhecida qualidade no domínio da inovação cultural.

Os serviços de proximidade de âmbito social, fundamentais para a qualidade de vida na região, são outra importante manifestação de iniciativa da sociedade civil alentejana, que deveremos valorizar e reforçar

A Administração Pública tem, e continuará a ter, um papel chave no desenvolvimento do Alentejo, quer através da Autarquias Locais quer por via da Administração Central.

No Alentejo, hoje, uma boa parte do nosso emprego mais qualificado é público, constituindo um recurso valioso para a construção do nosso futuro colectivo. No entanto, eu considero que deveremos trabalhar mais num sentido de serviço público para que a sociedade civil se reforce e não alimentar uma excessiva centralidade das instituições públicas. Por exemplo, as autarquias locais no Alentejo são um factor importante de fixação “descentralizada” de pessoas tecnicamente qualificadas, portanto há aí um potencial que eu não queria desvalorizar.... O que afirmo é que esse conjunto de organizações públicas têm que ter uma postura, por um lado de colaborarem melhor umas com as outras e por outro, de promoverem um relacionamento diferente com as entidades privadas, menos centrado na ideia errada de que o Estado tem resposta para tudo, a aposta principal tem que ser na cidadania, na responsabilidade de actores da sociedade civil ■

João Cordovil

Presidente da CCDR Alentejo e Presidente da Comissão Directiva do PO Alentejo 2007-2013

sarrollo del Alentejo.

El Alentejo puede y debe asumirse como una región de oportunidades, abierta al país y al mundo, con capacidad para promover talentos e inversores que quieren aprovechar todas las buenas condiciones que tenemos. También en el campo del arte y de la cultura, conjugando tradición y modernidad. Ejemplo de ello es la presencia en el Alentejo del coreógrafo Rui Horta (creador de la asociación “Espaço do Tempo”) que vive desde hace diez años en Montemor-o-Novo, donde encontró el hábitat ideal para vivir y crear, y es ejemplo del potencial de la región para instalar emprendedores de prestigio y reconocida calidad en el campo de la innovación cultural.

Los servicios de proximidad de ámbito social, fundamentales para la calidad de vida en la región, son otra importante manifestación de iniciativa de la sociedad civil alentejana, que deberemos valorar y reforzar.

La Administración Pública tiene, y seguirá teniendo, un papel clave en el desarrollo del Alentejo, bien a través de las autarquías locales o bien por vía de la Administración Central.

Hoy, en el Alentejo, una buena parte de nuestro empleo más cualificado es público, constituyendo un recurso valioso para la construcción de nuestro futuro colectivo. Sin embargo, considero que deberemos trabajar más en un sentido de servicio público para que la sociedad civil se refuerce y no alimentar una excesiva centralidad de las instituciones públicas. Por ejemplo, las autarquías locales en el Alentejo son un factor importante de fijación “descentralizada” de personas técnicamente cualificadas, por lo tanto hay aquí un potencial que no quiero menospreciar... Lo que afirmo es que ese conjunto de organizaciones públicas tienen que tener una postura por un lado de colaborar mejor las unas con las otras y después promover una relación diferente con las entidades privadas, menos centrado en la idea equivocada de que el Estado tiene respuesta para todo, la apuesta principal tiene que estar en la ciudadanía, en la responsabilidad de actores de la sociedad civil ■

João Cordovil

Presidente da CCDR Alentejo e Presidente da Comissão Directiva do PO Alentejo 2007-2013



Rui Fiolhais - Coordenador do POPH

PO Potencial Humano

A *nálise Regional* - Estando as regiões menos desenvolvidas altamente dependentes dos Orçamentos de Estado e em que uma boa parte das suas economias depende da prestação de serviços públicos, de que forma, em períodos de desaceleração do crescimento económico, o programa que gere poderá contribuir para a diminuição do acentuar das assimetrias regionais?

Paulo Fiolhais - O POPH, enquanto programa temático, centra o seu investimento na melhoria das qualificações dos portugueses, tomando como referência a Iniciativa Novas Oportunidades, na sua dupla vertente qualificação de jovens e adultos.

O défice de qualificações, o desemprego e as situações de exclusão social estão presentes em todas as regiões do país e justificaram a opção da criação de um Programa multi-objectivos, que transversalizou a todo o território as prioridades e instrumentos de intervenção previstos no Programa Operacional.

Tal não significa que o Programa não tenha um olhar diferenciado para cada uma das regiões e não reconheça as assimetrias regionais e, muitas vezes territoriais. Esse reconhecimento traduziu-se, desde logo, na própria estrutura organizacional do programa que, em cada uma das regiões Plano, como é o caso do Alentejo, integra núcleos regionais que permitem, não só, um acompanhamento mais próximo dos beneficiários como a tomada de decisões mais assertivas ao encontro das necessidades de cada região.

PO Potencial Humano

A *nálisis Regional* - ¿Siendo las regiones menos desarrolladas altamente dependientes de los Presupuestos del Estado y en las que una buena parte de sus economías dependen de la prestación de servicios públicos, ¿de qué forma, en periodos de desaceleración del crecimiento económico, el programa que dirige podrá contribuir a la disminución de la acentuación de las asimetrías regionales?

Paulo Fiolhais - El POPH, como programa temático, centra su intervención en la mejoría de las cualificaciones de los portugueses, tomando como referencia Iniciativa Novas Oportunidades, en su doble vertiente de cualificación de jóvenes y adultos.

El déficit de cualificaciones, el desempleo y las situaciones de exclusión social están presentes en todas las regiones del país y justificaron la opción de la creación de un Programa de multiobjetivos que hizo transversales a todo el territorio las prioridades e instrumentos de intervención previstos en el Programa Operacional.

Esto no significa que el Programa no tenga una mirada diferente para cada una de las regiones y no reconozca las asimetrías regionales y, muchas veces, territoriales. Ese reconocimiento se tradujo desde el principio en la propia estructura organizativa del programa que, en cada una de las regiones Plan, como es el caso del Alentejo, integra núcleos regionales que permiten no solo un acompañamiento más cercano de los beneficiarios, sino también la toma de decisiones más asertivas dependiendo de las necesidades de cada región.

No caso concreto das regiões de Convergência, nas quais se integra o Alentejo, apesar do Programa não ter dotações financeiras regionalizadas, existe a preocupação de garantir um nível equilibrado das aprovações das candidaturas ao nível regional. Assim, a região do Alentejo poderá contar com a manutenção do apoio do POPH a um nível que será seguramente compatível com a representatividade e as necessidades da região.

As aprovações do POPH ultrapassam já os 6,6 Mil Milhões de Euros de despesa pública, dos quais 688 Milhões de Euros foram destinados à região Alentejo. No conjunto das regiões de Convergência, a região Alentejo foi beneficiária de cerca de 12% dos apoios concedidos.

AR - Que melhorias ou alterações de fundo propõe para um futuro modelo de governação para o próximo quadro de apoio, quando temos presente o actual modelo de governação do QREN?

PF - Ainda é cedo, na minha perspectiva, para fazer avaliações dessa natureza. Devo em todo o caso salientar que o Programa se tem sentido confortável com o actual modelo de governação.

AR - Para além do programa operacional ter de contribuir para a diminuição das assimetrias regionais e aumento da competitividade como objectivo primeiro, existirá alguma preocupação, em termos de diferenciação de análise das candidaturas, se tivermos em conta a região receptora do investimento?

Em parte esta questão já estará respondida. Devo no entanto salientar que, em todas as Tipologias de Intervenção em que se justifica, existem critérios de selecção que permitem avaliar a relevância dos projectos face às necessidades regionais e locais, bem como a articulação e envolvimento da entidade beneficiária no tecido regional. Isso justifica que, muitas vezes, um projecto da mesma natureza, apresentado pela mesma entidade a mais que uma região, possa obter pontuações diferentes. E que as pontuações obtidas sejam consequentemente um reflexo da relevância estratégica, à escala regional, do investimento aprovado ■

Paulo Fiolhais

Coordenador do POPH

En el caso concreto de las regiones de Convergencia, en las que se integra el Alentejo, a pesar de que el Programa no tiene dotaciones financieras regionalizadas, existe la preocupación de garantizar un nivel equilibrado de las aprobaciones de las candidaturas a nivel regional. Así, la región de Alentejo podrá contar con el mantenimiento del apoyo del POHP a un nivel que será seguramente compatible con la representatividad y las necesidades de la región.

Las aprobaciones del POHO sobrepasan ya los 6,6 mil millones de euros del gasto público, de los cuales 688 millones de euros se destinaron a la región de Alentejo. En el conjunto de las regiones de Convergencia, la región de Alentejo fue beneficiaria de cerca del 12% de los apoyos concedidos.

AR - ¿Qué mejoras o alteraciones de fondo propone para un futuro modelo de gobierno para el próximo marco de apoyo, cuando tenemos presente el actual modelo de gobierno del QREN?

PF - Bajo mi perspectiva, aún es pronto para hacer evaluaciones de esa naturaleza. En todo caso, debo señalar que el Programa se ha sentido cómodo con el actual modelo de gobierno.

AR - Además de que el programa operacional tenga que contribuir a la disminución de las asimetrías regionales y al aumento de la competitividad como primer objetivo, ¿existirá alguna preocupación en cuanto a la diferenciación de análisis de las candidaturas si tenemos en cuenta la región receptora de la inversión?

PF - En parte esta cuestión ya está respondida. Debo sin embargo señalar que en todas las Tipologías de Intervención en que se justifica, existen criterios de selección que permiten evaluar la relevancia de los proyectos de cara a las necesidades regionales y locales así como la articulación y participación de la entidad beneficiaria en el tejido regional. Eso justifica que, muchas veces, un proyecto de la misma naturaleza, presentado por la misma entidad a más de una región pueda obtener puntuaciones diferentes. Y que las puntuaciones obtenidas sean, en consecuencia, un reflejo de relevancia estratégica, a escala regional, de la inversión aprobada ■

Paulo Fiolhais

Coordenador do POPH



Helena Azevedo - Gestora do POVT

PO Valorização do Território

A nálise Regional - Estando as regiões menos desenvolvidas altamente dependentes dos Orçamentos de Estado e em que uma boa parte das suas economias depende da prestação de serviços públicos, de que forma, em períodos de desaceleração do crescimento económico, o programa que gere poderá contribuir para a diminuição do acentuar das assimetrias regionais?

Helena Azevedo - O POVT cumpre uma função essencial de instrumento financeiro destinado à alavancagem do investimento público e privado (com preponderância do primeiro), respondendo a uma agenda desenhada especificamente para a coesão (destinada a reduzir assimetrias), para a competitividade e para a sustentabilidade do território. Os financiamentos comunitários (FEDER e Fundo de Coesão) de projetos de grande relevância para as estratégias de desenvolvimento regional e local, atribuídos através do POVT, promovem o investimento, reduzindo o esforço orçamental das regiões e do Estado.

Em períodos de desaceleração económica esse contributo é ainda mais relevante, permitindo manter um nível de investimento que não seria possível de outra forma, face aos efeitos recessivos dos restantes agregados macroeconómicos, contribuindo assim para a manutenção dos níveis de emprego e de dinamização das economias locais e regionais.

A grande maioria dos fundos atribuídos a projetos financiados pelo POVT destina-se precisamente às regiões menos desenvolvidas do continente, uma vez que 83%

PO Valorização do Território

A nálise Regional - ¿Siendo las regiones menos desarrolladas altamente dependientes de los Presupuestos del Estado y en las que una buena parte de sus economías dependen de la prestación de servicios públicos, ¿de qué forma, en periodos de desaceleración del crecimiento económico, el programa que dirige podrá contribuir a la disminución de la acentuación de las asimetrías regionales?

Helena Azevedo - El POVT cumple una función esencial de instrumento financiero destinado al aprovechamiento de la inversión pública y privada (con lugar destacado para el primero), respondiendo a una agenda diseñada específicamente para la cohesión (destinada a reducir asimetrías), para la competitividad y para la sostenibilidad del territorio. Las financiaciones comunitarias (FEDER y Fondos de Cohesión) de proyectos de gran relevancia para las estrategias de desarrollo regional y local, atribuidos a través del POVT, promueven la inversión, reduciendo el esfuerzo presupuestario de las regiones y del estado.

En periodos de desaceleración económica esa contribución es aún más relevante, permitiendo mantener un nivel de inversión que no sería posible de otra forma, de cara a los efectos recesivos de los restantes agregados macroeconómicos, contribuyendo así al mantenimiento de los niveles de empleo y de dinamización de las economías locales y regionales.

La gran mayoría de los fondos atribuidos a proyectos financiados por el POVT se destina precisamente a las

dos fundos aprovados respeitam a projetos localizados nas regiões convergência Norte, Centro e Alentejo, com grande relevância para esta última região, que acolhe mais de 917 milhões de euros de financiamento comunitário (cerca de 33% do fundo total já aprovado por este Programa) destinado a alavancar um investimento de 1.476 milhões de euros.

Com efeito, os investimentos do POVT na região Alentejo têm assumido uma grande preponderância no contexto deste Programa, muito por efeito dos investimentos no domínio dos transportes ferroviários, onde se inclui a construção da linha ferroviária de mercadorias Sines – Elvas, e marítimos, com as intervenções de modernização do Porto de Sines. No primeiro caso, assinala-se a já inaugurada “Variante de Alcácer” que, com uma extensão total de 29 km, liga o lado sul da Estação do Pinheiro ao km 94 da Linha do Sul, incluindo no traçado uma nova ponte sobre o Rio Sado, bem com os projetos em curso relativos aos restantes troços da ligação ferroviária Sines – Elvas, incluindo a modernização da Estação da Raquete, em Sines.

São também fundamentais os investimentos realizados no domínio do ambiente e desenvolvimento sustentável, quer no que respeita ao completamento dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento – com a construção, remodelação e ampliação de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, incluindo 84 ETAR, que servirão mais de 200 mil habitantes da região – e à construção de infraestruturas de tratamento de resíduos sólidos urbanos – com capacidade de tratamento (valorização) de 147 mil ton/ano de resíduos urbanos biodegradáveis – quer aos investimentos no domínio da proteção da orla costeira nas regiões ameaçadas e no domínio da recuperação de passivos ambientais e regeneração de minas abandonadas. Ainda ao serviço do desenvolvimento sustentável, é fundamental o financiamento comunitário veiculado pelo POVT com vista à conclusão dos sistemas primários de rega do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva (Subsistemas do Alqueva, do Ardil e de Pedrogão), numa extensão que atinge já os 104 Km de rede.

Merecem ainda especial destaque, pela forma com respondem simultaneamente aos objetivos da Agenda acima enunciados e constituem um importante estímulo à

regiones menos desarrolladas del continente, ya que el 83% de los fondos aprobados respetan proyectos localizados en las regiones convergencia norte, centro y Alentejo, con gran relevancia para ésta última región, que recibe más de 917 millones de euros de financiación comunitaria (cerca del 33% del fondo total ya aprobado por este programa) destinado a aprovechar una inversión de 1.476 millones de euros.

En efecto, las inversiones del POVT en la región del Alentejo han asumido una gran importancia en el contexto de este programa, en gran parte por efecto de las inversiones en el campo de los transportes ferroviarios, donde se incluye la construcción de la línea ferroviaria de mercancías Sines-Elvas, y marítimos, con las intervenciones en la modernización del Puerto de Sines. En el primer caso se señala la ya inaugurada “Variante de Alcácer”, que, con una extensión total de 29 kms, une el lado sur de la Estación de Pinheiro al km 94 de la Línea del sur, incluyendo en el trazado un nuevo puente sobre el río Sado, así con los proyectos en curso relativos a los restantes tramos de la red ferroviaria Sines- Elvas, incluyendo la modernización de la Estación de Raquete, en Sines.

Son también fundamentales las inversiones realizadas en el campo del medioambiente y desarrollo sostenible, tanto en lo que respecta a la finalización de los sistemas de abastecimiento de agua y de saneamiento (con la construcción, remodelación y ampliación de infraestructuras de abastecimiento de agua y saneamiento de aguas residuales, incluyendo 84 ETAR, que abastecerán a más de doscientos mil habitantes de la región) y a la construcción de infraestructuras de tratamiento de residuos sólidos urbanos (con capacidad de tratamiento (valoración) de 147.000 toneladas/año de residuos urbanos biodegradables), como en las inversiones en el campo de la protección de la orla costera en las regiones amenazadas y en el campo de la recuperación de pasivos ambientales y regeneración de minas abandonadas. También al servicio del desarrollo sostenible, es fundamental la financiación comunitaria conducido por el POVT con vista a la finalización de los sistemas primarios de regadío del Empreendimento de Fines Múltiples de Alqueva (subsistemas del Alqueva, de Ardil y de Pedrogão), en una extensión que abarca ya los 104 kms de red.

Merecen también especial mención, por la forma con la que responden simultáneamente a los objetivos de la

atividade económica local e regional, os apoios do POVT aos investimentos nas redes nacionais de equipamentos coletivos, visando designadamente a requalificação de escolas com ensino secundário – 15 escolas, que beneficiam cerca de 14 mil alunos – e de instalações de instituições do ensino superior, designadamente a Universidade de Évora e o Instituto Politécnico de Beja, a par da construção de infraestruturas desportivas de proximidade capazes de contribuir para o reforço do Sistema Urbano Nacional, alargando o leque de serviços que as cidades e regiões podem oferecer aos seus cidadãos e, por essa via, melhorar a sua atratividade e sustentabilidade.

AR - Que melhorias ou alterações de fundo propõe para um futuro modelo de governação para o próximo quadro de apoio, quando temos presente o atual modelo de governação do QREN?

AR - Para além do programa operacional ter de contribuir para a diminuição das assimetrias regionais e aumento da competitividade como objetivo primeiro, existirá alguma preocupação, em termos de diferenciação de análise das candidaturas, se tivermos em conta a região recetora do investimento?

HA - Não estão previstos, ao nível das condições de acesso e critérios de seleção quaisquer ponderadores de natureza regional. Contudo, o facto dos financiamentos comunitários atribuído pelo POVT ser essencialmente destinado aos projetos que melhor prosseguem os objetivos e metas que estão previstos para o período 2007 – 2013 nos documentos de enquadramento estratégico do QREN, designadamente o PNPOT, o PEAASAR II, o PERSU II, os POOC e o Documento Enquadrador para as ações prioritárias no domínio da recuperação de passivos ambientais, assegura um forte alinhamento com as grandes prioridades nacionais e regionais para o período de intervenção do QREN, incluindo a redução das assimetrias e o reforço da competitividade e sustentabilidade dos territórios, em particular dos mais carenciados. Estas prioridades encontram tradução nos critérios de seleção das candidaturas apresentadas ao POVT, valorizando o seu mérito absoluto e relativo e o contributo que cada uma dá para a prossecução desses objetivos estratégicos e para o desenvolvimento das regiões ■

Helena Azevedo
Coordenadora do POVT

Agenda por encima de los enunciados y constituyen un importante estímulo a la actividad económica local y regional, los apoyos del POVT a las inversiones en las redes nacionales de equipamientos colectivos, visando principalmente la recalificación de colegios de enseñanza secundaria (15 colegios que benefician a cerca de 14.000 alumnos) y de instalaciones de instituciones de enseñanza superior, principalmente la Universidad de Évora y el Instituto Politécnico de Beja, así como la construcción de infraestructuras deportivas de proximidad capaces de contribuir al refuerzo del Sistema Urbano Nacional, ampliando el abanico de servicios que las ciudades y las regiones pueden ofrecer a sus ciudadanos y, por esta vía, mejorar su actividad y sostenibilidad.

AR - ¿Qué mejoras o alteraciones de fondo propone para un futuro modelo de gobierno para el próximo marco de apoyo, cuando tenemos presente el actual modelo de gobierno del QREN?

AR - Además de que el programa operacional tenga que contribuir a la disminución de las asimetrías regionales y al aumento de la competitividad como primer objetivo, ¿existirá alguna preocupación en cuanto a la diferenciación de análisis de las candidaturas si tenemos en cuenta la región receptora de la inversión?

HA - No están previstos, en cuanto a las condiciones de acceso y criterios de selección ningunas ponderaciones de naturaleza regional. Además, el hecho de que la financiación comunitaria atribuida por el POVT esté esencialmente destinada a los proyectos que mejor siguen los objetivos y metas previstos para el periodo 2007-2013 en los documentos de encuadramiento estratégico del QREN, principalmente el PN POT, el PEAASAR II, el PERSU II, los POOC y el Documento Encuadrador para las acciones prioritarias en el campo de la recuperación de pasivos medioambientales, asegura una fuerte alineación con las grandes prioridades nacionales y regionales para el periodo de intervención del QREN, incluyendo la reducción de las asimetrías y el refuerzo de la competitividad y sostenibilidad de los territorios, en particular de los más necesitados. Estas prioridades encuentran traducción en los criterios de selección de las candidaturas presentadas al POVT, valorando su mérito absoluto y relativo y la contribución que cada una da a la consecución de esos objetivos estratégicos y para el desarrollo de las regiones ■

Helena Azevedo
Coordenadora do POVT



CEBAL - Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Baixo Alentejo e Litoral

EPRAL - Escola Profissional da Região do Alentejo





Nelson Souza - Gestor do Programa Factores de Competetividade

Factores de competetividade

A nálise Regional - E stando as regiões menos desenvolvidas altamente dependentes dos Orçamentos de Estado e em que uma boa parte das suas economias depende da prestação de serviços públicos, de que forma, em períodos de desaceleração do crescimento económico, o programa que gere poderá contribuir para a diminuição do acentuar das assimetrias regionais?

Nelson Sousa - Os períodos de crise económica e financeira, como o que actualmente vivemos com grande intensidade, não devem fazer-nos esquecer os nossos objectivos estruturais. Fazer com que as economias dependam menos do Estado, desenvolvendo actividades empresariais geradoras de riqueza e de postos de trabalho deve constituir um objectivo sempre presente nas regiões com menores dinâmicas de crescimento. Isto é verdade para todas as regiões do país, incluindo, naturalmente, o Alentejo. Por isso mesmo, o programa COMPETE em articulação muito estreita com os programas regionais do Continente, vêm apoiando projectos empresariais de inovação produtiva, de criação de em-

Factores de competetividade

A nálise Regional - ¿Siendo las regiones menos desarrolladas altamente dependientes de los Presupuestos del Estado y en las que una buena parte de sus economías dependen de la prestación de servicios públicos, ¿de qué forma, en periodos de desaceleración del crecimiento económico, el programa que dirige podrá contribuir a la disminución de la acentuación de las asimetrías regionales?

Nelson Sousa - Los periodos de crisis económica y financiera como la que estamos viviendo en la actualidad no deben hacernos olvidar nuestros objetivos estructurales. Hacer que las economías dependan menos del Estado, desarrollando actividades empresariales que generen riqueza y puestos de trabajo debe constituir un objetivo siempre presente en las regiones con menos dinámica de crecimiento. Esto debe ser así para todas las regiones del país, incluido el Alentejo. Por eso precisamente, el programa COMPETE, en articulación muy estrecha con los programas regionales del Continente, apoya proyectos empresariales de innovación productiva, de creación de

Quadro

Incentivo às empresas da região do Alentejo (30/Abril/2011) EN m/€			
Incentivo a las empresas de la región del Alentejo (30/Abril/2011) EN m/€			
PO financiadores PO financiadores	Nº projectos Nº proyectos	Investimento elegível Gasto elegible	Incentivo SI QREN Incentivo SI QREN
COMPETE	102	906.841	262.856
PO ALENTEJO	298	277.191	137.309
TOTAL	400	1.184.032	400.165

presas, de melhoria da competitividade de PME e de actividades de I&D.

Até agora, o Alentejo já viu aprovados 400 projectos que, representando perto de 1,2 mil milhões de euros de investimento, beneficiaram de um incentivo QREN de 400 milhões de euros (2/3 deste valor foi assegurado pelo COMPETE e o restante pelo PO regional do Alentejo). A serem integralmente executados, estes investimentos reforçarão significativamente a produção e o emprego empresarial no Alentejo, ao mesmo tempo que reforçarão a competitividade assente em factores de competitividade mais inteligentes e portanto mais duradouros. Complementarmente aos apoios mais directos às empresas, o COMPETE tem vindo a reforçar uma acção mais colectiva através do apoio à diversas iniciativas de melhoria da envolvente da competitividade empresarial. Diminuir as assimetrias regionais não se faz apenas pela transferência de recursos públicos a favor das regiões, mas sobretudo pela capacidade na sua utilização em factores de crescimento económico potencial das mesmas.

AR - Que melhorias ou alterações de fundo propõe para um futuro modelo de governação para o próximo quadro de apoio, quando temos presente o actual modelo de governação do QREN?

NS - A actual experiência de trabalho em rede entre programas com uma base mais nacional como o COMPETE e os programas regionais tem vindo a constituir uma experiência reconhecida como positiva no âmbito da chamada Agenda de Competitividade do QREN. Após um primeiro período de intensa actividade de transferência de know-how de gestão deste tipo de políticas a favor das estruturas regionalizadas de gestão do QREN, julgo que poderemos encetar uma nova fase com maior diferenciação da aplicação dos sistemas de incentivos, consoante as estratégias e o contexto de cada região. O desenho do modelo de governação de um futuro QREN não deixará de, certamente, evoluir nesse sentido, sem nunca perder de vista a necessidade de coordenação de determinadas políticas a nível nacional ou multi-regional.

AR - Para além do programa operacional ter de contribuir para a diminuição das assimetrias regionais e aumento da competitividade como objectivo primeiro, existirá alguma preocupação, em termos de diferencia-

empresas, de mejora de la competitividad de PME y de actividades de I&D.

Hasta ahora, el Alentejo ya ha visto aprobados 400 proyectos que, suponiendo casi 1,2 mil millones de euros de inversión, se han beneficiado de un incentivo QREN de 400 millones de euros (2/3 de esta cantidad fue asegurado por COMPETE y el resto por el PO regional del Alentejo). Al ser íntegramente ejecutados, estas inversiones han reforzado significativamente la producción y el empleo empresarial en el Alentejo, al mismo tiempo que reforzaron la competitividad existente en factores de competitividad más inteligentes y por tanto más duraderos. Complementariamente a los apoyos más directos a las empresas, el COMPETE ha venido reforzando una acción más colectiva a través del apoyo a las diferentes iniciativas de mejora de de todo lo que rodea a la competitividad empresarial. Disminuir las asimetrías regionales no se hace solo gracias a la transferencia de recursos públicos a favor de las regiones, sino sobre todo por la capacidad en su utilización en factores de crecimiento económico potencial de las mismas.

AR - ¿Qué mejoras o alteraciones de fondo propone para un futuro modelo de gobierno para el próximo marco de apoyo, cuando tenemos presente el actual modelo de gobierno del QREN?

NS - *La actual experiencia de trabajo en red entre programas con una base más nacional como el COMPETE y los programas regionales ha venido a constituir una experiencia que ha llegado a ser reconocida como positiva en el campo de la llamada Agenda de Competitividad del QREN. Tras un primer periodo de intensa actividad de transferencia de know-how de gestión de este tipo de políticas a favor de las estructuras regionalizadas de gestión del QREN, creo que podremos comenzar una nueva fase con mayor diferenciación de la aplicación de los sistemas de incentivos en consonancia con las estrategias y el contexto de cada región. El diseño del modelo de gobierno de un futuro QREN no dejará de evolucionar en ese sentido, sin perder nunca de vista la necesidad de coordinación de determinadas políticas a nivel nacional o multirregional.*

AR - *Además de que el programa operacional tenga que contribuir a la disminución de las asimetrías regionales*

ção de análise das candidaturas, se tivermos em conta a região receptora do investimento?

NS - Nos últimos concursos dos sistemas de incentivos às empresas tem sido possível acolher tratamentos diferenciados para os projectos de micro e pequenas empresas localizadas no Alentejo. Não vejo qualquer obstáculo a que se continue a utilizar esta capacidade de ajustamento do actual sistema de apoio ao investimento empresarial, ajustando-os ao contexto de cada região em cada momento. Contudo, alerta para que se não deve confundir ajustamento e adaptação com abandono da selectividade dos apoios do QREN, pois, mesmo no actual contexto recessivo da economia portuguesa, devemos continuar a privilegiar os investimentos que melhor garantam um futuro economicamente mais sustentado do Alentejo ■

Nelson Souza

Gestor do Programa Factores de Competitividade

y al aumento de la competitividad como primer objetivo, ¿existirá alguna preocupación en cuanto a la diferenciación de análisis de las candidaturas si tenemos en cuenta la región receptora de la inversión?

NS - En los últimos concursos de los sistemas de incentivos a las empresas ha sido posible acoger tratamientos diferentes para los proyectos de micro y pequeñas empresas localizadas en el Alentejo. No veo ningún obstáculo para que se continúe utilizando esta capacidad de ajuste del actual sistema de apoyo a la inversión empresarial. Ajustándolos al contexto de cada región en cada momento. Además llamo la atención sobre que no se debe confundir ajuste y adaptación con abandono de la selectividad de los apoyos del QREN, ya que, incluso en el actual contexto recesivo de la economía portuguesa, debemos continuar priorizando las inversiones que mejor garanticen un futuro económicamente más sostenible del Alentejo ■

Nelson Souza

Gestor do Programa Factores de Competitividade

Fábrica da construtora aeronáutica "Embraer"





Impacto dos fundos comunitários no desenvolvimento local



CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral

CIMAL - Alentejo Litoral

Os Municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira encontram-se associados na CIMAL- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral.

O seu território ocupa 5.256 Km² de área, o que representa 6 % do total nacional e 17% da região NUTS II do Alentejo.

Através da acção da CIMAL procura-se fazer evoluir a intervenção municipal para um nível de coordenação de acções, com a finalidade de promoção do território, incluindo uma mais eficaz e eficiente utilização dos Fundos Comunitários atribuídos ao Alentejo.

De facto, cada vez se torna mais evidente que perante a limitação de recursos de todo o tipo, nomeadamente financeiros, a articulação estratégica na actuação dos Municípios é fundamental.

Embora os projectos Intermunicipais ganhem importância nesta sub-região, onde se salienta o sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos e a rede digital, sem dúvida que a grande maioria de projectos tem permane-

CIMAL - Alentejo Litoral

Los Municipios de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines y Odemira se encuentran asociados en la CIMAL (Comunidad Intermunicipal do Alentejo Litoral).

Su territorio ocupa 5.256 Km² de área, lo que representa el 6 % del total nacional y el 17% de la región NUTS II del Alentejo.

A través de la actuación de la CIMAL se busca hacer evolucionar la intervención municipal hacia un nivel de coordinación de acciones con la finalidad de promocionar el territorio, incluyendo una mayor, eficaz y eficiente utilización de los Fondos Comunitarios atribuidos al Alentejo.

De hecho, cada vez se hace más evidente que ante la limitación de recursos de todo tipo, principalmente financieros, la articulación estratégica en la actuación de los municipios es fundamental.

Aunque los proyectos intermunicipales ganen importancia en esta subregión, donde sobresale un sistema de recogida y tratamiento de residuos sólidos y la red digital, sin duda la gran mayoría de proyectos han permanecido

cido com âmbito municipal.

No Alentejo Litoral os Fundos Comunitários têm tido uma importante aplicação em vários domínios:

- Qualificação dos Recursos Humanos;
- Construção de Infra-Estruturas Municipais, nomeadamente de abastecimento de água, de esgotos e rodovias;
- Requalificação urbana, instalações municipais administrativas e desportivas;
- Melhorias a nível da organização e do funcionamento dos serviços autárquicos através do recurso às TIC e de melhoria da resposta aos cidadãos.

Se considerarmos os Fundos Comunitários aplicados pela Administração Central e pelo sector privado, explica-se então um efeito de modernização do território, de aumento generalizado do investimento, com reflexos no aumento do PIB e na criação de emprego.

Contudo, apesar de todo o potencial de desenvolvimento do território, com uma localização privilegiada - corredor Ibérico Sines-Beja-Madrid e corredor nacional Lisboa-Algarve - o Alentejo Litoral permanece um território de baixa densidade, marcado por um envelhecimento da sua população e pela dificuldade em fixar a mais jovem devido à falta de oportunidades de emprego. É, aliás, um território que repele população, comparativamente com a Região de Lisboa e Vale do Tejo que atrai.

Por todas estas razões, foi decidido mandar elaborar o PTD - Plano Territorial de Desenvolvimento, que assumiu como objectivo central a construção de uma Visão e Estratégia de desenvolvimento para o Alentejo Litoral no horizonte temporal de 2020 e de um Plano de Acção Operacional no horizonte de 2013.

Este documento viria a ser uma importante base de trabalho para a negociação e estabelecimento dos Fundos Comunitários para o território, permitindo a contractualização, através da CIMAL, de verbas no montante de 33 milhões de Euros para o período 2007-2013.

Para além destes fundos, os Municípios acedem, em parceria e articulação com outras entidades, designadamente do sector privado, a Fundos Comunitários enquadrados em programas que promovam uma estratégia de

en el ámbito municipal.

En el Alentejo Litoral los Fondos Comunitarios han tenido una importante aplicación en varios campos:

- *Cualificación de los Recursos Humanos*
- *Construcción de infraestructuras municipales, principalmente de abastecimiento de aguas, alcantarillados y carreteras*
- *Recalificación urbana, instalaciones municipales administrativas y deportivas*
- *Mejoras a nivel de organización y funcionamiento de los servicios autárquicos a través del recurso a las TIC y de la respuesta a los ciudadanos.*

Si consideramos los Fondos Comunitarios aplicados por la Administración Central y por el sector privado, se explica un efecto de modernización del territorio, de aumento generalizado de la inversión, con reflejos en el aumento del PIB y en la creación de empleo.

Además, a pesar de todo el potencial de desarrollo del territorio, con una localización privilegiada (corredor ibérico Sines-Beja-Madrid y corredor nacional Lisboa-Algarve), el Alentejo Litoral continúa siendo un territorio de baja densidad, marcado por el envejecimiento de su población y por la dificultad para mantener a la más joven, debido a la falta de oportunidades de empleo. Es, además, un territorio que "repele" a la población, al contrario que la región de Lisboa y Valle del Tajo, que la atrae.

Por todas estas razones se decidió elaborar el PDT (Plan Territorial de Desarrollo), que asumió como objetivo principal la construcción de una Visión y Estrategia de desarrollo para el Alentejo Litoral en el horizonte temporal de 2020 y de un Plan de Acción Operacional en el horizonte de 2013.

Este documento pasaría a ser una importante base de trabajo para la negociación y establecimiento de los Fondos Comunitarios para el territorio, permitiendo la contractualización, a través de la CIMAL, de presupuestos de un total de 33 millones de euros para el periodo 2007-2013.

Además de estos fondos, los municipios acceden, en sociedades y articulándose con otras entidades, principalmente del sector privado, a Fondos Comunitarios en-

eficiência colectiva, como no caso do PROVERE, ou contribuam para a inovação e competitividade das cidades da região: RUCI – Redes Urbanas para a Competitividade.

Perspectivas para o futuro

É em plena crise europeia, e também nacional, que os Municípios têm actualmente que gerir o que ainda resta dos recursos do período de programação de 2007-2013 do QREN.

Como sabemos, houve um atraso considerável no início efectivo de utilização dos Fundos Comunitários, que não foi da responsabilidade dos Municípios, que se reflectiu em baixas taxas de execução no final do primeiro triénio, em 2010.

No entanto, apenas limitações financeiras que derivam da crise nacional, com largo impacto na redução das receitas correntes dos Municípios, e razões de ordem burocrática na tramitação dos processos de cada candidatura, têm obstado a uma maior execução das operações e consequente utilização dos Fundos Comunitários.

Até aqui, a perspectiva do processo de desenvolvimento desta Sub-Região assenta, basicamente, no aproveitamento das oportunidades potenciadas por projectos de grande envergadura, em desenvolvimento, concretizados, ou em vias de concretização, que possam ser mobilizadores da iniciativa pública e privada, com efeitos que se esperam benéficos na estruturação do sistema urbano regional e, em especial, na promoção do território.

Não obstante tudo isso, a situação afigura-se-me reductora.

Com efeito, penso ser hoje pacífico que as decisões estratégicas para qualquer território, como o do Alentejo Litoral, não podem deixar de exigir uma articulação mais estreita e cada vez maior de políticas públicas como, por exemplo, as relativas ao Ordenamento do Território, ao Turismo, ou à Mobilidade, elementos essenciais para atrair outros investimentos e mais oportunidades de emprego.

Nestes dias sabe-se, por exemplo, que por falta de meios de transporte adequado entre os actuais Municípios, algumas pessoas recusam ofertas de trabalho, o que se

marcados en programas que promuevan una estrategia de eficiencia colectiva, como en el caso de PROVERE, o que contribuyan a la innovación y competitividad de las ciudades de la región: RUCI (Redes Urbanas para la Competitividad).

Perspectivas para el futuro

En plena crisis europea, y también nacional, es cuando los municipios tienen que dirigir lo que todavía queda de los recursos del periodo de programación 2007-2013 del QREN.

Como sabemos, hubo un atraso considerable en el inicio efectivo del uso de los Fondos Comunitarios, que no fue responsabilidad de los municipios, los que repercutió en bajas tasas de ejecución al final del primer trienio, en 2010.

Sin embargo, limitaciones financieras que derivan de la crisis nacional, con un amplio impacto en la reducción de los presupuestos anuales de los municipios, y razones de tipo burocrático en la tramitación de los procesos de cada candidatura, han impedido una mayor ejecución de las operaciones y, consecuentemente, la utilización de los Fondos Comunitarios.

Hasta aquí, la perspectiva del proceso de desarrollo de esta subregión se asienta básicamente en el aprovechamiento de las oportunidades potenciadas por proyectos de gran envergadura, en desarrollo, concretados o en vías de concretar, que puedan movilizar la iniciativa pública y privada, con efectos que se esperan benéficos en la estructuración del sistema urbano regional y, en especial, en la promoción del territorio.

Pese a todo esto, la situación se me hace reductora.

En efecto, creo que hoy es consensual que las decisiones estratégicas para cualquier territorio, como el del Alentejo Litoral, no pueden dejar de exigir una articulación más estrecha y cada vez mayor de políticas públicas, como por ejemplo las relativas a la Ordenación del Territorio, al Turismo o a la Movilidad, elementos esenciales para atraer otras inversiones y más oportunidades de empleo.

Hoy en día se sabe, por ejemplo, que por falta de medios de transporte adecuado entre los actuales municipios algunas personas rechazan ofertas de trabajo, lo que se

torna um absurdo.

Mas quando se questiona a viabilidade duma rede de transportes públicos percebe-se que a sua sustentabilidade económica tem que ser acautelada.

Entretanto, acontece que o território do Alentejo Litoral tem pouco mais de 96000 habitantes, manifestamente pouco, e com grande dispersão.

A capacidade do território para receber mais população pode ser largamente multiplicada, mas para isso não é suficiente o nível de intervenção actual dos Municípios, que acedem a recursos financeiros em função de um conjunto limitado de objectivos estratégicos, onde um aumento significativo da sua população não é equacionado nem sequer possível no quadro das limitações ao nível do ordenamento do território.

Estas limitações por sua vez condicionam o tipo de aproveitamento turístico que é permitido, levando à aprovação apenas de grandes e custosos projectos, como se a qualidade pudesse apenas ser assegurada por essa via.

Em síntese, o processo de desenvolvimento e a utilização dos Fundos Comunitários exige um aprofundamento da acção estratégica Supra-Municipal, e deste nível com as políticas públicas.

O desenvolvimento não pode limitar-se à expectativa quanto ao impacto indirecto do investimento municipal simplesmente somado ao do investimento privado.

Num quadro de crise que aponta para a inevitabilidade dos Municípios terem que adoptar estratégias de contenção e reorientação de gastos, a eficiência deve ser a marca da actuação de todos os agentes do território, onde naturalmente entrará a selectividade na utilização dos Fundos Comunitários, ainda no âmbito do QREN e do novo quadro de Programação que se seguirá.

Acredito que os Municípios do Alentejo estão preparados para outra abordagem a todo este processo, no sentido de se poder vir a tirar partido pleno das potencialidades do seu território e dos futuros Fundos Comunitários ■

Carlos Beato, Presidente da CIMAL

convierte en un absurdo.

Pero cuando se cuestiona la viabilidad de una red de transportes públicos, se entiende que su sostenibilidad económica tiene que ser salvaguardada.

Mientras tanto, sucede que el territorio del Alentejo Litoral tiene poco más de 96.000 habitantes, claramente pocos, y con gran dispersión.

La capacidad del territorio para recibir más población puede ser ampliamente multiplicada, pero para eso no es suficiente el nivel de intervención actual de los municipios, que acceden a recursos financieros en función de un conjunto limitado de objetivos estratégicos, donde un aumento significativo de su población no está resuelto ni es siquiera posible en el marco de las limitaciones a nivel de ordenación del territorio.

Estas limitaciones a su vez condicionan el tipo de aprovechamiento turístico que está permitido, llevando a la aprobación solo de grandes y costoso proyectos, como si la calidad solo pudiese asegurarse por esa vía.

En síntesis, el proceso de desarrollo y la utilización de los Fondos Comunitarios exige que se profundice en la acción estratégica Supra-Municipal, y de este nivel con las políticas públicas.

El desarrollo no puede limitarse a la expectativa, como al impacto indirecto de la inversión municipal simplemente sumado al de la inversión privada.

En un marco de crisis que apunta a la inevitabilidad de que los municipios tengan que adoptar estrategias de contención y reorientación de gastos, la eficiencia debe ser una marca de actuación de todos los agentes del territorio, donde naturalmente entrará la selectividad en el uso de los Fondos Comunitarios, todavía en el ámbito del QREN y del nuevo marco de programación que seguirá.

Creo que los municipios del Alentejo están preparados para otro abordaje a todo este proceso, en el sentido de poder sacar partido pleno de las potencialidades de su territorio y de los futuros Fondos Comunitarios ■

Carlos Beato, Presidente de CIMAL



CIMBAL - Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo

CIMBAL - Baixo Alentejo

O Baixo Alentejo, posiciona-se na região meridional do Alentejo inserido entre o Alentejo Central, o Alentejo Litoral, o Algarve e a Andaluzia (Espanha), destacando-se pelo seu posicionamento geo-estratégico no contexto do Sudoeste Ibérico.

O Baixo Alentejo corresponde a cerca de 10% da área total do país, com 8.542,70 Km², onde reside uma população que se cifra actualmente em cerca de 125.000 habitantes, caracterizando-se por uma densidade demográfica baixa ou muito baixa.

Os fenómenos do despovoamento e do envelhecimento

CIMBAL - Baixo Alentejo

El Bajo Alentejo se sitúa en la región meridional del Alentejo, inserto entre el Alentejo Central, el Alentejo Litoral, el Algarve y Andalucía, España, destacándose por su posición geoestratégica en el contexto del Suroeste Ibérico.

El Bajo Alentejo corresponde a cerca del 10% del área del país, con 8.542,70 Km², donde reside una población que actualmente se cifra en cerca de 125.000 habitantes, caracterizándose por una densidad demográfica baja o muy baja.

Los fenómenos de la despoblación y del envejecimiento

demográfico têm assumido especial intensidade, correspondendo a um problema estrutural com evidentes reflexos na sustentabilidade do processo de desenvolvimento deste território, afectado por diversas condições desfavoráveis, de onde se podem destacar os défices de integração familiar, de formação escolar e de integração no mercado de trabalho, elevado nível de pobreza e dos baixos valores médios das pensões.

Esta realidade tem condicionado, por vezes de forma dicotómica, tanto o investimento privado como, sobretudo, o investimento público, constituindo-se como grande constrangimento ao desenvolvimento sócio-económico da região.

No caso particular do investimento público municipal, e nos últimos 25 anos que correspondem ao período de integração de Portugal na União Europeia, este tem sido assegurado, com particular relevância, através dos Fundos Comunitários, que, não constituindo mais de 10% da receita dos Municípios, correspondem, no entanto, a cerca de um terço das despesas de investimento realizadas, o que, considerando o reduzido peso do impacto do PIDDAC no investimento municipal e a importância do investimento municipal na ancoragem de condições para o desenvolvimento social e económico, corresponde a um impacto muito relevante e decisivo para as políticas de desenvolvimento local e regional.

Esse investimento público, de cariz municipal e supra-municipal, incidiu (e incide) em equipamentos e infra-estruturas que promovem a qualidade de vida da região, desde o saneamento básico, as acessibilidades viárias, áreas de acolhimento empresarial, os equipamentos sociais relacionados com a cultura, lazer e a qualificação urbana dos aglomerados da região, tendo alcançado, com o apoio comunitário, elevados índices de cobertura do território garantindo uma elevada taxa de satisfação por parte da população e reconhecimento institucional do esforço realizado e das boas práticas adoptadas, tanto interna como externamente.

No caso das acessibilidades, a política adoptada decorre de uma estratégia de proximidade, com melhoria de ligações rodoviárias, estreitando a ligação dos centros rurais aos centros urbanos principais em articulação com o investimento decorrente do Plano Rodoviário Nacional.

demográfico han asumido especial intensidad, correspondiendo a un problema estructural con evidentes reflejos en la sostenibilidad del proceso de desarrollo de este territorio, afectado por diversas condiciones desfavorables, de entre las que se pueden destacar los déficit de integración familiar, de formación escolar y de integración en el mercado de trabajo, el elevado nivel de pobreza y de los bajos valores medios de las pensiones.

Esta realidad ha condicionado, a veces de forma dicotómica, tanto la inversión privada como, sobre todo, la inversión pública, constituyéndose como un gran obstáculo para el desarrollo socioeconómico de la región.

En el caso particular de la inversión pública municipal, y en los últimos 25 años que corresponden al periodo de integración de Portugal en la Unión Europea, ésta ha sido asegurada, con particular relevancia, a través de los Fondos Comunitarios, que, constituyendo solo el 10% del ingreso de los municipios, corresponden sin embargo a cerca de un tercio de los gastos de inversiones realizadas, lo que, considerando el reducido peso del impacto del PIDDAC en la inversión municipal y la importancia de la inversión municipal en el anclaje de condiciones para el desarrollo social y económico, corresponde a un impacto muy relevante y decisivo para la políticas de desarrollo local y regional.

Esa inversión pública, de cariz municipal y supramunicipal, ha incidido (e incide) en equipamientos e infraestructuras que promueven la calidad de vida de la región, desde el saneamiento básico a los accesos varios, áreas de acogida empresarial, los equipamientos sociales relacionados con la cultura, ocio y la calificación urbana de los núcleos urbanos de la región, habiendo alcanzado, con apoyo comunitario, elevados índices de cobertura del territorio, garantizando una elevada tasa de satisfacción por parte de la población y reconocimiento institucional del esfuerzo realizado y de las buenas prácticas adoptadas, tanto interna como externamente.

En el caso de las accesibilidades, la política adoptada surge de una estrategia de proximidad, con mejoras en los accesos por carreteras, estrechando la unión de los centros rurales con los centros urbanos principales en articulación con la inversión proveniente del Plan Rodoviario Nacional.

No campo do investimento público de carácter supra municipal, destaca-se a importância conferida pelos Municípios ao Associativismo, cujas “bandeiras” regionais passam por entidades com peso e história enquanto actores institucionais do desenvolvimento local e regional, tais como a AMDB – Associação de Municípios do Distrito de Beja (actualmente AMBAAL – Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral), ARECBA – Agência Regional de Energia do Centro e Baixo Alentejo, ADRAL e outras Associações de Promoção do Desenvolvimento Local e Regional.

Nota para a importância da AMDB nas propostas que decorreram das respectivas competências, designadamente mediante a elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Beja (PIDDBE), realizado no princípio dos anos 90, tendo em vista dotar a Associação de Municípios e as Autarquias associadas de um instrumento orientador para o desenvolvimento do distrito de Beja, nos alvares da integração europeia de Portugal, o qual tem sido permanentemente actualizado tendo a AMBAAL apresentado recentemente o Plano Integrado de Desenvolvimento do Baixo Alentejo (PIDBA), o qual originou o plano de acção para a gestão dos fundos comunitários no âmbito do investimento municipal no período de 2007 a 2013 no Baixo Alentejo.

As instituições acima referidas, manifestações físicas de empenhamento dos Municípios em trabalhar em parceria em função de interesses comuns, foram e são muito importantes e decisivas no investimento supra municipal com escala em áreas estratégicas da esfera de competências dos Municípios, optimizando os investimentos realizados e, em particular, os Fundos Comunitários que os suportam, procurando ser o mais objectivo e criteriosos possíveis.

Esses projectos de âmbito territorial alargado incidiram sobretudo nas áreas de Formação e Qualificação, Modernização Administrativa dos Municípios, Sociedade do Conhecimento, Gestão e Ordenamento do Território, Desenvolvimento Económico e Social, Ensino, Cooperação Transnacional e Energias Renováveis.

Projectos como a rede de GADES para o apoio aos empreendedores, a Modernização e Qualificação Administrativa do Baixo Alentejo, com a aproximação das instituições aos cidadãos, a Cobertura Cartográfica do Baixo Alentejo

En el campo de la inversión pública de carácter supra municipal, destaca la importancia concedida por los municipios al asociacionismo, cuyas “banderas” regionales pasan por entidades de peso e historia como actores institucionales de desarrollo local y regional, tales como AMDB (Asociación de Municipios del Distrito de Beja), actualmente AMBAAL (Asociación de Municipios del Bajo Alentejo y Alentejo Litoral), ARECBA (Agencia Regional de Energía del Centro y Bajo Alentejo), ADRAL y otras Asociaciones de Promoción del Desarrollo Local y Regional.

Debe destacarse la importancia de la AMDB en las propuestas que resultan de las respectivas competencias, principalmente mediante la elaboración del Plan Integrado de Desarrollo del Distrito de Beja (PIDDBE), realizado a principios de los años 90, con la intención de dotar a la Asociación de Municipios y a las Autarquías asociadas de un instrumento orientador para el desarrollo del distrito de Beja, en los albores de la integración europea de Portugal, el cual ha sido permanentemente actualizado habiendo presentado el AMBAAL recientemente el Plan Integrado de Desarrollo del Bajo Alentejo (PIDBA), lo que originó el plan de acción para la gestión de los fondos comunitarios en el campo de la inversión municipal en el periodo del 2007 al 2013 en el Bajo Alentejo.

Las instituciones anteriormente mencionadas, manifestaciones físicas del empeño de los municipios por trabajar en asociación en función de intereses comunes, fueron y son muy importantes y decisivas en la inversión supramunicipal con escala en áreas estratégicas de la esfera de las competencias de los municipios, optimizando las inversiones realizadas y en particular los Fondos Comunitarios que los soportan, intentando ser lo más objetivos y rigurosos posibles.

Esos proyectos de carácter territorial ampliado incidirán sobre todo en las áreas de Formación y Cualificación, Modernización Administrativa de los Municipios, Sociedad del Conocimiento, Gestión y Ordenación del Territorio, Desarrollo Económico y Social, Enseñanza, Cooperación Transnacional y Energías Renovables.

Proyectos como la red de GADES para el apoyo a los emprendedores, la Modernización y Cualificación Administrativa del Bajo Alentejo, con la aproximación de las instituciones a los ciudadanos, la Cobertura Cartográfica

e os respectivos sistemas de informação geográfica, para um melhor conhecimento da região e contribuição para melhores políticas de análise e subsequente decisão, o projecto RURALNET de ligação à internet nas Freguesias do Distrito de Beja (premiado internacionalmente pelo United Nations Public Service Awards das Nações Unidas, por iniciativa da Rede Comum de Conhecimento da Administração Pública), a Repavimentação de Estradas do Distrito de Beja e o projecto BEJADIGITAL, que criou um novo modelo de comunicação interactiva na região, contribuindo com novas formas de negócio e de governo electrónico local, permitiram, em primeiro lugar, a consolidação do trabalho em parceria - a chamada cooperação intermunicipal - consignado, cada vez com maior destaque, nos conceitos dos diversos Quadros Comunitários de Apoio ao longo dos últimos 25 anos, apelando ao espírito de inovação dos diversos actores do desenvolvimento, contribuindo proactivamente para os respectivos ciclos de desenvolvimento e proximidade ao território e população associados.

Os Impactos decorrentes da adesão à União Europeia de Portugal no Baixo Alentejo são, indubitavelmente, bastante positivos, com efeitos multiplicadores de desenvolvimento económico, social e institucional, através da implementação de políticas de desenvolvimento regional, não sendo exagerada a imagem que praticamente todos os investimentos contaram com algum tipo de apoio financeiro proveniente do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) ou do Fundo Social Europeu (FSE).

Não obstante, continuam a verificar-se indicadores macro económicos e sociais que teimam em manter afastado o Baixo Alentejo dos indicadores médios do País e da União Europeia, que reflectem as debilidades e carências no tecido económico regional e um acentuado envelhecimento demográfico, com impactos negativos no despovoamento, em contraste com outras regiões do país.

É ainda possível verificar que embora se tenha observado uma interessante redução do desemprego no conjunto do Baixo Alentejo, é precisamente nesta região que se localiza a maioria dos concelhos com níveis de desemprego mais elevados.

O PIB per capita do Baixo Alentejo encontrava-se, em 2003, bastante abaixo da média nacional, cifrando-

del Bajo Alentejo y los respectivos sistemas de información geográfica para un mejor conocimiento de la región y contribución a mejores políticas de análisis y subsiguiente decisión, el proyecto RURALNET de conexión a internet en los municipios de la zona de Beja (premiado internacionalmente por el United Nations Public Service Awards das Nações Unidas, por iniciativa de la Red Común de Conocimiento de la Administración Pública), la repavimentación de carreteras de la zona de Beja y el proyecto BEJADIGITAL, que creó un nuevo modelo de comunicación interactiva en la región, contribuyendo a nuevas formas de negocio y de gobierno electrónico local, permitieron, en primer lugar, la consolidación del trabajo en sociedad (la llamada cooperación intermunicipal), consignado, cada vez con mayor realce, en los conceptos de los diversos Marcos Comunitarios de Apoyo a lo largo de los últimos 25 años, apelando al espíritu de innovación de los diversos actores del desarrollo, contribuyendo proactivamente a los respectivos ciclos de desarrollo y proximidad al territorio y población asociados.

Los impactos que resultan de la adhesión a la Unión Europea de Portugal en el Bajo Alentejo son, indudablemente, bastante positivos, con efectos multiplicadores del desarrollo económico, social e institucional, a través de la implementación de políticas de desarrollo regional, no siendo exagerada la imagen de que prácticamente todas las inversiones contaron con algún tipo de apoyo financiero proveniente del Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER) o del Fondo Social Europeo (FSE).

No obstante, continúan verificándose indicadores macroeconómicos y sociales que insisten en mantener apartado al Bajo Alentejo de los indicadores medios del país y de la Unión Europea, que reflejan las debilidades y carencias en el tejido económico regional y un acentuado envejecimiento demográfico, con impactos negativos en la despoblación, en contraste con otras regiones del país.

Es también posible verificar que aunque se haya observado una interesante reducción del desempleo en el conjunto del Bajo Alentejo, es precisamente en esta región donde se localiza la mayoría de los municipios con los niveles de desempleo más elevados.

El PIB per capita del Bajo Alentejo se encontraba, en 2003, bastante por debajo de la media nacional, cifrán-

-se a diferença em 28%, sendo ligeiramente melhor no contexto da região Alentejo. De facto, em termos intra-regionais, são visíveis diferenças significativas entre as diferentes NUTS III: o Baixo Alentejo apresenta o desempenho menos conseguido, contribuindo, à data, com apenas 13,9 % para o PIB regional (dados de 2003, recolhidos no texto do Programa Operacional do Alentejo 2007/2013), consolidando-se a imagem de reduzida competitividade da região, que, de acordo com o Estudo sobre a Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social, situava o Baixo Alentejo no 22º lugar entre as NUT III mais competitivas a nível nacional, no ranking de 2000-2002, portanto denotando uma incipiente dinâmica de crescimento económico.

De facto, o Baixo Alentejo, nos cinco anos que decorreram entre 1995-2000 foi a única região que não apresentou um crescimento do VAB (Valor Acrescentado Bruto - indicador que permite comparar a produtividade e a evolução dos diferentes sectores de actividade económica), tendo, no período de 2001-2006, apresentado um crescimento de cerca de 1%, o qual indicava uma ligeira inversão, embora discreta.

Outro facto relevante passa pela manutenção do elevado peso das actividades relacionadas com a Agricultura, Pecuária e Indústria Extractiva no PIB do Baixo Alentejo, entre 1995 e 2006, pese embora se verifique um acréscimo nas actividades relacionadas com serviços, com destaque para alguns serviços intensivos em conhecimento, não sendo ainda suficiente para se considerar existir uma tendência de diversificação das actividades económicas, nem o seu alargamento a outros sectores de actividade para além dos já referidos e relacionados com o sector primário, em particular, e terciário.

Ainda assim, o Baixo Alentejo apresenta uma evolução geral bastante positiva desde a implementação do QCA I até ao presente, a qual foi conseguida com o contributo da União Europeia e das Políticas de Desenvolvimento Regionais, que permitiu o incremento de investimento público, de forma mais substancial na primeira metade do período de adesão.

Este investimento foi e continua a ser realizado com base nos já referidos alicerces da Cooperação Institucional, que se pretende cada vez mais abrangente e inten-

dose la diferencia en el 28%, siendo ligeramente mejor en el contexto de la región del Alentejo. De hecho, en términos intrarregionales, son visibles diferencias significativas entre las diferentes NUTS III: el Bajo Alentejo presenta el desempeño menos conseguido, contribuyendo, a día de hoy, con solo el 13,9 % al PIB regional (datos de 2003, recogidos en el texto del Programa Operacional del Alentejo 2007/2013), consolidándose la imagen de reducida competitividad de la región, que, de acuerdo con el Estudio sobre la Competitividad Territorial y la Cohesión Económica y Social, situaba al Bajo Alentejo en el puesto 22º entre las NUT III más competitivas a nivel nacional, en el ranking de 2000-2002, denotando una incipiente dinámica de crecimiento económico.

De hecho, el Bajo Alentejo, en los cinco años que transcurrieron entre 1995-2000, fue la única reunión que no presentó un crecimiento del VAB (Valor Aumentado Bruto, indicador que permite comparar la productividad y la evolución de los diferentes sectores de actividad económica), habiendo presentado, durante el periodo 2001-2006, un crecimiento del 1%, lo cual indica un ligero aunque discreto cambio de tendencia.

Otro hecho relevante pasa por el mantenimiento del elevado peso de las actividades relacionadas con la Agricultura, Pecuaria e Industria Extractiva en el PIB del Bajo Alentejo, entre 1995 y 2006, a pesar de que se verifique un crecimiento en las actividades relacionadas con servicios, destacando algunos servicios intensivos en conocimiento, no siendo aún suficiente para que se considere que existe una tendencia de diversificación de las actividades económicas, ni su ampliación a otros sectores de actividades además de los ya referidos y relacionados con el sector primario, en particular, y terciario.

Aún así, el Bajo Alentejo presenta una evolución general bastante positiva desde la implementación del QCA I hasta el presente, la cual se ha conseguido con la contribución de la Unión Europea y de las Políticas de Desarrollo Regionales, que ha permitido el incremento de inversión pública, de forma más sustancial en la primera mitad del periodo de adhesión.

Esta inversión fue y continúa siendo realizada con base en los ya referidos cimientos de la Cooperación Indus-

sa, e nas políticas de grandes investimentos de carácter nacional e investimento privado cuja tendência de atracção pela região é notoriamente crescente, facto que não se pode dissociar da política seguida, tanto no plano de iniciativa nacional como local e com o imprescindível apoio da União Europeia.

No caso do impacto dos investimentos públicos de carácter nacional no desenvolvimento local e regional, a primeira nota de destaque é claramente para o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, projecto estruturante que se assume como investimento âncora no desenvolvimento regional, o qual continua a capitalizar uma fortíssima aposta do estado Português e da União Europeia na constituição de uma reserva de água estratégica, na revitalização da economia através da modernização da agricultura e dos seus modos de produção, na produção de energia e no desenvolvimento de uma política de aproveitamento turístico, de forma sustentada no plano do ambiente e da gestão do território.

Associado a este projecto, o Aeroporto Internacional de Beja, construído com o apoio dos fundos comunitários, constitui o vector principal na política de internacionalização da região quer mediante a captação de fluxos turísticos relacionados com o Alqueva, o Litoral Alentejano e o Algarve, quer através da emergência de novas actividades económicas.

No caso da emergência das novas actividades económicas, o Aeroporto Internacional de Beja tem ainda como impacto indirecto, a visão dos Municípios e dos seus decisores em apostar, de forma coerente, em novas áreas logísticas e de acolhimento empresarial, as quais também são realizadas com recurso ao apoio da União Europeia e que poderão ser muito importantes para a captação de investimento privado para a produção de produtos de qualidade e serviços de valor acrescentado.

É neste substrato, neste meio de cultura, que emergiu da associação qualitativa e quantitativa dos diversos actores presentes no ciclo de desenvolvimento, que são dados passos para uma já não tão discreta evolução dos indicadores socioeconómicos, o que tem resultado numa aproximação à média nacional do PIB per capita com valores de 92,4% em 2006 e de 94,1% em 2007, denotando um claro ritmo de tendência crescente da

trial, que se pretende cada vez más abarcadora e intensa, y en sus políticas de grandes inversiones de carácter nacional e inversión privada, cuya tendencia de atracción por la región es notoriamente creciente, hecho que no se puede disociar de la política ofrecida, tanto en el plano de iniciativa nacional como local y con el imprescindible apoyo de la Unión Europea.

En el caso del impacto de las inversiones públicas de carácter nacional en el desarrollo local y regional, la primera nota destacable es evidentemente para el Empreendimento de Fines Múltiples de Alqueva, proyecto estructurante que se asume como inversión insigne en el desarrollo regional, lo cual continúa capitalizando una fortísima apuesta del Estado Português y de la Unión Europea en la constitución de una reserva de agua estratégica, en la revitalización de la economía a través de la modernización de la agricultura y de sus modos de producción, en la producción de energía y en el desarrollo de una política de aprovechamiento turístico, de forma sostenible en el plano medioambiental y de gestión del territorio.

Asociado a este proyecto, el Aeropuerto Internacional de Beja, construido con el apoyo de fondos comunitarios, constituye el vector principal en la política de internacionalización de la región, bien mediante la captación de flujos turísticos relacionados con Alqueva, el litoral alentejano y el Algarve, bien a través de la emergencia de nuevas actividades económicas.

En el caso de que emerjan las nuevas actividades, el Aeropuerto Internacional de Beja tiene también como impacto indirecto la visión de los municipios y de sus responsables por apostar de forma coherente en nuevas áreas logísticas y de acogida empresarial, que también se realizan recurriendo al apoyo de la Unión Europea y que podrán ser muy importantes para la captación de inversión privada para producción de productos de calidad y servicios de valor añadido.

Es en este sustrato, en este medio de cultivo que emergió de la asociación cualitativa y cuantitativa de los diversos actores presentes en el ciclo de desarrollo, donde se van dando pasos hacia una ya no tan discreta evolución de los indicadores socioeconómicos, lo que ha resultado en una aproximación a la media nacional del PIB per capita

actividade económica na região, o que representa, genericamente, uma melhoria dos índices de desenvolvimento económico e social da região, facto que pode ser claramente relacionado com o impacto resultante da aplicação na região dos apoios da União Europeia e do Estado Português.

No presente e apontando para o futuro, sabendo que o trabalho não acaba aqui, é com natural expectativa que, conjuntamente com os grandes projectos presentes no Baixo Alentejo, os impactos produzidos pela agilização na implementação do QREN 2007/2013 e apresentação de futuros pacotes de apoio comunitários possibilitem ao Baixo Alentejo o acentuar da presente função crescente de desenvolvimento interno de forma a alcançar os seguintes objectivos estratégicos patentes no Plano Integrado de Desenvolvimento do Baixo Alentejo: Estruturar Condições para a Atracção e Fixação de Investimentos Produtivos, Assegurar a Coesão Social e a Melhoria da Qualidade de Vida das Populações e Promover a Qualificação e a Valorização do Sistema Ambiental e Territorial.

O Baixo Alentejo considera inegável e inquestionável a importância que a União Europeia tem e continuará a ter nos próximos 25 anos, não só através dos muito importantes pacotes financeiros atribuídos, mas particularmente mediante políticas de desenvolvimento regional naturalmente articuladas com as orientações nacionais e as políticas de coesão entre os diversos territórios do espaço europeu, para que seja alcançado o grande desígnio desta terra e destas gentes, que passa por Inverter o declínio social e económico da região, travar o recuo demográfico, a fragilidade económica, a debilidade empresarial e a dependência excessiva face ao investimento e emprego públicos, de forma a preparar a região para se tornar um território competitivo, atraente para a fixação de pessoas e de investimento num contexto diverso, rico e único do ponto de vista dos recursos, do ambiente e da cultura, no seio do grande espaço que é a Europa ■

Jorge Pulido Valente - Presidente da CIMBAL

con cifras del 92,4% en el 2006 y del 94,1% en el 2007, denotando un claro ritmo de tendencia creciente de la actividad económica en la región, lo que representa, genéricamente, una mejoría de los índices de desarrollo económico y social de la región, hecho que puede ser claramente relacionado con el impacto que resulta de la aplicación en la región de los apoyos de la Unión Europea y del Estado Português.

En el presente y apuntando hacia el futuro, sabiendo que el trabajo no acaba aquí, con una expectativa natural, junto con los grandes proyectos presentes en el Bajo Alentejo, los impactos producidos por la agilización en la implementación del QREN 2007/2013 y presentación de futuros paquetes de apoyo comunitario posibilitarán al Bajo Alentejo acentuar la actual función creciente de desarrollo interno de manera que se alcancen los siguientes objetivos estratégicos patentes en el Plan Integrado de Desarrollo del Bajo Alentejo: estructurar condiciones para la atracción y fijación de inversiones productivas, asegurar la cohesión social y la mejora de la calidad de vida de la población y promover la calificación y valoración del sistema medioambiental y territorial.

El Bajo Alentejo considera innegable e incuestionable la importancia que la Unión Europea tiene y continuará teniendo en los próximos 25 años, no solo a través de los muy importantes paquetes financieros atribuidos, sino particularmente mediante políticas de desarrollo regional naturalmente articuladas con las orientaciones nacionales y las políticas de cohesión entre los diversos territorios del espacio europeo, para que sea alcanzado el gran designio de esta tierra y de estas gentes, que pasa por invertir el declive social y económico de la región, impedir el retroceso demográfico, la fragilidad económica, la debilidad empresarial y la dependencia excesiva de cara a la inversión y el empleo públicos, de forma que se prepare a la región para convertirse en un territorio competitivo, atrayente para la fijación de personas y de inversión en un contexto diverso, rico y único desde el punto de vista de los recursos, del medioambiente y de la cultura, en el seno del gran espacio que es Europa ■

Jorge Pulido Valente - Presidente da CIMBAL





CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central

CIMAC - Alentejo Central

O Alentejo Central, como o próprio nome indica, está no centro da Região Alentejo inserido entre a Área Metropolitana de Lisboa e Espanha, em torno do corredor rodoviário (que a prazo será rodo-ferroviário) que liga as duas capitais ibéricas. Abrange uma área total de 7478 kms² onde reside uma população que se cifrará actualmente em cerca de 168000 habitantes.

Esta dimensão demográfica, estimativa, a confirmar dentro de poucos meses quando forem conhecidos os primeiros dados dos Censos 2011, corresponde a uma diminuição gradual que se vem verificando desde há décadas. Trata-se, ainda, de uma população muito envelhecida com um grau de dependência muito elevado e com baixas qualificações.

A debilidade demográfica, partilhada com o resto da região, tem-se constituído, porventura, como o principal obstáculo a um desenvolvimento económico que vem

CIMAC - Alentejo Central

E l Alentejo Central, como su nombre indica, está situado en el centro de la región del Alentejo, inserto entre el área metropolitana de Lisboa y España, rodeando el corredor vial (que a corto plazo será vial-ferroviario) que une las dos capitales ibéricas. Abarca un área total de 7.478 kms² en la que reside una población de alrededor de 168.000 habitantes.

Esta dimensión demográfica, que es estimativa y que se confirmará en pocos meses cuando sean dados a conocer los primeros datos de los Censos 2011, corresponde a una disminución gradual que viene siendo una realidad desde hace décadas. Se trata además de una población muy envejecida, con un grado de dependencia muy elevado y de baja cualificación.

La debilidad demográfica, compartida con el resto de la región, se ha constituido, desgraciadamente, en el principal obstáculo para un desarrollo económico que

sendo perseguido também há décadas e onde os investimentos, públicos e privados, com apoio comunitário assumem particular relevância. Desde logo pelo significativo peso que têm no investimento público. Os fundos comunitários têm representado um pouco menos de 10% da receita total dos municípios mas cerca de um quarto a um terço das despesas de investimento.

Se tivermos em conta o reduzido impacto do PIDDAC – excepto no que se refere aos grandes projectos nacionais – e a importância que os investimentos municipais têm para o desenvolvimento social e económico podemos concluir do impacto decisivo dos co-financiamentos comunitários no desenvolvimento local.

De facto, nos últimos 25 anos, praticamente não haverá investimento público em infra-estruturas e equipamentos, no Alentejo Central (como no resto da Região), que não tenha tido comparticipação comunitária.

O impacto desses investimentos é particularmente relevante ao nível das acessibilidades viárias, das infra-estruturas de saneamento e da disponibilização de equipamentos sociais às populações assim como na qualificação dos aglomerados urbanos da sub-região. Os índices de cobertura das infra-estruturas e dos equipamentos subiram de modo generalizado e a melhoria das acessibilidades “aproximou” toda a região, em particular as áreas rurais dos centros principais. Os inquéritos de opinião dão disso notícia, com índices de satisfação bastante elevados relativamente à disponibilidade dos equipamentos de apoio social, de saúde, culturais e desportivos em todos os municípios.

No que se refere aos investimentos de nível nacional com maior impacto no desenvolvimento local, com apoio comunitário, destaca-se o Plano Rodoviário Nacional, da maior importância numa região onde a rede nacional tem um enorme peso, não só na articulação interna mas, também na relação com o exterior, que é determinante para o posicionamento competitivo da sub-região no quadro nacional e ibérico.

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva é outro investimento de carácter nacional, com forte apoio comunitário, com impacto muito importante no desenvolvimento local ainda que tal impacto se dilua no tempo e parte dos seus efeitos só possam ser visíveis

se ha perseguido también desde hace décadas y donde las inversiones, tanto públicas como privadas, con apoyo comunitario, asumen una particular relevancia, fundamentalmente por el significativo peso que tiene en la inversión pública. Los fondos comunitarios han representado un poco menos del 10% del ingreso total de los municipios, pero entre un cuarto y un tercio de los gastos de inversión.

Si tenemos en cuenta el reducido impacto del PIDDAC, excepto en lo que se refiere a los grandes proyectos nacionales, y la importancia que las inversiones municipales realizan para el desarrollo social y económico, podemos hacernos una idea del impacto decisivo de las cofinanciaciones comunitarias en el desarrollo local.

De hecho, en lo últimos 25 años, no ha habido prácticamente inversión pública en infraestructuras y equipamientos en el Alentejo central (como en el resto de la región) que no haya tenido coparticipación comunitaria.

El impacto de esas inversiones es particularmente relevante a nivel de las diferentes accesibilidades, de las infraestructuras de saneamiento y de la disponibilización de los equipamientos sociales para la población, así como en la cualificación de los aglomerados urbanos de la subregión. Los índices de cobertura de las infraestructuras y de los equipamientos subieron de manera generalizada y la mejoría de las accesibilidades “aproximó” a toda la región, particularmente las áreas rurales a los centros principales. Las encuestas de opinión dan noticia de eso, con índice de satisfacción bastante elevados con respecto a la disponibilidad de los equipamientos de apoyo social, de salud, culturales y deportivos en todos los municipios.

En lo que se refiere a las inversiones a nivel nacional con mayor impacto en el desarrollo local con apoyo comunitario, destaca el Plan Rodoviario Nacional, de mayor importancia en una región donde la red nacional tiene un enorme peso, no solo en la articulación interna sino también en la relación con el exterior, que es determinante para un posicionamiento competitivo de la subregión en el marco nacional e ibérico.

El Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva es otra inversión de carácter nacional, con fuerte apoyo comunitario, con un impacto muy importante en el desarrollo local, aunque este impacto se diluya en el tiempo y parte

no médio e longo prazo, na dinamização de um sector – a agricultura - onde os efeitos dos investimentos com apoio comunitário são de mais difícil avaliação.

Voltando aos investimentos municipais, merece ainda particular relevo a criação e expansão das áreas de acolhimento empresarial (vulgo zonas industriais) e a criação, sempre com o apoio dos financiamentos comunitários, de estruturas de promoção do desenvolvimento de que são exemplo, prestigiante para o Alentejo Central e para os seus municípios, a ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, a ARECBA – Agência de Energia do Centro e Baixo Alentejo, os GADE – Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento e as diversas associações de promoção do desenvolvimento local. Para a qualificação das condições de acolhimento e instalação de empresas em todos os municípios contribuíram ainda de modo significativo dois grandes projectos intermunicipais: o Projecto EDD - Évora Distrito Digital decisivo no impulso que deu à modernização e qualificação das administrações municipais, cada vez mais importante para o contexto do desenvolvimento empresarial; e o projecto RCDE – Rede Comunitária do Distrito de Évora. Este último coloca o Alentejo Central numa posição impar a nível nacional ao dotar esta sub-região de uma rede de comunicações avançada de alto débito, disponível em todos os municípios e em todas as áreas de acolhimento empresarial, empurrando o Alentejo Central para a frente das regiões nacionais mais competitivas.

Sendo inegável o enorme impacto da adesão à União Europeia e, na nossa região, os efeitos das políticas de desenvolvimento regional com raiz comunitária e financiamento apoiado pela União, constata-se contudo que a evolução dos indicadores agregados de desenvolvimento, sobretudo na última década, não revela de modo claro a aproximação do Alentejo Central da média do País e da União. Isto é, os indicadores da coesão e da competitividade têm tido uma evolução, embora positiva, pouco consistente, aparentemente ao sabor da conjuntura económica nacional e internacional e das mudanças e reorientações das políticas sectoriais nacionais.

É muito notório que, no Alentejo central como no resto do território nacional, a aproximação à média do País e da União foi muito mais significativa na primeira metade do período de adesão, até ao dealbar do século XXI, do

de sus efectos solo puedan ser visibles a medio y largo plazo, en la dinamización de un sector, la agricultura, en el que los efectos de las inversiones con apoyo comunitario son de más difícil evaluación.

Volviendo a las inversiones municipales, merece una particular mención la creación y expansión de las áreas de acogida empresarial (las llamadas zonas industriales) y la creación, siempre con el apoyo de financiación comunitaria, de estructuras de promoción de desarrollo, entre las que son ejemplo de prestigio para el Alentejo central y para sus municipios, ADRAL (Agencia de Desarrollo Regional del Alentejo), ARECEBA (Agencia de Energía del Centro y Bajo Alentejo), los GADE (Gabinetes de Apoyo al Desarrollo) y las diversas asociaciones de promoción del desarrollo local. Para la cualificación de las condiciones de acogida e instalación de empresas en todos los municipios contribuyeron también de forma significativa dos grandes proyectos intermunicipales: el proyecto EDD (Évora Distrito Digital), decisivo en el impulso para la modernización y cualificación de las administraciones municipales, cada vez más importantes para el contexto del desarrollo empresarial; y el proyecto RCDE (Red Comunitaria del Distrito de Évora). Éste último coloca al Alentejo Central en una posición sin igual a nivel nacional al dotar a esta subregión de una red de comunicaciones avanzada de alto débito, disponible en todos los municipios y en todas las áreas de acogida empresarial, empujando al Alentejo Central a la cabeza de las regiones nacionales más competitivas.

Siendo innegable el enorme impacto de la adhesión a la Unión Europea y, en nuestra región, los efectos de las políticas de desarrollo regional con raíz comunitaria y financiación apoyada por la Unión, se constata que la evolución de los indicadores agregados de desarrollo, sobre todo en la última década, no revela de forma clara la aproximación del Alentejo Central a la media del país y de la Unión. Es decir, los indicadores de cohesión y de competitividad han tenido una evolución, aunque positiva, poco consistente, aparentemente al tirmo de la coyuntura económica nacional e internacional y de los cambios y reorientaciones de la políticas sectoriales nacionales.

Es muy notorio que en el Alentejo central, como en el resto del territorio nacional, la aproximación a la media del país y de la Unión fue mucho más significativa en la

que na última década. Segundo dados do Departamento de Prospectiva e Planeamento, entre 1996 e 2000 a taxa de crescimento real do PIB no Alentejo Central é sensivelmente o dobro da Região e do País, o que faz subir o PIB per capita até 88% da média nacional em 2000. Disto mesmo nos dá conta o Estudo sobre a Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social que, com base nos indicadores da última década do Século XX coloca o Alentejo Central em 5º lugar entre as NUT III a nível nacional. Mas a essa década sucedeu uma quebra acentuada. Na década seguinte, a mais próxima de nós, a taxa de crescimento do Alentejo Central apresenta valores negativos, os mais baixos do País, bastante abaixo da média nacional e mesmo do conjunto da Região.

Espera-se agora que, apesar do contexto nacional e internacional desfavorável, a aceleração da execução do QREN contribua para inverter esta situação ■

Ângelo de Sá

Presidente da CIMAC

Embora solicitado, não foi remetido atempadamente à revista *Análise Regional* o artigo da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

primera mitad del periodo de adhesión, hasta prácticamente el siglo XXI, que en la última década. Según datos del Departamento de Prospectiva e Planeamento, entre 1996 y el 2000 la tasa de crecimiento real de PIB en el Alentejo Central es casi el doble de la región y del país, lo que hace subir el PIB per cápita hasta el 88% de la media nacional en el 2000. De esto mismo nos da cuenta el Estudio sobre la Competitividad Territorial y la Cohesión Económica y Social que, con base en los indicadores de la última década de siglo XX, coloca al Alentejo central en 5ª posición entre las NUT III a nivel nacional. Pero a esa década le siguió una ruptura acentuada. En la década siguiente, la más próxima a nosotros, la tasa de crecimiento del Alentejo central presenta valores negativos, los más bajos del país, bastante por debajo de la media nacional e incluso del conjunto de la región.

Ahora se espera que, a pesar de que el contexto nacional e internacional es desfavorable, la aceleración de la ejecución del QREN contribuya a cambiar esta situación ■

Ângelo de Sá

Presidente da CIMAC

*Aunque pedido, no fue presentado a tiempo a la revista *Análise Regional* el artículo de la Comunidade Intermunicipal del Alto Alentejo.*



António Serrano - Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas

A nálise Regional - Que Balanço faz dos 25 anos da aplicação de fundos estruturais no Alentejo ?

António Serrano - Todo o período de adesão à União Europeia, a partir do qual tivemos acesso aos fundos estruturais, tem de considerar-se positivo ao nível das infra-estruturas.

No Alentejo canalizámos muitos desses fundos para melhorar as infra-estruturas básicas, nomeadamente, o saneamento e aí, não há dúvida, que o resultado é bastante positivo.

Mais tarde, houve uma preocupação com os recursos humanos, a formação profissional e com a qualificação dos portugueses e só no último Quadro se notou realmente uma melhoria grande ao nível da qualificação e até nas infra-estruturas ligadas à qualificação, estou a falar nas escolas.

No final do Quadro anterior e, principalmente no actual, houve um grande incremento na modernização e nas tecnologias, mas os resultados ainda não são perceptíveis por parte das populações.

Em termos de balanço destes 25 anos e se olharmos à distância, facilmente nos apercebemos o muito que o Alentejo melhorou, do ponto de vista das acessibilidades, das infra-estruturas de saneamento etc., o que

A nálisis Regional - ¿Qué balance hace de los 25 años de la aplicación de los fondos estructurales en el Alentejo?

António Serrano - Todo el periodo de adhesión a la Unión Europea, a partir del cual tuvimos acceso a los fondos estructurales, tiene que ser considerado positivo a nivel de infraestructuras.

En el Alentejo canalizamos muchos de esos fondos para mejorar las infraestructuras básicas, principalmente el saneamiento y aquí, sin dudar, el resultado es muy positivo.

Más tarde hubo una preocupación por los recursos humanos, por la formación profesional y por la cualificación de los portugueses, y solo en el último marco se ha notado realmente una mejoría grande en cuanto a la cualificación y hasta en las infraestructuras ligadas a la cualificación; me refiero a la escuelas.

Al final del marco anterior, y principalmente en el actual, hubo un gran incremento en la modernización y en las tecnologías, aunque los resultados aún no son perceptibles por parte de la población.

En cuanto al balance de estos 25 años y mirando desde la distancia, es fácil darse cuenta de lo mucho que ha mejorado el Alentejo, desde el punto de vista de las acce-

ainda não é visível é a melhoria na estrutura produtiva da região, mas isso deve-se ao facto dos impactos de intervenção de instrumentos de política só serem visíveis a longo prazo.

Digamos que no Alentejo as melhorias de condições das infra-estruturas ainda não foram acompanhadas pela capacidade de atracção de pessoas para a região e isso é o que ainda não está feito e que é preciso fazer no futuro, é preciso ganhar escala, ganhar dimensão, criar as redes de conhecimento, capacidade de trabalho em rede... esse é o patamar seguinte que tem de ser realizado.

AR - Faltará uma estratégia regional para isso ser conseguido?

AS - Não há uma estratégia regional, e ela não é possível, porque nós não temos um quadro político de regionalização, apesar de termos cinco regiões plano, onde as Comissões de Coordenação têm uma série de responsabilidades de coordenação e planeamento. O facto é que, depois de no início haver uma certa cumplicidade no planeamento, cedo se começou a notar uma autonomia muito grande dos diversos departamentos do Estado no território e as CCDR foram tendo cada vez mais dificuldades na implementação de um papel de coordenação efectiva, e isto porque há uma verticalização das políticas sectoriais.

AR - Mas houve algumas alterações para se conseguirem alcançar políticas territoriais mais abrangentes?

AS - Só na última lei orgânica das CCDRs foi criado um conselho inter-sectorial onde seria possível haver uma intersecção dos objectivos de cada Ministério no território, mas esse conselho tem tido alguma dificuldade no seu arranque, nota-se uma predominância muito grande de cada departamento do Estado ao nível do Ministério, verticalizado até à direcção regional e esta faz o seu trabalho. Tem faltado um espaço de intercepção no sentido de promover políticas de desenvolvimento regional, o que leva por vezes à multiplicação de investimentos e esforços financeiros em toda a região, que não estão enquadrados nesta perspectiva de coordenação.

AR - A regionalização é a saída deste impasse?

AS - Eu acho que só com a regionalização é possível ha-

sibilidades, de las infraestructuras de saneamiento, etc.; lo que todavía no es visible es la mejora en la estructura productiva de la región, pero eso se debe al hecho de que los impactos de intervención de instrumentos de política solo son visibles a largo plazo.

Digamos que en el Alentejo las mejoras de las condiciones de las infraestructuras aún no han sido acompañadas por la capacidad de atracción de gente a la región, y eso es lo que todavía no está hecho y que es necesario hacer en el futuro; es necesario ganar escala, ganar dimensión, crear las redes de conocimiento, capacidad de trabajo en red... Ese es el siguiente nivel que tiene que conseguirse.

AR - ¿Falta una estrategia regional para que eso se consiga?

AS - *No hay una estrategia regional, y no es posible que la haya, porque nosotros no tenemos un marco político de regionalización, a pesar de que tenemos cinco regiones en las que las Comisiones de Coordinación tienen una serie de responsabilidades de coordinación y planificación. El hecho es que, después de que al principio hubiera una cierta complicidad en la planificación, pronto se empezó a notar una autonomía muy grande entre los diversos departamentos del Estado en el territorio, y las CCDR fueron teniendo cada vez más dificultades en la implementación de un papel de coordinación efectiva, y esto se produjo por haber una verticalización de las políticas sectoriales.*

AR - ¿Pero hubo algunos cambios para que se conseguieran alcanzar políticas territoriales que abarcasen más?

AS - *Solo en la última ley orgánica de las CCDRs se creó un consejo intersectorial donde era posible que hubiera una intersección de los objetivos de cada ministerio en el territorio, pero ese consejo tuvo algunas dificultades en su puesta en marcha; se nota una predominancia muy grande de cada departamento de Estado a nivel del Ministerio, verticalizado hasta la dirección regional, y ésta hace su trabajo. Ha faltado un espacio de intercepción en el sentido de promover políticas de desarrollo regional, lo que lleva a veces a la multiplicación de inversiones y esfuerzos financieros en toda la región, que no están enmarcados en esta perspectiva de coordinación.*

AR - ¿La regionalización es la salida de este impás?

ver uma verdadeira política regional. Enquanto não houver regionalização é de todo impossível esperar que as estruturas do Estado, ao nível desconcentrado, se articulem a ponto de promover a eficácia das políticas, porque cada departamento em primeiro lugar tem de seguir os objectivos que são fixados a nível de cada tutela.

AR - A não existência de regionalização é prejudicial para o sucesso do QREN?

AS - O sucesso do QREN está muito associado àquilo que é a nossa organização territorial e sofre por não termos regionalização.

Este QREN foi criado com o espírito e a expectativa de que as Comunidades Intermunicipais do lado autárquico e a criação do Conselho Intersectorial ao nível das CCDRs, poderiam resolver o problema da coordenação. Por um lado, a política autárquica com os Planos Territoriais de Desenvolvimento e, por outro lado, com a obrigatoriedade dos vários departamentos da Administração Central, descentralizados em cada região, puderem ter um fórum de articulação dos instrumentos de política. Isto não foi possível porque não há coordenação política.

Só é possível fazer a coordenação dos instrumentos associados a um Quadro Comunitário ou a qualquer outro mecanismo de financiamento, nomeadamente, um Orçamento do Estado, se houver coordenação política, e a figura de coordenação política é uma apenas. A capacidade de uma região se responsabilizar pelo quadro de implementação dessas medidas ao nível regional resulta, portanto, com a regionalização.

AR - A agricultura tem um papel importante quer no desenvolvimento económico da região quer no ordenamento?

AS - Digamos que os fundos agrícolas cumprem uma missão que tem muito pouco a ver com o ordenamento do território e o seu desenvolvimento sustentado. Estes fundos estão muito orientados para o desenvolvimento de um público que está no sector e o sector actua independentemente do que acontece nas restantes áreas.

Ao nível da promoção e da modernização das explorações agrícolas, tem havido resultados fantásticos, porque olhando sectorialmente verificamos que as empresas se modernizaram, são mais competitivas, houve um

AS - *Yo creo que solo con la regionalización será posible que haya una verdadera política regional. Mientras no haya regionalización es del todo imposible esperar que las estructuras del estado, a nivel desconcentrado, se articulen hasta el punto de promover la eficacia de las políticas, porque cada departamento en primer lugar tiene que seguir los objetivos que son fijados a nivel de cada tutela.*

AR - *¿Qué no exista regionalización es perjudicial para el éxito del QREN?*

AS - *El éxito del QREN está muy asociado a aquello que es nuestra organización territorial y sufre porque no tenemos regionalización.*

Este QREN fue creado con el espíritu y la expectativa de que las Comunidades Intermunicipales del lado autárquico y la creación del Consejo Intersectorial a nivel de las CCDRs pudieran resolver el problema de la coordinación. Por un lado la política autárquica con los Planes Territoriales de Desarrollo y, por otro lado, con la obligatoriedad de los varios departamentos de la administración central, descentralizados en cada región, pudieron tener un fórum de articulación de los instrumentos de política. Esto no fue posible porque no hay coordinación política.

Solo es posible llevar a efecto la coordinación de los instrumentos asociados a un Marco Comunitario o a cualquier otro mecanismo de financiación, principalmente una Ordenación del Estado, si hubiera coordinación política, y la figura de la coordinación política es solo una. La capacidad de una región que se responsabiliza por el marco de implementación de esas medidas a nivel regional resulta, por tanto, con la regionalización.

AR - *¿La agricultura tiene un papel importante en el desarrollo económico de la región o en la ordenación?*

AS - *Digamos que los fondos agrícolas cumplen una misión que tiene muy poco que ver con la ordenación del territorio y su desarrollo sostenible. Estos fondos están muy orientados hacia el desarrollo de un público que está en el sector y el sector actúa independientemente de lo que ocurre en las restantes áreas.*

En cuanto a la promoción y modernización de las explotaciones agrícolas ha habido resultados fantásticos, porque mirando por sectores verificamos que las empresas

maior nível de concentração e a produção aumentou. A produtividade do trabalho nos últimos 25 anos multiplicou-se várias vezes.

AR - A agricultura alentejana modernizou-se?

AS - Nós temos hoje uma maior capacitação empresarial, temos mais qualificação, a agricultura está mais orientada para o negócio, para a rentabilidade, para o mercado e daí que tenhamos assistido a uma mudança grande daquilo que é a paisagem alentejana: hoje com muito mais olival, muito mais vinha, muito mais pastagem extensiva.

AR - Vão surgindo novas culturas do Alentejo?

AS - O Alentejo tem uma vocação. Nós somos um país mediterrânico e o Alentejo ainda mais e, portanto, temos culturas próprias do povo mediterrânico e adaptadas aos solos e ao clima e elas sempre foram, não é de agora, o olival e a vinha.

O problema é que nós em determinada altura entendemos que era possível fazer outras coisas e hoje estamos a voltar àquilo que era a origem e a vocação de uma região mediterrânica e que é o olival e a vinha, para além de outras culturas que precisam de mais água, como no Baixo Alentejo onde é possível fazer outras culturas, só possível com a intervenção do homem.

AR - Está a falar da Barragem de Alqueva?

AS - Precisamente. A concretização de um projecto de grande dimensão como o Alqueva permite fazer a alteração de uma região grande como é o Baixo Alentejo. Esta infra-estrutura ao disponibilizar água para fazer outras culturas que não são originais de uma região mediterrânica, provoca uma alteração da paisagem e da diversificação das culturas.

Alqueva é bem o exemplo da uma articulação de fundos entre o Fundo de Coesão e os Fundos Agrícolas que foram colocados ao serviço da transformação de uma região.

Neste contexto, aqui é pois possível conciliar as culturas tradicionais com as culturas adaptadas às alterações provocadas pela existência de água em abundância.

AR - Com todas estas alterações o Alentejo é hoje uma região mais atrativa?

se han modernizado, son más competitivas, ha habido un mayor nivel de concentración y la producción ha aumentado. La productividad del trabajo en los últimos 25 años se ha multiplicado varias veces.

AR - *¿La agricultura alentejana se ha modernizado?*

AS - *Nosotros tenemos hoy una mayor capacidad empresarial, tenemos mayor cualificación, la agricultura está más orientada hacia el negocio, hacia la rentabilidad, hacia el mercado, y de ahí que hayamos asistido a un gran cambio del paisaje alentejano, hoy con mucho más olivares, muchos más viñedos y mucho más pasto.*

AR - *¿Van surgiendo nuevos cultivos del Alentejo?*

AS - *El Alentejo tiene una vocación. Nosotros somos un país mediterráneo y el Alentejo todavía más; y por tanto tenemos cultivos propios del pueblo mediterráneo y adaptados a los suelos y al clima, y esto siempre han sido, no es de ahora, el olivo y la viña.*

El problema es que nosotros, en un determinado momento, entendimos que era posible hacer otras cosas y hoy estamos volviendo a aquello que fue el origen y la vocación de una región mediterránea y que son el olivo y la viña, además de otros cultivos que necesitan más agua, como en el Bajo Alentejo, donde es posible realizar otros cultivos solo posibles con la intervención del hombre.

AR - *¿Está hablando del pantano de Alqueva?*

AS - *Exactamente. La concretización de un proyecto de gran dimensión como Alqueva permite realizar la alteración de una región grande como es el Bajo Alentejo. Esta infraestructura, al ofrecer agua para hacer otros cultivos que no son originales de una región mediterránea, provoca una alteración del paisaje y de la diversificación de los cultivos.*

Alqueva es el ejemplo de una articulación de fondos entre el Fondo de Cohesión y los Fondos Agrícolas que se pusieron al servicio de la transformación de una región.

Aquí es posible conciliar las agriculturas tradicionales con los cultivos adaptados a las alteraciones provocadas por la existencia de agua en abundancia.

AR - *¿Con todos estos cambios el Alentejo es hoy una*

AS - O Alentejo tem características muito próprias. O povo alentejano é talvez dos povos que melhor recebe os outros e é isso que está a acontecer com a vinda de pessoas de diversos países, o exemplo mais recente, o dos olivais, é bem significativo. A vinda dos espanhóis veio despertar a atenção dos alentejanos e hoje somos dominantes nesse sector.

Com as novas infra-estruturas o Alentejo passou a ser uma região com atracção de investimento estrangeiro, e não podemos dissociar este vector, recebendo bem quem vem com capacidade financeira, quem está disponível para investir, para utilizar a terra que está disponível e para promover o desenvolvimento económico.

Hoje já se nota que há muita intenção de investimento no Alentejo no domínio agrícola, principalmente na zona de influência do Alqueva, tirando partido das excelentes condições que temos que são o clima e, agora, a disponibilidade de água.

AR - A agricultura é fundamental para o desenvolvimento do país e do Alentejo?

AS - A agricultura tem um papel predominante, sempre teve. O que acontece é que Portugal durante muitos anos andou iludido de que seríamos uma economia de turismo e de serviços e que isso resolveria o problema do país. Esta visão foi fruto de políticas europeias que deixaram cair a função principal, que é a função produtiva. Tivemos um período em que se pagava para não produzir e isso levou a que muita gente se afastasse para outros sectores que achavam que eram mais dinâmicos e mais competitivos, como por exemplo, o turismo.

O que está a acontecer agora é que as pessoas tomaram consciência que se não produzirmos não sobrevivemos, estamos numa dependência grave, houve um abandono muito grande das terras. Nós temos a nível nacional 20% do território abandonado, mas produzimos mais do que produzíamos quando tínhamos os 100% utilizados, significa que houve uma capacidade de modernização tecnológica como não houve em mais sector nenhum.

O que acontece é que somos muito menos a trabalhar a terra, há muita terra disponível, o que significa que se tivéssemos capacidade para utilizar toda a terra disponível, poderíamos passar, em algumas áreas, para uma

región más atractiva?

AS - *El Alentejo tiene características muy propias. El pueblo alentejano es quizás de los pueblos que mejor recibe a los otros y eso es lo que está sucediendo con la llegada de personas de otros países, el ejemplo más reciente, el de los olivares, es bien significativo. La llegada de los españoles vino a despertar la atención de los alentejanos y hoy dominamos en ese sector.*

Con las nuevas infraestructuras, el Alentejo pasó a ser una región con atracción de inversiones extranjeras, y no podemos dissociar este vector, recibiendo a quien viene con capacidad financiera, a quien está dispuesto a invertir, para utilizar la tierra que está disponible y para promover el desarrollo económico.

Hoy ya se nota que hay mucha intención de invertir en el Alentejo en el dominio agrícola, sobre todo en la zona de influencia de Alqueva, sacando partido a las excelentes condiciones que tenemos, que son el clima y, ahora, la disponibilidad del agua.

AR - *¿La agricultura es fundamental para el desarrollo del país y del Alentejo?*

AS - *La agricultura tiene un papel predominante. Siempre lo tuvo. Lo que ocurre es que Portugal, durante muchos años, anduvo engañado pensando que seríamos una economía de turismo y de servicio y que eso resolvería el problema del país. Esta visión era el fruto de políticas europeas que dejaron que se viniera abajo la función principal, la función productiva. Tuvimos una época en la que se pagaba por no producir y eso llevo a que mucha gente se apartase hacia otros sectores que pensaban que eran más dinámicos y más competitivos, como por ejemplo el turismo.*

Lo que ha ocurrido ahora es que la gente se ha concienciado de que si no producimos no sobrevivimos, tenemos una dependencia grave, hubo un abandono muy grande de las tierras. Tenemos a nivel nacional el 20% del terreno abandonado, pero producimos más de lo que producíamos cuando teníamos el 100% del terreno utilizado; esto significa que se produjo una capacidad de modernización tecnológica como la que no se produjo en ningún otro sector.

Lo que sucede es que somos muchos menos los que trabajamos la tierra, hay mucha tierra disponible, lo que



orientação totalmente exportadora.

AR - Mas, o país tem uma grande dependência a nível da produção de alimentos?

AS - Nós temos uma dependência global em termos de produção da alimentos, mas ao contrário do que se diz, a dependência é de 30% e por vezes passa a ideia de que são 60%. Mas temos a convicção de que com os níveis de produtividade que atingimos e utilizando a terra que está por utilizar, podemos reduzir muito a dependência externa das importações e aumentar as exportações. Aliás, nos últimos anos, a exportação no sector agro-alimentar tem aumentado muito e há margem para o fazer ainda mais o sector que mais cresceu nas exportações foi o sector agro-alimentar.

AR - O Alentejo pode contribuir para diminuir a dependência alimentar?

AS - Um sector em crescendo no Alentejo é o sector hortofrutícola, que é uma das áreas onde temos mais capacidade de crescer, e este sector já representa 36% do produto agrícola nacional. No Alentejo temos bons exemplos, como a uva de mesa na região de Ferreira do Alentejo.

É claro que para isto tudo é preciso investimento, é preciso o apoio do Estado, que existe do lado dos fundos comunitários e é preciso haver dinheiro da banca e dos investidores, na minha opinião a agricultura representa a única via para sairmos da crise.

AR - Há gente nova a procurar a agricultura?

AS - Temos uma adesão grande dos jovens: no último ano houve 2500 jovens que se instalaram na agricultura, mais no norte do país e no Algarve, no Alentejo nem tanto porque aqui a propriedade é de maior dimensão. Mas existe uma atracção e uma maior qualificação dos jovens que entram no sector, hoje em dia o empresário agrícola como acontece nos outros países é prestigiado pela sociedade. Em Portugal durante muitos anos achávamos que quem trabalhava a terra era gente que não teria tanto valor como quem trabalhava no escritório e isso é completamente falso não há actividade mais nobre do que a de trabalhar a terra.

significa que si tuviéramos capacidad para utilizar toda esa tierra disponible podríamos pasar, en algunas áreas, a una orientación totalmente exportadora.

AR - Entonces, ¿el país tiene una gran dependencia a nivel de producción de alimentos?

AS - *tenemos una dependencia global en términos de producción de alimentos, pero al contrario de lo que se dice, la dependencia es del 30% y a veces se difunde la idea de que es el 60%. Pero estamos convencidos de que con los niveles de productividad que abarcamos y utilizando la tierra que no se utiliza, podríamos reducir mucho la dependencia externa de las importaciones y aumentar las exportaciones. Además, en los últimos años, la exportación en el sector agroalimentario ha aumentado mucho y hay margen para hacerlo mucho más. El sector que más ha crecido en las exportaciones fue el de la agroalimentación.*

AR - ¿El Alentejo puede contribuir para disminuir la dependencia alimenticia?

AS - *Un sector en auge en el Alentejo es el sector hortofrutícola, que es una de las áreas donde tenemos más posibilidades de crecer, y este sector ya representa el 36% del producto agrícola nacional. En el Alentejo tenemos buenos ejemplos, como la uva de mesa en la región de Ferreira del Alentejo.*

Está claro que para todo esto es necesario invertir, es necesario el apoyo del Estado que existe con los fondos comunitarios y es necesario que haya dinero de la banca y de los inversores; en mi opinión la agricultura supone la única vía para sacarnos de la crisis.

AR - ¿Hay gente joven interesada en la agricultura?

AS - *Tenemos una gran participación de los jóvenes; durante el último año hubo 2.500 jóvenes que se instalaron en la agricultura, pero en el norte del país y en el Algarve; en el Alentejo no tanto porque la propiedad es de mayor dimensión. Pero existe una atracción y una mayor cualificación de los jóvenes que entran en el sector. Hoy en día, el empresario agrícola, como ocurre en el resto de los países, tiene un gran prestigio en la sociedad. En Portugal, durante muchos años, creíamos que quien trabajaba la tierra era gente que no valía tanto como el*

AR – Afinal qual é a vocação do Alentejo?

AS – A vocação do Alentejo é ter montado, é ter vinha, ter suinicultura, bovinicultura, é ter olival, é ter um pouco de floresta, é uma região de uma agricultura multifuncional que pode ser complementada com turismo rural, é uma agricultura nova, voltada para o mercado... É essa a vocação e o que está a acontecer no Alentejo ■

António Serrano

Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas

que trabajaba en un despacho, y eso es completamente falso: no hay actividad más noble que la de trabajar la tierra.

AR - Entonces, ¿cuál es la vocación del Alentejo?

AS - La vocación del Alentejo es tener dehesas, es tener viñedos, es tener ganado porcino y ganado bovino, es tener olivares, es tener zonas de bosques, es una región con una agricultura multifuncional que puede complementarse con el turismo rural, es una agricultura nueva girada hacia el mercado... Esa es la vocación y lo que está sucediendo en el Alentejo ■

António Serrano

Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Exploração agrícola no Alentejo





Bento Rosado - Ex-Gestor do III Quadro Comunitário de Apoio

Uma revolução tranquila na melhoria das condições de vida da população e do acolhimento ao investimento em cada concelho

No dia 1 de Janeiro do presente ano, assinalaram-se os 25 anos da entrada de Portugal para a União Europeia, num momento em que a situação actual está pigmentada de interrogações em relação ao seu futuro. A adesão de Portugal à CEE constituiu-se como um designio nacional indiscutível, uma vez que as conjunturas internas e externa de então, não deixavam outra alternativa à continuidade do **orgulhosamente sós**. A opção política tomada foi correcta não só porque a integração de Portugal, em 1986, se incluía no caminho que a Europa justificava trilhar, como também representava a possibilidade de uma mudança benéfica na trajectória económica, social e cultural do país.

O modelo de integração, à data, indicava, de facto, um conjunto de vantagens, especialmente as que advinham da ajuda à infraestruturização e modernização do país. Recorde-se que Portugal se encontrava nessa altura num estado de grande atraso relativamente a muitos outros países europeus, apresentando carências em muitas áreas, nomeadamente: nas acessibilidades, nas condições de vida das populações, na energia, nas telecomunicações, na saúde, na educação. Na economia, os sectores produtivos precisavam igualmente de se modernizar e reestruturar.

Foi neste contexto que a partir de 1986 o país começou a

Una revolución tranquila en la mejora de las condiciones de vida de la población y en la acogida de la inversión en cada término

El 1 de enero de este año se celebró el 25 aniversario de la entrada de Portugal en la Unión Europea, precisamente en un momento en el que la situación actual está teñida de interrogantes en relación a su futuro. La adhesión de Portugal a la CEE se constituyó como un designio nacional indiscutible, ya que las coyunturas internas y externas de entonces no dejaban otra alternativa a la continuidad del **orgullosamente solos**. La opción política adoptada fue la correcta no solo porque la integración de Portugal, en 1986, se incluía en el camino que Europa justificaba recorrer, sino también porque representaba la posibilidad de un cambio benéfico en la trayectoria económica, social y cultural del país.

El modelo de integración, hasta la fecha, indicaba de hecho un conjunto de ventajas, especialmente las que se adivinan de la ayuda a las infraestructuras y modernización del país. Recordemos que Portugal se encontraba en esa época en un estado de gran atraso con respecto a muchos otros países europeos, presentando carencias en muchas áreas, principalmente en las accesibilidades, en las condiciones de vida de la población, en la energía, en las telecomunicaciones, en la salud, en la educación. En la economía los sectores productivos necesitaban también modernizarse y reestructurarse.

En este contexto fue cuando, a partir de 1986, el país co-

ter acesso directo aos Fundos Comunitários, através do FEDER, do FEOGA e do FSE, embora já tivesse beneficiado das ajudas de Pré-Adesão cujo significado financeiro fora, contudo, pouco significativo.

A questão que hoje se coloca é a de saber se, 25 anos depois, Portugal foi capaz de aproveitar os meios que foram disponibilizados através dos vários Quadros Comunitários de Apoio (QCA). A análise que se apresenta refere-se, fundamentalmente, ao impacto que o FEDER teve na acção do Poder Local no Alentejo, uma vez que o FEOGA e o FSE foram sempre objecto de Programas Nacionais, isto é, de Programas não regionalizados. Com efeito, estes dois Fundos só foram utilizados pelos Municípios em situações muito especiais, nomeadamente: o Programa de Apoio a Intempéries, no caso do FEOGA, ou o de Formação Autárquica, no caso do FSE.

Quando em 1986 Portugal começou a ter acesso de pleno direito aos Fundos Comunitários, as condições de vida nas vilas e aldeias do nosso país em geral, e do Alentejo em particular, apresentavam níveis de satisfação que não ultrapassavam, em muitos casos, um dígito na escala percentual de 1 a 100. Todos nos recordamos do estado em que se encontravam os municípios no que respeitava a infraestruturas e equipamentos colectivos, nomeadamente, rede viária, saneamento básico, electricidade, qualificação urbana, escolas, equipamentos de saúde, equipamentos culturais, equipamentos desportivos, equipamentos de apoio à economia (zonas industriais, parques de exposições, parques tecnológicos) e equipamentos de apoio à terceira idade.

O Poder Local no Alentejo soube aproveitar de forma exemplar os meios disponibilizados através dos QCA I, II e III, ou seja, no período de 1989 a 2006. Importa dizer, contudo, que os meios disponibilizados para o Alentejo sempre apresentaram limitações devido ao facto de a distribuição regional sempre ter privilegiado a população como principal indicador de distribuição. Este facto foi muito prejudicial à região, em relação a outras, devido à sua fraca densidade populacional. Do total dos investimentos previstos para o Poder Local a nível nacional, os meios disponibilizados para os Municípios do Alentejo representaram 5% no QCA I, 5,4% no QCA II e 7,6% no QCA III.

menzó a tener acceso a los fondos comunitarios a través del FEDER, del FEOGA y del FSE, aunque ya se hubiese beneficiado de las ayudas de preadhesión, cuyo significado financiero fue poco significativo.

La cuestión que hoy se plantea es la de saber si 25 años después Portugal ha sido capaz de aprovechar los medios que fueron puestos a su disposición a través de los diferentes Quadros Comunitários de Apoio (QCA). El análisis que se presenta se refiere, fundamentalmente, al impacto que el FEDER tuvo en la acción del Poder Local en el Alentejo, ya que el FEOGA y el FSE fueron siempre objeto de programas nacionales, es decir, de programas no regionalizados. En efecto, estos dos fondos solo se utilizaron por los municipios en situaciones muy especiales, principalmente el Programa de Apoyo a la Intemperies, en el caso del FEOGA, o de Formación Autárquica, en el caso del FSE.

Quando en 1986 Portugal comenzó a tener acceso ya de pleno derecho a los Fondos Comunitarios, las condiciones de vida en los pueblos y aldeas de nuestro país en general, y del Alentejo en particular, presentaban niveles de satisfacción que no sobrepasaban, en muchos casos, un dígito en la escala porcentual de 1 a 100. Todos nos acordamos del estado en el que se encontraban los municipios en lo que respecta a infraestructuras y equipamientos colectivos, principalmente la red viaria, saneamiento básico, electricidad, calificación urbana, escuelas, equipamientos de salud, culturales, deportivos, de apoyo a la economía (zonas industriales, pabellones de exposiciones o tecnológicos) y equipamientos de apoyo a la tercera edad.

El poder local en el Alentejo supo aprovechar de manera ejemplar los medios puestos a su disposición a través de los QCA I, II y III, es decir, en el periodo de 1989 a 2006. Es importante decir, además, que los medios ofrecidos para el Alentejo siempre presentaron limitaciones debido al hecho de que la distribución regional siempre ha favorecido la población como principal indicador de distribución. Este hecho fue muy perjudicial para la región en relación a otras, debido a su escasa densidad de población. Del total de las inversiones previstas para el Poder Local a nivel nacional, los medios disponibles para los municipios del Alentejo representaban el 5% en el QCA I, el 5,4% en el QCA II y el 7,6% en el QCA III.

Os municípios do Alentejo utilizaram os Fundos Comunitários, que foram disponibilizados durante os primeiros 20 anos, de uma forma exemplar porque conseguiram transformar de forma radical as condições de vida das populações, onde quer que vivessem, e disponibilizaram um conjunto de equipamentos e infraestruturas logísticas fundamentais para o acolhimento do investimento privado. Vejam-se alguns indicadores sobre o grau de satisfação regional: abastecimento de água: 100%; saneamento básico: 100%; tratamento de efluentes domésticos: 90%; electrificação: 100%; rede viária municipal qualificada; todas as sedes de concelho estão dotadas com pavilhão desportivo e piscina, centro cultural, biblioteca e zona industrial, dispendo a maioria de parque de exposições. Além das infraestruturas e equipamentos, os municípios foram ainda agentes importantes na promoção e divulgação da economia local através da realização e consolidação de certames económicos anuais.

Para além da acção directa acima referida, os municípios foram ainda parceiros importantes em projectos específicos apoiado pelos programas regionais, como por exemplo: o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, através do PEDIZA, o apoio ao Sector das Rochas Ornamentais, através da AIZM, o Aeroporto de Beja, bem como em parceria com a Administração Central em projectos educativos (escolas), de saúde (centros de saúde), culturais (bibliotecas), agrícolas (caminhos rurais), entre outros.

Hoje, todos os municípios alentejanos têm condições privilegiadas a nível nacional para responder a qualquer desafio que se coloque, para acolher e incentivar projectos económicos, sociais e culturais. Apraz-me registar que, durante o período em análise, a região do Alentejo foi aquela que sempre apresentou os melhores resultados no que respeita aos indicadores de condições de vida da população.

Importa ainda referir que o Poder Local no Alentejo teve sempre um comportamento correcto na utilização dos meios disponíveis, na medida em que lhe foi possível fazer opções e definir prioridades em função das necessidades e não em procurar satisfazer desejos mais ou menos pontuais, porventura legítimos relativamente às aspirações locais, mas não suficientemente justifica-

Los municipios del Alentejo utilizaron los Fondos Comunitarios que le correspondieron durante los primeros 20 años de una manera ejemplar, porque consiguieron transformar de forma radical las condiciones de vida de la población, donde quiera que viviesen, y ofrecieron un conjunto de equipaciones e infraestructuras logísticas fundamentales para la acogida de la inversión privada. Pueden verse algunos indicadores sobre el grado de satisfacción regional: abastecimiento de agua: 100%; saneamiento básico: 100%; tratamiento de efluentes domésticos: 90%; electrificación: 100%; red viaria municipal cualificada; todos los pueblos de cada término están dotados de pabellón deportivo y piscina, centro cultural, biblioteca y zona industrial, y la mayoría disponen de pabellón de exposiciones. Además de las infraestructuras y equipamientos, los municipios fueron también agentes importantes en la promoción y divulgación de la economía local a través de la realización y consolidación de certámenes económicos anuales.

Además de la acción directa anteriormente mencionada, los municipios fueron también socios importantes en proyectos específicos apoyados por los programas regionales, como por ejemplo el Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, a través del PEDIZA, el apoyo al Sector de las Rocas Ornamentales, a través del AIZM, el Aeropuerto de Beja, así como en asociación con la Administración Central en proyectos educativos (escuelas), de salud (centros de salud), culturales (bibliotecas), agrícolas (caminos rurales) entre otros.

Hoy todos los municipios alentejanos tienen condiciones privilegiadas a nivel nacional para responder a cualquier desafío que se presente, para acoger e incentivar proyectos económicos, sociales y culturales. Me complace además mencionar que, durante el periodo que analizamos, la región del Alentejo fue la que siempre presentó los mejores resultados en lo que respecta a los indicadores de condiciones de vida de la población.

Es importante también señalar que el poder local en el Alentejo tuvo siempre un comportamiento correcto en la utilización de los medios disponibles, en la medida en que le fue posible decidir y definir prioridades en función de las necesidades y no por intentar satisfacer deseos más o menos puntuales, probablemente legítimos con respecto a las aspiraciones locales, pero no suficiente-

dos num quadro de necessidades básicas. Numa análise à obra feita, verifica-se que a esmagadora maioria dos projectos realizados nesse período correspondem a uma acção que respeitou a hierarquia das necessidades básicas, secundárias e terciárias, ou seja, o Poder Local teve a preocupação de ir investindo nas áreas consideradas de maior prioridade.

É óbvio que num processo desta natureza há sempre desvios à lógica que referimos, mas, mesmo nesses casos, a situação é aparente na utilização dos meios comunitários, uma vez que algumas dessas situações tiveram apoio limitado, ou seja, não ultrapassaram os limites financeiros estabelecidos para a tipologia desses projectos.

Saliente-se ainda que os Programas Regionais, apesar de terem como objectivo fundamental a concessão de apoios às iniciativas das autarquias, tiveram, igualmente, um papel muito importante no desenvolvimento da parceria regional, através do apoio às Associações Empresariais, às Regiões Regionais de Turismo, às Associações de Desenvolvimento Local, bem como de outras entidades que actuam na região em áreas culturais e sociais.

Em síntese, os apoios comunitários foram neste período fundamentais para que no Alentejo, em particular, a acção do Poder Local tenha promovido uma verdadeira revolução tranquila na melhoria das condições de vida da população e do acolhimento ao investimento em cada concelho. Com efeito, os municípios adquiriram uma base logística muito importante para a captação do investimento privado, dando assim um forte contributo para o desenvolvimento da economia local. Cabe aqui realçar, também, o papel fundamental que a CCDRA desempenhou no cumprimento das metas estabelecidas, no que diz respeito às taxas de execução final dos diferentes Programas, na medida em que todos eles foram objecto de reforços significativos no âmbito das reservas de eficiência ou de reprogramação. A capacidade técnica e administrativa que a CCDRA demonstrou ao longo do período em análise é merecedora de reconhecimento público porquanto dessa competência muito beneficiou a acção do Poder Local e, conseqüentemente, o Alentejo ■

mente justificados en el marco de las necesidades básicas. En un análisis de todo lo realizado, se demuestra que la inmensa mayoría de los proyectos realizados en ese periodo corresponden a una acción que respetó la jerarquía de las necesidades básicas, secundarias y terciarias, es decir, que el poder local tuvo la precaución de ir invirtiendo en las áreas consideradas de mayor prioridad.

Es obvio que en un proceso de esta naturaleza hay siempre excepciones a la lógica de la que hablamos, pero incluso en esos casos, la situación es aparente en la utilización de los medios comunitarios, ya que algunas de esas situaciones tuvieron apoyo limitado, o sea que no sobrepasaron los límites financieros establecidos para la tipología de esos proyectos.

Es de señalar también que los programas regionales, además de tener como objetivo fundamental la concesión de apoyos a las iniciativas de las autarquías, tuvieron de la misma manera un papel muy importante en el desarrollo de las asociaciones regionales, a través del apoyo a las Asociaciones Empresariales, a las Regiones Regionales de Turismo, a las Asociaciones de Desarrollo local, así como de otras entidades que actúan en la región en áreas culturales y sociales.

En síntesis, los apoyos comunitarios han sido fundamentales en este periodo para que en el Alentejo, particularmente, la acción del poder local haya promovido una verdadera revolución tranquila en la mejora de las condiciones de vida de la población y de la acogida a la inversión en cada término. En efecto, los municipios han adquirido una base logística muy importante para la captación de inversiones privadas, aportando así una gran contribución al desarrollo de la economía local. Cabe aquí realzar el papel fundamental que la CCDRA desempeñó en el cumplimiento de las metas establecidas, en lo que se refiere a las tasas de ejecución final de los diferentes programas, en la medida en que todos ellos fueron objeto de refuerzos significativos en el campo de las reservas de eficiencia o de reprogramación. La capacidad técnica y administrativa que la CCDRA demostró a lo largo del periodo en análisis se merece el reconocimiento público, por cuanto se benefició de esa competencia la acción del poder local y, en consecuencia, el Alentejo ■



Luis Cavaco - Director-Geral da Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo

ADRAL levou a cabo um trabalho de análise profunda do impacto dos fundos comunitários na dinâmica empresarial regional. Essa reflexão aconteceu em 2005/2006 e focou-se no período 2000 - 2004 na vigência do QCA III (2000/2006). Nesse período investiram-se cerca de 443,5 milhões de euros, com vista ao desenvolvimento de projectos com impacto directo na dinâmica empresarial da região. É de referir que a tipologia de projecto “Apoio ao Investimento Empresarial” constitui cerca de 54% do custo total investido na região, o que poderia ser sinónimo de uma aposta clara na melhoria das condições produtivas e da competitividade para a dinamização dos sectores estruturantes para o desenvolvimento do tecido empresarial do Alentejo.

Tal parece-nos não ter acontecido porque um pequeno número de projectos apoiados obtiveram uma grande percentagem dos fundos disponíveis.

Pela pertinência do tema verificámos, durante o período em análise, uma baixa apetência para o desenvolvimento de acções de I&D sendo que os projectos existentes foram maioritariamente promovidos por estabelecimentos de ensino superior, que constituíram uma proporção com relevância mínima no universo dos projectos então analisados. Estes valores pareceram denotar algum receio por parte dos empresários da região em investir em inovação e novas tecnologias, bem como ainda algum distanciamento por parte dos estabelecimentos de ensino superior, do mundo empresarial e das suas necessidades em termos de I&D.

No número de projectos aprovados neste período, nas

La ADRAL llevó a cabo un trabajo de análisis profundo del impacto de los fondos comunitarios en la dinámica empresarial regional. Esa reflexión se produjo en 2005/2006 y abarcaba el periodo comprendido entre el 2000-2004, durante la vigencia del QCA III (2000/2006). Durante ese periodo se invirtieron cerca de 443,5 millones de euros, dirigidos al desarrollo de proyectos con impacto directo en la dinámica empresarial de la región. Es de destacar que la tipología del proyecto “Apoio ao Investimento Empresarial” constituía cerca del 54% del coste total invertido en la región, lo que podría ser sinónimo de una apuesta clara en la mejora de las condiciones productivas y de la competitividad para la dinamización de los sectores estructurales para el desarrollo del tejido empresarial del Alentejo.

Pero esto parece no haber ocurrido porque un pequeño número de proyectos apoyados obtuvieron un gran porcentaje de los fondos disponibles.

Por la pertinencia del tema, verificamos durante el periodo en análisis una baja apetencia por el desarrollo de acciones de I&D, de forma que los proyectos existentes fueron mayoritariamente promovidos por instituciones de enseñanza superior, que constituían una proporción con una relevancia mínima en el universo de los proyectos entonces analizados. Estos datos parecieron denotar algún recelo por parte de los empresarios para invertir en innovación y nuevas tecnologías, así como también algún distanciamento por parte de los instituciones de enseñanza superior, del mundo empresarial y de sus necesidades en cuanto a I&D.

tipologias de apoio directo, destacam-se igualmente o grupo de empresários em nome individual que apresentaram 34% da totalidade dos projectos. No entanto, o investimento correspondente foi de apenas 6%, o que revelou a execução de projectos de pequena dimensão, destinados a apoiar, seguramente, micro empresas.

Em termos globais foi notória a falta de evidências efectivas da existência de uma estratégia definida para a dinamização do tecido empresarial regional e que na prática não permitiu evidenciar investimentos significativos ao nível dos sectores considerados como estruturantes para o Alentejo. Esta situação condicionou a clara efectivação de externalidades resultantes dos investimentos realizados, em termos de catalisador da dinâmica económica regional, ao que acresceu a fraca propensão regional para as actividades de inovação já referidas.

O tecido empresarial e institucional que recorreu a estes apoios (em boa parte, tratou-se daquele que efectivamente está instalado na região) encontrava-se ainda amarrado a um estágio relativamente básico de modelo de desenvolvimento económico que tendeu a reforçar e reproduzir o sistema produtivo já existente.

Não obstante, e apesar da situação descrita para o período 2000/2004 surgiram algumas excepções qualificadas, por exemplo no sector aeronáutico e nas componentes electrónicas/electromecânicas, como também se fortaleceram sectores estratégicos regionais, de que são exemplo o turismo e a cortiça.

Mesmo assim, reconheceu-se que o perfil de projectos por tipologia e por tipo de promotor revelaram que o modelo de investimentos realizados neste período ainda não assegurou um upgrade qualitativo em direcção aos novos paradigmas do desenvolvimento económico (em grande parte impostos pela conjuntura internacional), denotando uma postura tendencialmente defensiva e conservadora.

A análise então levada a cabo, levou-nos a estabelecer um conjunto de recomendações e desígnios estratégicos:

1. Consolidação e valorização dos sectores económicos tradicionais;
2. Apoio ao desenvolvimento de novos sectores econó-

Entre el número de proyectos aprobados en este periodo, en las tipologías de apoyo directo, destaca igualmente el grupo de empresarios a nombre individual, que presentaron el 34% de la totalidad de los proyectos. Sin embargo, la inversión correspondiente solo fue del 6%, lo que revela la ejecución de proyectos de pequeña dimensión, destinados a apoyar, probablemente, a microempresas.

En términos globales fue notable la falta de evidencias efectivas de la existencia de una estrategia definida para la dinamización del tejido empresarial regional y que en la práctica no permitió evidenciar inversiones significativas a nivel de los factores considerados como estructurantes para el Alentejo. Esta situación condicionó la clara efectivación de externalidades resultantes de las inversiones realizadas, en términos de catalización de la dinámica regional, lo que aumentó la débil propensión regional para las actividades de innovación ya referidas.

El tejido empresarial e institucional que recurrió a estos apoyos (en buena parte se trataba de aquellos que efectivamente está instalado en la región) se encontraba aún atado a un estadio relativamente básico de modelo de desarrollo económico que tendía a reforzar y reproducir el sistema productivo ya existente.

No obstante, a pesar de la situación descrita para el periodo 2000/2004, surgieron algunas excepciones cualificadas, por ejemplo en el sector aeronáutico y en los componentes electrónicos/electromecánicos, como también se fortalecieron sectores estratégicos regionales, de los que son ejemplo el turismo y el corcho.

Incluso así, se reconoció que el perfil de proyectos por tipologías y por tipo de promotor revelaron que el modelo de inversiones realizadas en este periodo aún no aseguraba un upgrade (actualización) cualitativo en dirección a los nuevos paradigmas del desarrollo económico (en gran parte impuestos por la coyuntura internacional), denotando una postura de tendencia defensiva y conservadora.

El análisis llevado a cabo entonces nos llevó a establecer un conjunto de recomendaciones y designios estratégicos.

1. Consolidación y valoración de los sectores económi-

micos e dos sectores emergentes;

3. Facilitar a inovação e a transferência tecnológica e promover o espírito empresarial;

4. Atrair investimento e capacidade empresarial e dinamizar a internacionalização da economia regional.

Felizmente que estas recomendações foram acolhidas no Programa Operacional Regional – INALENTEJO e posteriormente no Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA) que ao ser aprovado em 2010 dotou a região de pensamento estratégico e de um conjunto de medidas de política, que por terem sido participadas na sua concepção, poderão ser implementadas de forma mais coerente.

As grandes linhas orientadoras da estratégia no que se refere à dinâmica empresarial consubstanciam-se no PROTA na “Diversificação e Qualificação da Base Económica Regional”.

No actual Quadro de Referência Estratégico Nacional estavam contratualizados no final de 2009, para a Região Alentejo, cerca de 70 milhões de euros no sistema de incentivos à qualificação e internacionalização de PME (115 Projectos) e no âmbito do sistema de incentivos à inovação (44 Projectos). Os primeiros relacionam-se com acções imateriais que promovem a qualificação das empresas com vista ao aumento do volume de vendas, no mercado doméstico e a nível internacional, enquanto nos segundos são as actividades produtivas transaccionáveis e internacionalizáveis cujos investimentos em activos de produção têm um peso significativamente superior.

A aprovação, no actual QREN, de vários investimentos e projectos empresariais em sectores emergentes (área da aeronáutica, tecnologias de informação e comunicação) e em sectores tradicionais, aliado a algum dinamismo de projectos ligados à inovação levam a que seja possível pensar que a região está a dar os passos necessários no sentido de alinhar o seu perfil com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo.

A aprovação recente do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia do Alentejo irá seguramente permitir ajustar o perfil produtivo regional melhorando a interac-

cos tradicionais.

2. Apoyo al desarrollo de nuevos sectores económicos y de sectores emergentes.

3. Facilitar la innovación y la transferencia tecnológica y promover el espíritu empresarial.

4. Atraer inversiones y capacidad empresarial y dinamizar la internacionalización de la economía regional.

Afortunadamente estas recomendaciones fueron recogidas en el Programa Operacional Regional – INALENTEJO, y posteriormente en el Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA), que al ser aprobado en 2010 dotó a la región de un pensamiento estratégico y de un conjunto de medidas políticas que por haber sido compartidas en su concepción pudieron ser implementadas de forma más coherente.

Las grandes líneas orientadoras de la estrategia en lo que se refiere a la dinámica empresarial se consustancia en el PROTA en la “Diversificación y Cualificación de la Base Económica regional”.

En el actual Cuadro de Referencia Estratégico Nacional estaban destinados a finales de 2009, para la Región de Alentejo, cerca de 70 millones de euros en el sistema de incentivos a la cualificación e internacionalización de PME (115 proyectos) y en lo que se refiere al sistema de incentivos a la innovación (44 proyectos). Los primeros están relacionados con acciones inmateriales que promueven la cualificación de las empresas con vistas al aumento del volumen de las ventas en el mercado doméstico y a nivel internacional, mientras que los segundos son las actividades productivas transaccionables e internacionalizables cuyas inversiones en activos de producción tienen un peso significativamente superior.

La aprobación en el actual QREN de varias inversiones y proyectos empresariales en sectores emergentes (área de aeronáutica, tecnologías de información y comunicación) y en sectores tradicionales, vinculado a algún dinamismo de proyectos ligados a la innovación, llevan a que sea posible pensar que la región está dando los pasos necesarios en el sentido de alinear su perfil con el Plan Regional de Ordenación do Territorio del Alentejo.

La reciente aprobación del Sistema Regional de Transfe-

ção das empresas com os centros de saber, fomentando uma maior competitividade, modernização e inovação regional.

O apoio comunitário de que a região beneficiou na última década permitiu, apesar das fragilidades conhecidas, consolidar a economia regional e iniciar o relançamento da mesma, tendo em conta o mundo complexo em que vivemos.

Uma maior articulação dos incentivos às necessidades das micro e pequenas empresas regionais, um maior voluntarismo, aliado a uma maior divulgação dos instrumentos disponíveis permitirão acelerar a transformação do nosso perfil económico dando maior atenção à produção de bens transaccionáveis, à exportação, à inovação e à competitividade ■

Luis Cavaco

Director-Geral

Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo

renca de Tecnología del Alentejo permitirá con toda seguridad ajustar el perfil productivo regional, mejorando la interacción de las empresas con los centros de saber, fomentando una mayor competitividad, modernización e innovación regional.

El apoyo comunitario del que se benefició la región en la última década permitió, a pesar de las fragilidades conocidas, consolidar la economía regional e iniciar el relanzamiento de la misma, teniendo en cuenta el complejo mundo en el que vivimos.

Una mayor articulación de los incentivos a las necesidades de las micro y pequeñas empresas regionales, un mayor voluntarismo, unido a una mayor divulgación de los instrumentos disponibles, permitirán acelerar la transformación de nuestro perfil económico prestando una mayor atención a la producción de los bienes transaccionables, a la exportación, a la innovación y a la competitividad ■

Luis Cavaco

Director General

Agencia de Desarrollo Regional del Alentejo

Empresa Delta Cafés, Centro Alice Nabeiro - Paula Nobre de Deus, Lina Jan e Rui Nabeiro



Alentejo um território em mudança

No decurso do período pós-integração de Portugal na Comunidade Europeia (CE), o Alentejo, à semelhança das restantes regiões nacionais, foi alvo de Programas de ajuda que pretenderam criar condições para a redução das assimetrias regionais. Alguns destes Programas, com configuração destinada a fazer face às especificidades existentes em cada uma das sub-regiões tiveram o seu início logo após a data de entrada de Portugal na CE, bem como usufruíram de outros auxílios de configuração nacional através de Programas de apoio aos diversos sectores da actividade.

Ilustrar algumas mudanças estruturais na economia do Alentejo, também decorrentes dos impactes da aplicação dos Fundos Comunitários na prossecução dos desígnios da aproximação à média europeia, é o que se pretende com a breve análise gráfica que apresentamos.

A selecção das variáveis agora analisadas resultou de uma tentativa de avaliação da evolução do desempenho regional, preferencialmente num período aproximado entre o início dos apoios dos Fundos e o momento mais actual, para o qual existe informação disponibilizada pelas fontes oficiais.

A evolução do Produto gerado por habitante, no Alentejo e suas sub-regiões, medida comparativa de referência ao nível nacional e comunitário, a evolução da riqueza gerada e o contributo de cada um dos grandes sectores de actividade, a evolução do potencial de recursos humanos existentes na região foram alguns dos indicadores utilizados para avaliar a forma como o Alentejo tirou partido dos apoios financeiros originários da actual União Europeia ■

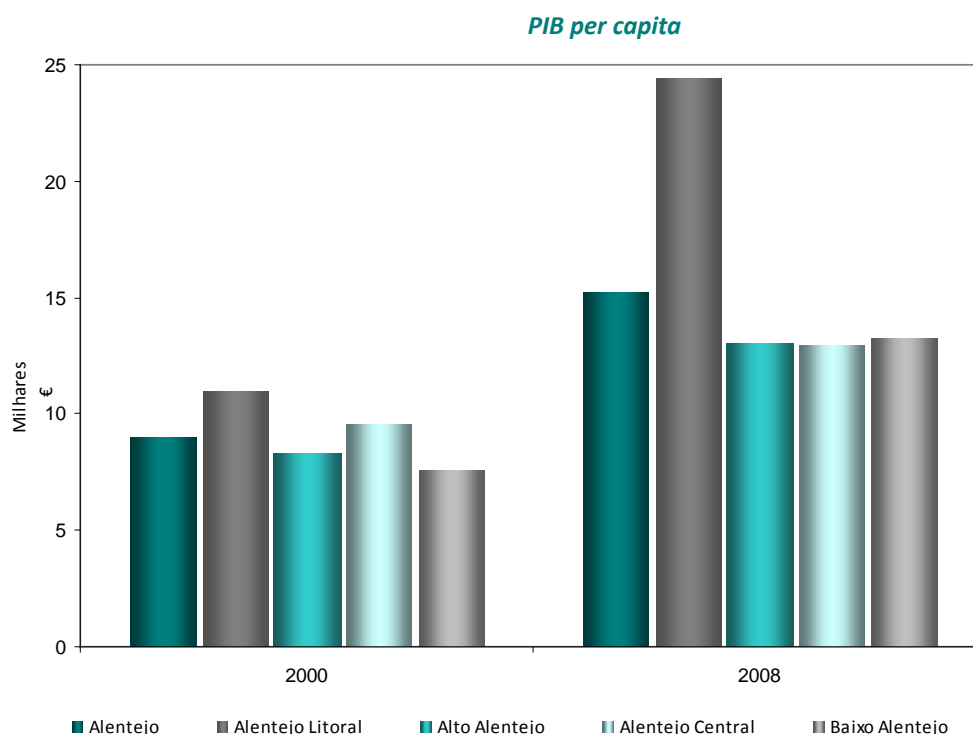
En la fase posterior a la integración de Portugal en la Comunidad Europea (CE), el Alentejo, al igual que otras regiones nacionales, fue el objetivo de los programas destinados a ayudar a crear las condiciones para la reducción de las desigualdades regionales. Algunos de estos programas, con el propósito de abordar la situación específica de cada una de las subregiones, se iniciaron poco después de la entrada de Portugal en la CE, y beneficiaron de otras ayudas de configuración nacional a través de programas de apoyo a los distintos sectores de actividad.

Ilustrar algunos cambios estructurales en la economía de la región del Alentejo, también derivados de la aplicación de los fondos de la UE en la consecución de los propósitos de acercarse a la media europea, es lo que se pretende con el breve análisis gráfico que presentamos.

La selección de las variables consideradas es el resultado de un intento de seguir la evolución de los resultados regionales, de preferencia en un período aproximado entre el comienzo de los fondos de ayuda y el tiempo más reciente, para lo cual se dispone de información proporcionada por fuentes oficiales.

La evolución de los productos generados por habitante en la región de Alentejo y de sus subregiones, como referencia comparativa a nivel nacional y comunitario, la evolución de la riqueza y la contribución de cada uno de los principales sectores de actividad e el potencial de desarrollo de los recursos humanos en la región fueron algunos de los indicadores utilizados para evaluar la forma como el Alentejo se aprovechó de la ayuda financiera procedente de la actual Unión Europea ■

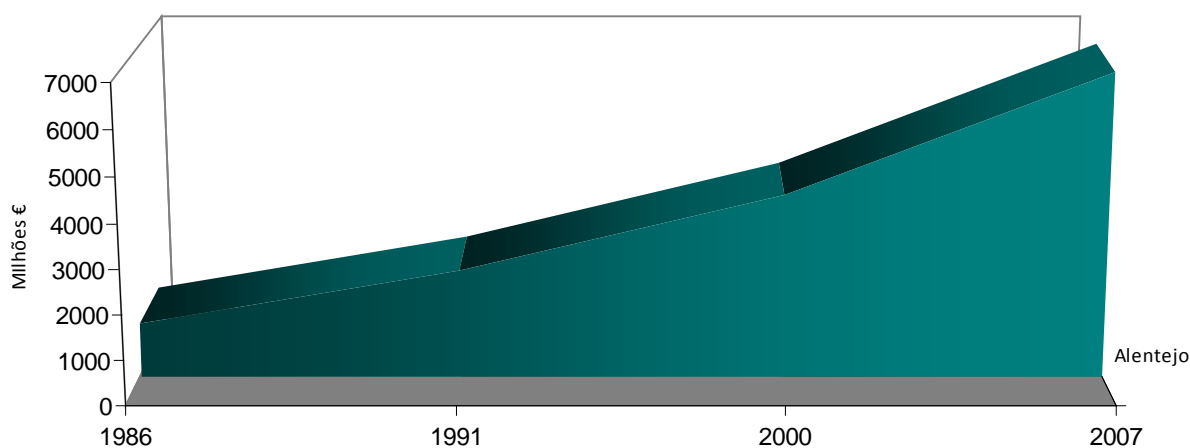
PIB per capita



A riqueza criada por habitante no Alentejo e em todas as suas subregiões tem vindo a registar crescimento. Para tal contribuíram, em geral, todas as subregiões do Alentejo, mas, com maior importância, surge o litoral alentejano.

La riqueza creada por habitante en el Alentejo y en todas sus subregiones ha venido registrando crecimiento. A este hecho han contribuido, en general, todas las subregiones del Alentejo, pero, con una mayor importancia, destaca el litoral alentejano.

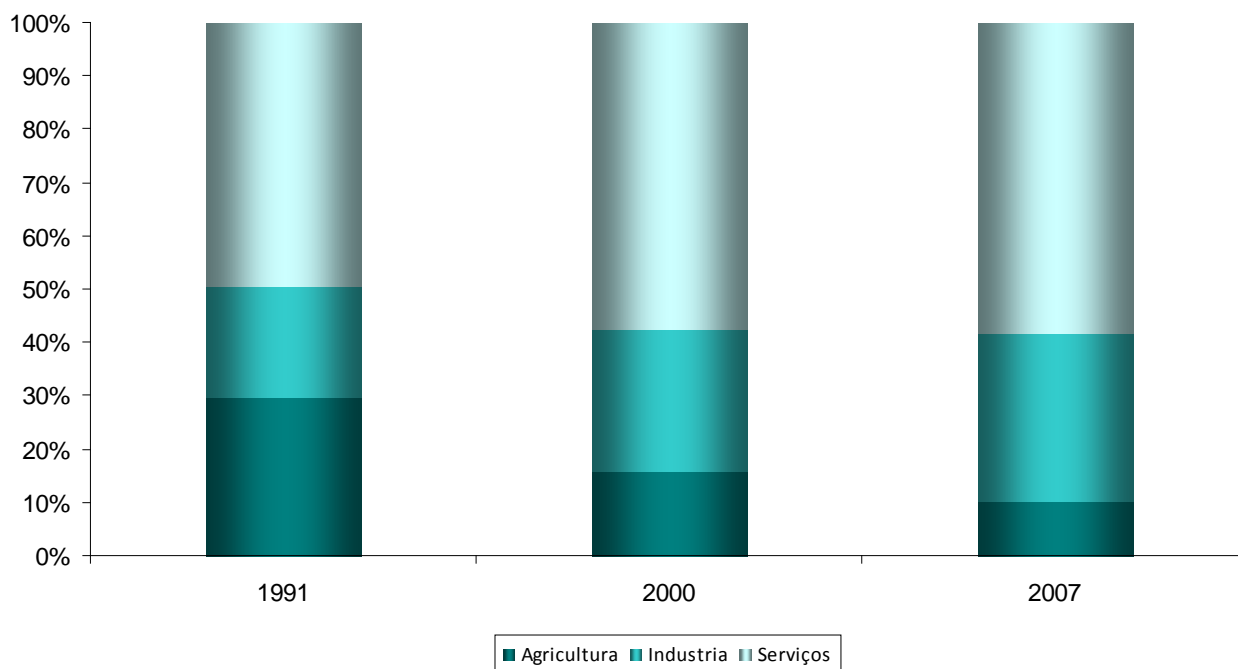
Valor Acrescentado Bruto



O valor da produção cresceu ao longo dos anos. Para a estrutura do Valor Acrescentado Bruto regional contribuiu primordialmente o sector dos serviços, aumentou o peso relativo do sector secundário e conta ainda com uma particular participação do sector da agricultura.

Los datos de producción han crecido a lo largo de los años. El sector de servicios ha contribuido de forma destacada en la estructura de Valor Añadido Bruto regional, ha aumentado el peso relativo del sector secundario y cuenta también con una participación particular del sector de la agricultura.

Estrutura Sectorial do Valor Acrescentado Bruto

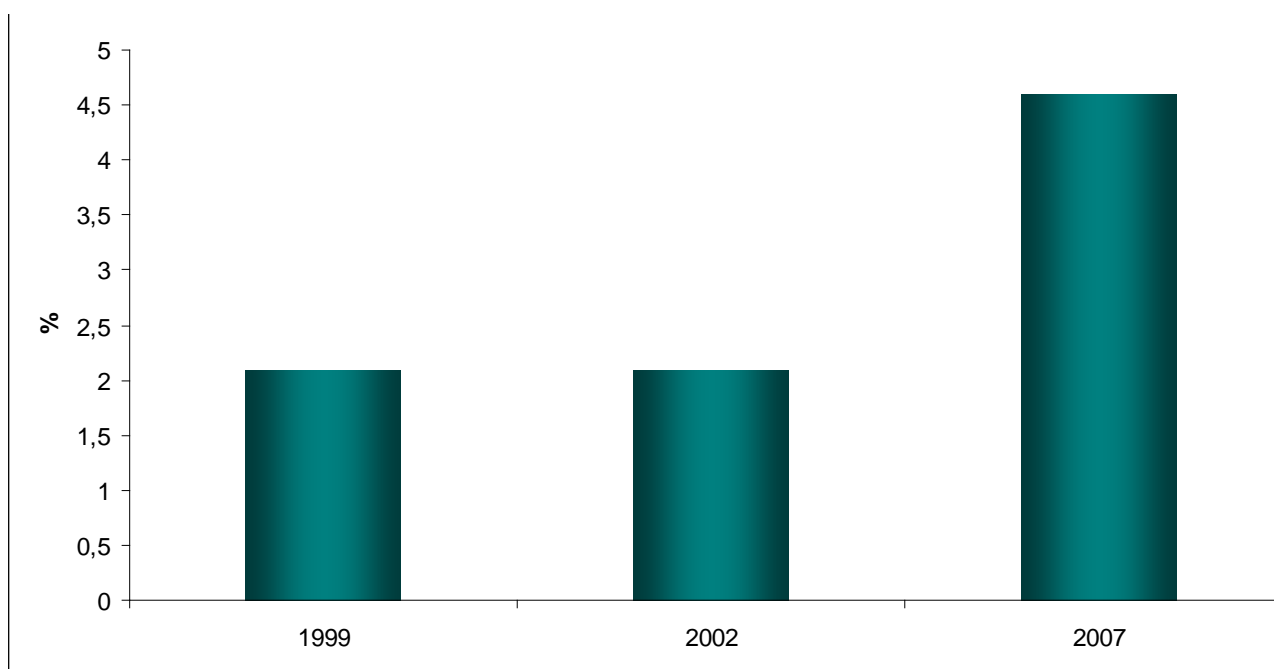


Estructura sectorial del Valor Añadido Bruto

O sector da Hotelaria e Alojamento demonstra dinamismo económico no Alentejo, que se patenteia no progressivo acréscimo de participação na riqueza gerada por este sector para o total regional.

El sector de Hotelaría y Alojamientos demuestra dinamismo económico en el Alentejo, que se manifiesta en el progresivo aumento de participación en la riqueza generada por este sector en el total regional.

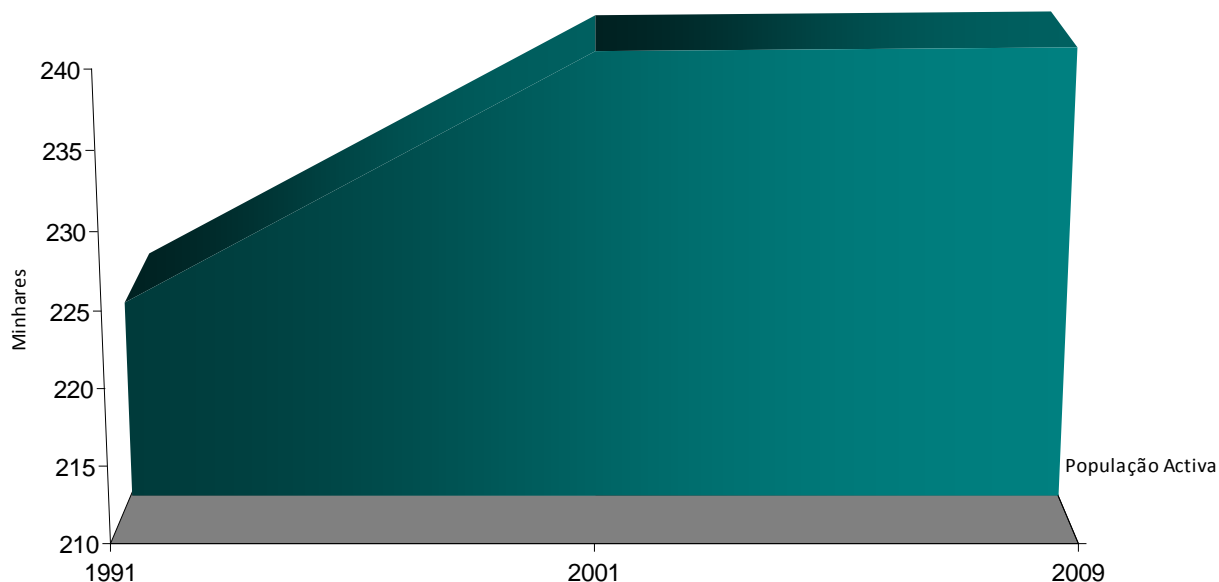
Proporção da Hotelaria e Alojamento no VAB do Alentejo



Proporción de la Hotelaría y Alojamientos no VAB del Alentejo

População Activa Total

Población activa total

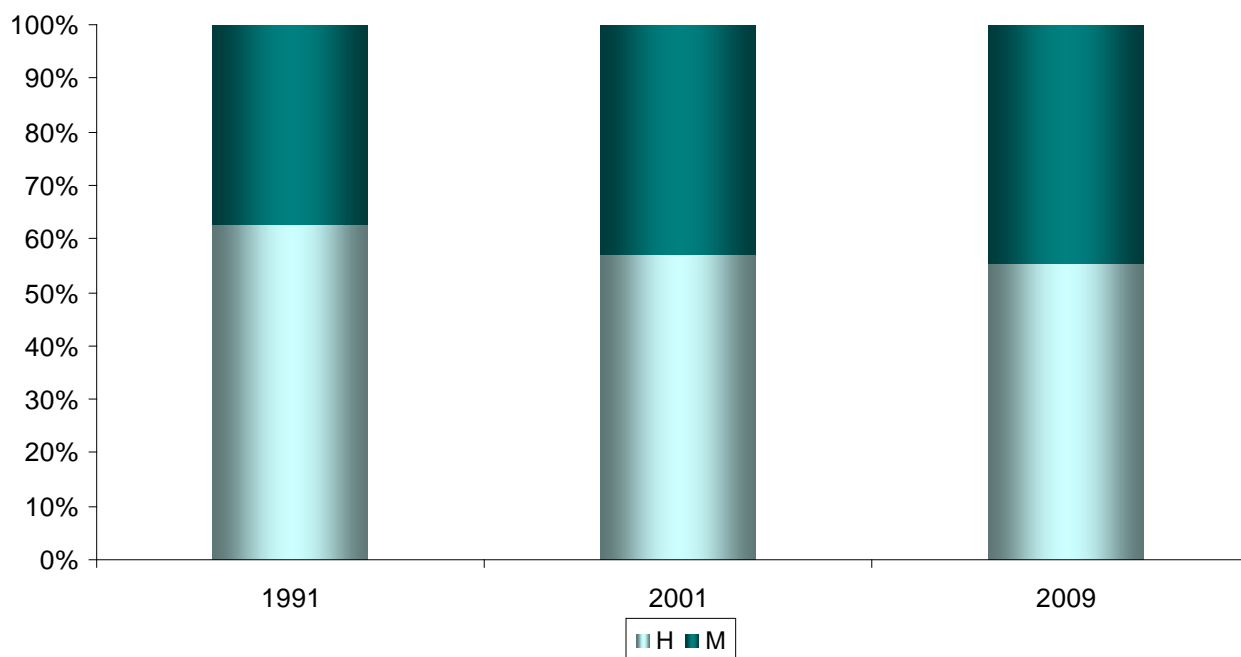


A população média activa tem vindo observar um muito ligeiro aumento na região. Para este aumento contribuiu o incremento da participação da população feminina no mercado de trabalho.

La población media activa ha venido experimentando un aumento muy ligero en la región. A este aumento ha contribuido el incremento de la participación de la población femenina en el mercado de trabajo.

População Activa por Sexos

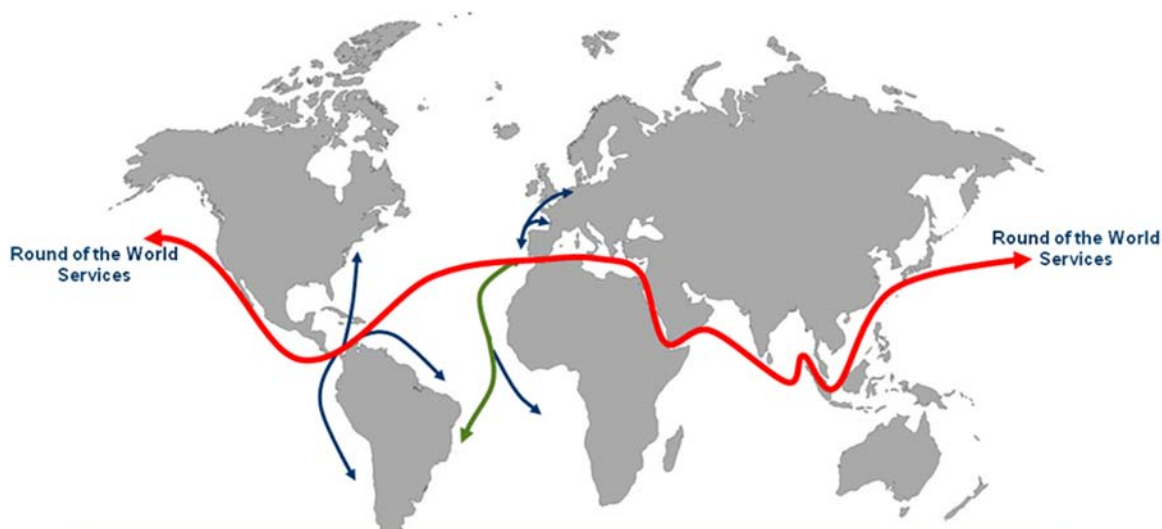
Población activa por sexos



Investimentos

Porto de Sines, porta de entrada para a Europa

Sines tem condições excepcionais para se constituir como a porta de entrada para a Europa, posicionando-se no cruzamento das principais rotas marítimas Atlânticas Este/Oeste e Norte/Sul. Novas oportunidades serão abertas com a conclusão das obras de alargamento do Canal do Panamá que reforçam a posição de excelência do Porto nas rotas do Oriente alternativas às do Canal do Suez. Com efeito, este alargamento constitui-se como uma oportunidade para o Porto de Sines, situação que é ampliada com os problemas de pirataria no Golfo de Aden e pelas perturbações na região do Canal do Suez, bem como pelo natural ressurgimento dos “Round of the World Services” face a este alargamento.



O alargamento do Canal do Panamá irá levar ao redesenhar de novas rotas e serviços Atlânticos, oferecendo a Sines uma oportunidade

Caracterizado por um conjunto integrado de obras de protecção marítima que permitem a ágil entrada e saída dos navios, de modernas infra-estruturas de carga e descarga de mercadorias, de adequada info-estrutura para o célere despacho administrativo dos meios de transporte e das próprias mercadorias, de ligações directas à rede nacional e internacional de transportes rodo-ferroviários e de uma logística integrada para o rápido escoamento das mercadorias de e para o hinterland, o Porto de Sines afirma-se como um grande porto hub, com características únicas na fachada Ibero-atlântica de águas profundas que lhe permite receber e operar, em moder-

El Puerto de Sines, puerta de entrada a Europa

Sines tiene condiciones excepcionales para constituirse en la puerta de entrada a Europa, situándose en el cruce de las principales rutas marítimas Atlántica Este/Oeste y Norte/Sur. Con la finalización de las obras de ensanchamiento del Canal de Panamá, que refuerzan la posición de excelencia del puerto en las rutas de Oriente alternativas a las del Canal de Suez, se crearán nuevas oportunidades. Ciertamente, este ensanchamiento se constituye en una oportunidad para el Puerto de Sines, situación que aumenta con los problemas de piratería en el Golfo de Aden y con los conflictos en la región del Canal de Suez, así como por el natural resurgimiento de los “Round of the World Services” de cara a esta ampliación.

La ampliación del Canal de Panamá conllevará el rediseño de nuevas rutas y servicios Atlánticos, ofreciendo a Sines una oportunidad

Caracterizado por un conjunto integrado de obras de protección marítima que permiten una fácil entrada y salida de navíos, con modernas infraestructuras de carga y descarga de mercancías, adecuada infoestructura para la agilización del despacho administrativo de los medios de transporte y de las propias mercancías, uniones directas a la red nacional e internacional de transportes tanto por carretera como por ferrocarril y una logística integrada para el rápido desplazamiento de las mercancías

nos terminais especializados, os grandes navios transcontinentais de graneis líquidos, graneis sólidos, carga geral, LNG e contentores. A estes factores associa-se ainda o posicionamento geo-estratégico no cruzamento das rotas marítimas Atlânticas Este/Oeste e Norte/Sul.

Fruto destas valências portuárias e de uma aposta estratégica de sucesso na carga contentorizada, onde se enquadra o estabelecimento de serviços directos a mercados como a América (Canadá, USA, México e futuramente Brasil e costa leste das Américas por via do alargamento do canal do Panamá) e todo o Extremo Oriente, o hub portuário de Sines abre uma nova vantagem competitiva para as cadeias logísticas através destes tráfegos directos.

De salientar que estas ligações directas a mercados longínquos existem porque Sines recebe os maiores megacarriers do mundo que exigem características muito particulares de operacionalidade permanente e de fundos marítimos adequados, condição partilhada por Sines e um conjunto muito restrito de outros portos.

Para este desenvolvimento de porto hub nacional, contribuiu decisivamente um esforço contínuo de investimento, quer ao nível das infra-estruturas físicas e equipamentos, quer na permanente actualização das tecnologias de informação e comunicação, quer, ainda, na adequação e melhoramento dos sistemas de segurança e de protecção ambiental. Apesar de ser um landlord port, uma boa parte destes investimentos continuam a ser da responsabilidade da autoridade portuária, alguns dos quais tradicionalmente muito pesados em termos financeiros como sejam as obras de protecção marítima e as acessibilidades rodo-ferroviárias no interior da área de jurisdição.

Assim, pese embora os bons resultados económicos decorrentes do crescimento da actividade, tem sido da maior importância o assegurar das fontes de financiamento que permitam a implementação destes projectos sem colocar em causa o equilíbrio económico-financeiro da APS, SA.

Neste enquadramento, o Porto de Sines tem sido um caso de sucesso no aproveitamento do financiamento comunitário para os seus projectos mais importantes e de maior valor de investimento. Este histórico iniciou-

de y para el interior, el Puerto de Sines se afirma como un gran puerto hub (centro), con características únicas en la fachada Ibero-Atlántica, con aguas profundas que le permite recibir y operar, en modernos terminales especializados, a los grandes navíos transcontinentales de graneles líquidos, graneles sólidos, carga general, LNG y contenedores. A estos factores se les une además la posición geoestratégica en el cruce de las rutas marítimas Atlánticas Este/Oeste y Norte/Sur.

Fruto de estas valencias portuarias y de una apuesta estratégica de éxito en la carga de contenedores, donde se enmarca el establecimiento de servicios directos a mercados como América (Canadá, USA, México y en un futuro Brasil y la costa este de América por vía de la ampliación del canal de Panamá) y todo el Extremo Oriente, el hub portuario de Sines abre una nueva ventaja competitiva a las cadenas logísticas a través de estos tráficos directos.

Es de señalar que estas uniones directas a mercados lejanos existen porque Sines recibe los mayores megacarriers del mundo, que exigen características muy especiales de operacionalidad permanente y de fondo marítimo adecuado, condición que posee Sines y un conjunto muy restringido de puertos.

A este desarrollo de puerto hub nacional contribuye en gran medida un esfuerzo continuo de inversiones, tanto a nivel de infraestructuras físicas y equipamientos, como en la permanente actualización de las tecnologías de información y comunicación, además de la adecuación y mejoras de los sistemas de seguridad y de protección medioambiental. A pesar de ser un landlord port, (propietario), una buena parte de estas inversiones continúan siendo responsabilidad de la autoridad portuaria, algunos de los cuales tradicionalmente muy pesados en términos financieros como son las obras de protección marítima y las accesibilidades rodo-ferroviarias en el interior del área de jurisdicción.

Así, a pesar de los buenos resultados económicos resultantes del aumento de la actividad, ha sido de mayor importancia el asegurar las fuentes de financiación que permitan la implementación de estos proyectos sin poner en tela de juicio el equilibrio económico-financeiro de la APS, SA.

-se no começo dos anos 90 com o financiamento da reabilitação do Molhe Oeste, ainda no primeiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA), e aprofundou-se no período de programação do QCA II com várias intervenções apoiadas pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão, nomeadamente no âmbito da 1ª fase das acessibilidades rodo-ferroviárias à zona leste do porto, na ampliação do Terminal Multipurpose, na aquisição de equipamento de segurança marítima e portuária e de protecção ambiental e, ainda, no domínio das pescas com a construção da nova lota e edifícios de apoio.

Coincidindo com um período de grandes desenvolvimentos portuários e de avultados investimentos realizados pela APS, SA, o QCA III (1999-2006), particularmente através da Medida 2.1 - Melhoria das acessibilidades



Porto de Sines

e intervenções nos portos do POAT – Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes e dos eixos prioritários para Reforço da Coordenação Intermodal e Desenvolvimento de uma Rede Nacional de Logística, representou para a empresa a máxima expressão quer em termos de número de projectos co-financiados quer de montante de financiamento a fundo perdido, conforme se apresenta no [quadro 1]

Na actualidade, o QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, através do POVT – Programa Operacional Valorização do Território, constitui-se como fonte de financiamento do Plano de Investimentos do Porto de Sines, com uma importância imprescindível para a sua concretização numa época em que o recurso a outras fontes de financiamento se encontra muito dificultado, ou mesmo impossibilitado, por força da crise financeira existente e do esforço de consolidação orçamental do Estado português.

Enquanto beneficiária do POVT, a APS, S.A. enquadra-se nas medidas e tipologias de investimento previstas no Eixo VII - Infra-Estruturas para a Conectividade Territorial, tendo actualmente em fase final de execução uma operação co-financiada: “SISTEMAS OPERACIONAIS DE SUPERVISÃO E SEGURANÇA”; outra em fase de aceita-

En este marco, el Puerto de Sines ha sido un caso de éxito en el aprovechamiento de financiación comunitaria para sus proyectos más importantes y de mayor valor de inversión. Este histórico se inició a principio de los años noventa, con la financiación de la rehabilitación del Muelle Oeste, todavía en el primer Quadro Comunitário de Apoio (QCA) y se profundizó en el periodo del QCA II con varias intervenciones apoyadas por el FEDER y por el Fondo de Cohesión, principalmente con respecto a la 1ª fase de los accesos rodo-ferroviarios a la zona este del puerto, con la ampliación de la Terminal Multipurpose (multiusos), la adquisición de equipos de seguridad marítima y portuaria y de protección medioambiental y, además, el dominio de la pesca con la construcción de la nueva lota y edificios de apoyo.

Coincidiendo con un periodo de grandes desarrollos portuarios y de abultadas inversiones realizadas por la APS, SA, QCA III (1999-2006), particularmente a través de la Medida 2.1 (Mejoría de los accesos e intervenciones en los puertos del POAT- Programa Operacional de Accesos y Transportes y de los ejes prioritarios para Refuerzo de la Coordinación Intermodal y Desarrollo de una Red Nacional de Logística, representó para la empresa la máxima expresión tanto en términos de números de proyectos cofinanciados como de montante de financiación a fondo perdido, como se representa en [cuadro 1]

En la actualidad, el QREN (Cuadro de Referencia Estratégico Nacional), a través del POVT (Programa Operacional de Valoración del Territorio), se constituye como fuente de financiación del Plan de Inversiones del Puerto de Sines, con una importancia imprescindible para su concretización en una época en la que el recurso a otras fuentes de financiación se encuentra muy dificultado, o incluso imposibilitado, a causa de la crisis financiera que existe y del esfuerzo de consolidación presupuestario del Estado portugués.

Como beneficiaria del POVT, la APS,S.A. se enmarca en las medidas y tipologías de inversión previstas en el Eje VII (Infraestructuras para la Conectividad Territorial), te-

Quadro 1 / Cuadro 1

QCA III - PROJECTOS COM FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO QCA III - PROYECTOS CON FINANCIACIÓN COMUNITARIA	DESPESA APRESENTADA GASTOS PRESENTADOS	ELEGÍVEL (Aprobado) FINANCIADOS (Aprobado)	COMPART. FEDER/POAT RECEBIDA COPART. FEDER/POAT RECIBIDA	% COMPART. FEDER % COPART. FEDER
Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sines <i>Ampliación del Muelle Este del Puerto de Sines</i>	49 893 259 €	36 395 552 €	20 017 554 €	55%
Acessibilidades Terrestres na Zona Leste do Porto de Sines: Circulação Rodoviária e Acessos à ZAL e Porto de Recreio <i>Accesibilidades Terrestres en la Zona Este del Puerto de Sines:</i> <i>Circulación Rodoviaria y Accesos a la ZAL y Puerto de Recreo</i>	4 855 005 €	4 855 005 €	2 427 503 €	50%
Acessibilidades Terrestres na Zona Leste do Porto de Sines: Acessibilidades Rodo-Ferroviárias ao Terminal de Contentores do Porto de Sines <i>Accesibilidades Terrestres en la Zona Este del Puerto de Sines:</i> <i>Accesibilidades Rodo-Ferrovias al Terminal de Contenedores del Puerto de Sines</i>	12 838 324 €	10 783 849 €	5 391 925 €	50%
Infra-estruturas Logísticas da Zona de Atividades Logísticas de Sines - Pólo A <i>Infraestructuras Logísticas de la Zona de Actividades Logísticas de Sines - Pólo A</i>	4 558 646 €	4 500 000 €	1 912 500 €	43%
Construção do talude de retenção entre o molhe oeste e o cabo de Sines <i>Construcción del talud de retención entre el muelle oeste y el cabo de Sines</i>	3 248 639 €	3 248 639 €	1 624 320 €	50%
Estudos e Projecto de Reconstrução do Troço Final do Molhe Oeste e Ativação do Posto 1 Terminal Granéis Líquidos Porto Sines <i>Estudios y Proyecto de Reconstrucción del Trozo Final del Muelle Oeste y Activación del Puesto 1 Terminal Graneles Líquidos Puerto Sines</i>	333 000 €	300 000 €	150 000 €	50%
Prolongamento do Molhe Leste do Porto de Sines - 2ª Fase (Estudos) <i>Prolongación del Muelle Este del Puerto de Sines - 2ª Fase (Estudios)</i>	157 500 €	157 500 €	78 750 €	50%
PCOM - Plataforma Comum Portuária <i>PCOM - Plataforma Común Portuaria</i>	396 722 €	384 997 €	192 498 €	50%
Incremento das Condições de Segurança do Porto de Sines <i>Incremento de las Condiciones de Seguridad del Puerto de Sines</i>	993 333 €	989 900 €	494 950 €	50%
Infra-estruturas de Alta Disponibilidade de Comunicações e Segurança de Dados, Voz e Vídeo no Porto de Sines <i>Infraestructuras de Alta Disponibilidad de Comunicaciones y Seguridad de Datos, Voz y Vídeo en el Puerto de Sines</i>	304 471 €	304 471 €	197 906 €	65%
TOTAL	77 578 899 €	61 919 913 €	32 487 905 €	

ção: “2ª FASE DE AMPLIAÇÃO DO MOLHE LESTE DO PORTO DE SINES”; e uma outra em perspectiva de apresentação de candidatura: “PLANEAMENTO E CONTROLO DE OPERAÇÕES MARÍTIMO-PORTUÁRIAS” ■

Lidia Sequeira, Presidente do Conselho de Administração do Porto de Sines

niendo actualmente en fase final de ejecución una operación cofinanciada: “SISTEMAS OPERACIONALES DE SUPERVISIÓN Y SEGURIDAD”; otra en fase de aceptación: “2ª FASE DE AMPLIACIÓN DEL MUELLE ESTE DEL PUERTO DE SINES”; y otra en perspectiva de presentación de candidatura: “PLANIFICACIÓN Y CONTROL DE OPERACIONES MARÍTIMO-PORTUARIAS” ■

Lidia Sequeira, Presidente do Conselho de Administração do Porto de Sines



Delta cafés

Delta cafés

Manifesto o meu apreço, não só pelo importante contributo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo prestado à nossa região, como também pela visão global e de estratégia que transmite. Um organismo que serve uma região e um país, atento ao que se passa no mundo e criando bases para um crescimento sustentável da região Alentejo.

Em qualquer projecto a qualidade do mesmo é determinante. E a CCDRA destaca-se não só por este factor, como também pela isenção, imparcialidade e rigor no serviço que presta à comunidade, apostando incessantemente na promoção de projectos inovadores e numa premente solidificação da qualidade dos produtos e serviços alentejanos.

Assumir parcerias é fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa. Por isso, é importante despertar e estimular os organismos e agentes locais para o progresso e desenvolvimento.

A promoção da região, neste caso alentejana, deve ser encarada como um trabalho conjunto. Uma conjunção de esforços e vontades para garantir a sua sustentabilidade, desenvolvimento e modernidade.

O Alentejo é, por si só, uma marca de excelência e prestígio. Uma região promissora, com capacidades notáveis para se poder tornar, em breve, numa região altamente competitiva.

Delta cafés

Quiero manifestar mi aprecio no solo por la importante contribución de la Comisión de Coordinación e Desenvolvimento Regional do Alentejo a nuestra región, sino también por la visión global y estratégica que transmite. Un organismo que sirve a una región y a un país, pendiente de lo que ocurre en el mundo y creando las bases para un crecimiento sostenible de la región de Alentejo.

En cualquier proyecto su calidad es determinante. Y la CCDRA se caracteriza no solo por esta característica sino también por la exención, imparcialidad y rigor en el servicio que presta a la comunidad, apostando incessantemente por la promoción de proyectos innovadores y por una apremiante solidificación de la calidad de los productos y servicios alentejanos.

Asumir sociedades es fundamental para el éxito de cualquier iniciativa. Por eso es importante hacer despertar y estimular a los organismos y agentes locales para el progreso y desarrollo.

La promoción de una región, en este caso la alentejana, debe ser llevada a cabo como un trabajo conjunto. Una conjunción de esfuerzos y voluntades que garanticen su sostenibilidad, desarrollo y modernidad.

El Alentejo es, por sí mismo, una marca de excelencia y prestigio. Una región prometedora con notables capacidades para convertirse en breve en una región altamente competitiva.

Ao investirmos no Alentejo, investimos numa maior qualidade de vida, investimos no futuro dos nossos jovens e potencializamos os inúmeros recursos existentes.

A coesão e a união possibilitam uma maior aposta em projectos diferenciadores. Como tal, as parcerias entre o sector público e privado assumem, indubitavelmente, uma importância vital para a projecção da marca “Alentejo” no mercado Europeu.

A integração do conceito sustentabilidade no processo de inovação de qualquer empresa, não deve ser considerado como um factor negativo ou limitador do processo criativo, mas sim uma janela de oportunidades extremamente vantajosa para todas as partes envolvidas.

As parcerias, desde que funcionais e férteis, são sem dúvida o motor para a descoberta de novos produtos e tecnologias.

O desenvolvimento exige planificação, estratégia e método.

Os programas comunitários são uma excelente ferramenta de intervenção. Um meio singular para otimizar as mais valias locais e regionais sobretudo em áreas onde o progresso e o desenvolvimento sustentados encontram mais dificuldades para se implementarem ■

Rui Nabeiro

Al invertir en Alentejo invertimos en una mayor calidad de vida, invertimos en el futuro de nuestros jóvenes y potenciamos los innumerables recursos existentes.

La cohesión y la unión hacen posible una mayor apuesta en proyectos diferenciadores. Como tal, las asociaciones entre el sector público y el privado asumen, indudablemente, una importancia vital para la proyección de la marca “Alentejo” en el mercado Europeo.

La integración del concepto sostenibilidad en el proceso de innovación de cualquier empresa no debe ser considerado como un factor negativo o limitador del proceso creativo, sino como una ventana de oportunidades extremadamente ventajosas para todas las partes involucradas.

Las asociaciones, siempre que son funcionales y fértiles, son sin duda el motor para el descubrimiento de nuevos productos y tecnologías.

El desarrollo exige planificación, estrategia y método.

Los programas comunitarios son una excelente herramienta de intervención. Un medio singular para optimizar las plusvalías locales y regionales, sobre todo en las áreas donde el progreso y el desarrollo sustentado encuentran más dificultades para ser implementadas ■

Rui Nabeiro

Transformação de café





Alqueva cumpre

Hoje, falar do Projecto de Alqueva é falar na conclusão de duas das suas mais importantes valências: o reforço do abastecimento público e a instalação da rede de Mini Hídricas que equipam a Rede Primária do Empreendimento.

Alqueva é já o garante de água para o abastecimento público a quase metade do Alentejo - um terço do território Nacional.

Ligámos Alqueva à albufeira do Monte Novo, reforçando assim o abastecimento público aos concelhos de Évora, Mourão e Reguengos de Monsaraz.

Chegámos à albufeira de Alvito, garantindo o abastecimento a mais cinco concelhos: Alvito, Cuba, Portel, Viana do Alentejo e Vidigueira.

A ligação à albufeira do Roxo, outrora prevista para o ano de 2015, está hoje concluída, abastecendo os concelhos de Aljustrel e de Beja.

Mas também na margem esquerda do Guadiana a garantia de água de Alqueva está presente.

Com a ligação à albufeira do Enxoé, está assegurado o reforço de água para os concelhos de Mértola e de Serpa.

Alqueva cumpriu o seu mais elementar dever: garantir água às populações!

Mas Alqueva também é Energia. Não só nas suas principais Centrais Hidroeléctricas, Alqueva e Pedrógão, mas também na sua rede de Mini Hídricas espalhadas pelo território e que tiram partido da água que circula nos seus canais.

Alqueva cumple

Hablar hoy del Proyecto de Alqueva es hablar de la finalización de dos de sus más importantes valencias: el refuerzo del abastecimiento público y la instalación de la red de Mini Hídricas que conforman la Red Primaria de Emprendimiento.

Alqueva ya es garantía de agua para el abastecimiento público a casi la mitad del Alentejo, un tercio del territorio nacional.

Unimos Alqueva a la albufera del Monte Novo, reforzando así el abastecimiento público a los términos de Évora, Mourão y Reguengos de Monsaraz.

Llegamos a la albufera de Alvito, garantizando el abastecimiento a más de cinco términos: Alvito, Cuba, Portel, Viano do Alentejo y Vidigueira.

La unión a la albufera de Roxo, en otra época prevista para el 2015, está hoy concluida, abasteciendo a los términos de Aljustrel y de Beja.

Pero también en la margen izquierda del Guadiana está presente la garantía del agua de Alqueva.

Con la unión a la albufera de de Enxoé está asegurado el refuerzo de agua para los términos de Mértola y Serpa.

Alqueva cumplió su más elemental deber: ¡garantizar agua a las poblaciones!

Pero Alqueva también es energía. No solo por sus principales centrales hidroeléctricas, Alqueva y Pedrógão, sino también por su gran red de Mini Hídricas esparcidas por el territorio y que sacan partido del agua que corre por sus canales.

São cinco as Centrais concluídas: Alvito, Pisão, Odivelas, Roxo e Serpa e que juntas produzirão energia suficiente para mais de 1 500 lares.

Também aqui, Alqueva cumpriu!

E está a cumprir o novo calendário de instalação dos perímetros de rega do Projecto. Com doze anos de avanço

A meta é agora o ano de 2013 para a sua conclusão e hoje, tudo está programado para que essa meta se cumpra.

Dos 110 mil hectares previstos, 52 mil já se encontram em exploração. Uma concretização inédita em Portugal. Nunca em tão poucos anos se instalaram tantos hectares de regadios públicos. Um desafio que tem sequência nos novos perímetros entretanto lançados.

No terreno já estão as empreitadas que darão forma a mais 16 mil hectares aproximando-se a passos largos da plena concretização do maior sonho alentejano.

Um sonho que transformámos em realidade. Um sonho que está a mudar a face de um território que tem sido palco das mais severas secas.

Hoje podemos dizer que o Alentejo está mais verde. E mais azul, também.

Aqui as oportunidades surgem a cada instante: na agricultura, nas agro-indústrias, no turismo...

Oportunidades criadas por Alqueva, por um Grande Lago que encheu, e que encheu de esperança e de certezas um Projecto sonhado por gerações.

Alqueva cumpre. E cumpre-se o sonho... ■

Henrique Troncho, Presidente da EDIA

Barragem de Alqueva

Cinco son la centrales terminadas: Alvito, Pisão, Odivelas, Roxo y Serpa, y juntas producirán energía suficiente para más de 1.500 hogares.

¡En esto también ha cumplido Alqueva!

Y está cumpliendo el nuevo calendario de instalación de los perímetros de riego del proyecto. Con doce años de adelanto.

La meta para su conclusión ahora es el 2013, y a día de hoy todo está programado para para que esa meta se cumpla.

De las 110.000 hectáreas previstas, 52.000 ya se encuentran en explotación. Algo inédito en Portugal. Nunca en tan pocos años se habían instalado tantas hectáreas de regadíos públicos. Un desafío que tiene continuación en los nuevos perímetros entretanto puestos en marcha.

Sobre el terreno ya están las contratas que darán forma a más de 16.000 hectáreas, aproximándose a pasos agigantados a la plena concretización del mayor sueño alentejano.

Un sueño que haremos realidad. Un sueño que está cambiando la cara de un territorio que ha sido escenario de las más severas sequías.

Hoy podemos decir que el Alentejo es más verde. Y también más azul.

Aquí las oportunidades surgen a cada instante: en la agricultura, en las agroindustrias, en el turismo,...

Oportunidades creadas por Alqueva, por un Gran Lago que se llenó y que llena de esperanzas y realidades un proyecto soñado por generaciones.

Alqueva cumple. Y se cumple el sueño... ■

Henrique Troncho, Presidente da EDIA



POLÍTICA DE CIDADES - Propostas com futuro para problemas urbanos do presente

A CIDADE E O PLANEAMENTO

Lefebvre (1969) definiu a cidade como a “projecção da sociedade sobre um dado território”. Esta afirmação é um ponto de partida indispensável para entender o território como um espaço com marcas, tais como o legado da vivência e memória das gerações anteriores, sobre o qual se inscreve a acção da sociedade e das instituições. A cidade é o produto de diversas causas económicas, políticas e sociais, e, de acordo com diferentes circunstâncias, evolui para tipos diferentes, desempenhando funções ligadas ao enquadramento territorial na qual está inserida (industrial, cultural, portuária....).

Historicamente cidade e política nasceram como conceitos e realidades inter-relacionadas, como etimologicamente as ligações são claras: civitas e polis são as raízes para expressar, ao mesmo tempo, um modo de habitar e uma forma de participar: civismo e política.

A cidade é o ponto de convergência de processos diversos e a diversidade é uma das suas características mais marcantes. Como tal, vários autores já se questionaram se a cidade pode ser vista como “entidade” e pensada como categoria antropológica, com fenómenos característicos, já que faz parte de uma unidade mais ampla - os Estados -, integrando uma estrutura social muito além da área urbana.

O forte desenvolvimento económico ocorrido no período pós-guerra, fundamentou-se na certeza de que a organização do espaço urbano contribuiria para atenuar as desigualdades sociais, nomeadamente através das intervenções públicas, o que no final dos anos 60 se revelou que não era suficiente.

Na década de 70, veio-se mesmo a considerar excessiva a regulação do espaço urbano e até impeditiva do crescimento das cidades, em detrimento da flexibilidade, e o planeamento urbano foi frequentemente concebido pontualmente, fragmentando os espaços da cidade e privilegiando o local por oposição ao global.

É nesse contexto que vem a surgir o planeamento es-

POLÍTICA DE CIUDADES: propuestas con futuro para problemas urbanos del presente

LA CIUDAD Y LA PLANIFICACIÓN.

Lefebvre (1969) definió la ciudad como la “proyección de la sociedad sobre un determinado territorio”. Esta definición es un punto de partida indispensable para entender el territorio como un espacio con marcas, tales como el legado de la vivencia y el recuerdo de las generaciones anteriores, sobre el cual se inscribe la acción de la sociedad y de las instituciones. La ciudad es el producto de diversas causas económicas, políticas y sociales, y, de acuerdo con diferentes circunstancias, evoluciona hacia diferentes tipos, desempeñando funciones ligadas al marco territorial en el que está inserta (industrial, cultural, portuaria...).

Historicamente, ciudad y política nacieron como conceptos y realidades interrelacionadas, así como etimológicamente las ligaduras están claras: civitas y polis son las raíces para expresar, al mismo tiempo, un modo de vivir y una forma de participar: civismo y política.

La ciudad es el punto de convergencia de diversos procesos y la diversidad es una de sus características más señaladas. Como tal, varios autores ya se han cuestionado si la ciudad puede ser vista como “entidad” y pensada como categoría antropológica, con fenómenos característicos, ya que forma parte de una unidad más amplia (los Estados), integrando una estructura social mucho más allá del área urbana.

El fuerte desarrollo económico que se produjo en el periodo de postguerra se fundamentó en la seguridad de que la organización del espacio urbano contribuiría a atenuar las desigualdades sociales, principalmente a través de las intervenciones públicas, lo que a finales de los años 60 se vio que no era suficiente.

En la década de los 70, se llegó incluso a considerar excesiva la regulación del espacio urbano, y hasta impeditiva del crecimiento de las ciudades, en detrimento de la flexibilidad, y la planificación urbana con frecuencia concebida puntualmente, fragmentando los espacios de la ciudad y privilegiando lo local por oposición al global.

tratégico associado aos impactos causados pelo processo de globalização da economia, desencadeado a partir do final dos anos 70, e que está na origem do conceito de cidade global. Efectivamente, as transformações na economia mundial conduziram a crises da centralidade económica, sobretudo das metrópoles, que perderam o controlo sobre as actividades industriais face ao desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação, que significaram flexibilidade na escolha de lugares com menores custos de contexto e localização.

A crise fiscal consequente, o aumento do desemprego e a ausência de solução para os problemas urbanos acrescidos identificaram, paralelamente, uma mudança de perfil nas cidades que, em substituição das actividades industriais, passaram a sediar serviços altamente especializados, ligados na sua maioria ao sector financeiro e da informação e, quase sempre, de origem internacional. Readquiriram, assim, importância estratégica como locais destinados ao sector terciário e reposicionaram a sua centralidade económica no sistema produtivo internacional passando a designar-se como cidades globais.

A substituição de actividades foi, simultaneamente, responsável por uma alteração estrutural do trabalho, originando igualmente alterações no uso do solo, no mercado imobiliário e no consumo e produzindo espaços de nova organização urbana. O problema é que ao privilegiar a relação com o processo de globalização acentuou-se a perda da memória histórica específica.

Enquanto processo necessário à superação dos problemas urbanos, o evoluir para o conceito de cidade global deixou de ser exclusivo de algumas metrópoles na procura de soluções práticas, eficazes e viáveis no estudo das questões urbanas com a intervenção do planeamento estratégico. Outras cidades adoptaram as grandes linhas do planeamento estratégico através da alteração do seu suporte territorial na sequência da identificação de uma crise na centralidade económica e da necessidade de se tornarem competitivas, como resposta a uma conjuntura histórica marcada pela desindustrialização e consequente desinvestimento em áreas urbanas significativas.

De salientar que as realizações efectivas do planeamen-

En este contexto surge la planificación estratégica asociada a los impactos causados por los procesos de globalización de la economía, desencadenados a partir de finales de los años 70, y donde está el origen del concepto de ciudad global. Efectivamente, las transformaciones en la economía mundial condujeron a la crisis de la centralidad económica, sobre todo de las metrópolis, que perdieron el control sobre las actividades industriales ante el desarrollo de las nuevas tecnologías de comunicación e información que significaron una mayor flexibilidad en la elección de lugares con menores costes de contexto y localización.

La crisis fiscal consecuente, el aumento del desempleo y la ausencia de solución para los problemas urbanos aumentados, identificaron, en paralelo, un cambio de perfil en las ciudades que, en sustitución de las actividades industriales, pasaron a acoger servicios altamente especializados, vinculados en su mayoría al sector financiero y de la información y, casi siempre, de origen internacional. Readquieren, así, importancia estratégica como lugares destinados al sector terciario y reposicionan su centralidad económica en el sistema produtivo internacional, pasando a ser designadas como ciudades globales.

La sustitución de actividades fue, simultáneamente, responsable de una alteración estructural del trabajo, originando así alteraciones en el uso del suelo, en el mercado inmobiliario y en el consumo y produciendo espacios de nueva organización urbana. El problema es que, al priorizar la relación con el proceso de globalización se acentuó la pérdida de la memoria histórica específica.

Como proceso necesario para la superación de los problemas urbanos, la evolución hacia el concepto de ciudad global dejó de ser exclusiva de algunas metrópolis en la búsqueda de soluciones prácticas, eficaces y viables en el estudio de las cuestiones urbanas con la intervención de la planificación estratégica. Otras ciudades adoptaron las grandes líneas de la planificación estratégica a través de la alteración de su soporte territorial en la secuencia de la identificación de una crisis en la centralidad económica y de la necesidad de convertirse en competitivas, como respuesta a una coyuntura histórica marcada por la desindustrialización y consecuente desinversión en áreas urbanas significativas.

to estratégico têm, nesses casos, predominantemente assumido uma aposta da centralidade em relação a uma boa imagem urbana, suportada pelos investimentos na área da cultura. Os exemplos mais conhecidos são o de Bilbao, com a requalificação urbana ancorada a partir da instalação do Museu Guggenheim, o de Barcelona e o de Lisboa, onde, aproveitando-se a oportunidade, respectivamente, das Olimpíadas de 1992 e do grande evento relativo à área cultural da Exposição Mundial, em 1998, se promoveram as intervenções necessárias à recuperação de áreas daquelas cidades. A prioridade concedida à área cultural está, por um lado, relacionada com a imagem positiva da cultura entre os habitantes, mas também pelo prestígio exterior, como principal motor das mudanças que o planeamento estratégico propõe.

A VISÃO ESTRATÉGICA DA POLÍTICA DE CIDADES

Os Instrumentos de Política “Parcerias para a Regeneração Urbana” (PRU) e “Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação” (RUCI) integram-se na Política de Cidades Polis XXI e têm como grandes objectivos qualificar os territórios e melhorar a sua qualidade e atractividade, contribuindo para o reforço do desempenho sócio-económico e do posicionamento competitivo. A operacionalização destes Instrumentos de Política requer a elaboração de um Programa de Acção ou de um Programa Estratégico, entendidos como conjunto coerente de operações da responsabilidade de diversos parceiros.

A concepção e a implementação de projectos em parceria ou em rede enquanto processos de construção do interesse público surgem associados a uma noção de construção de consensos e da dinamização que mobilize os actores locais em torno de um “ideia” de projecto que reúna interesses colectivos.

A administração local protagoniza a sua operacionalização em parceria ou em rede, garantindo a mediação e facilitação de compromissos em torno de um projecto de bem-estar colectivo, num processo de construção e de inovação colectiva. Sustentabilidade ambiental, justiça social, e participação cívica, são pilares que ajudam a construir processos mais inteligentes e democráticos para conceber projectos urbanos. Mais do que a sua construção a partir do conhecimento técnico, importa

Es de señalar que las realizaciones efectivas de la planificación estratégica tienen, en esos casos, predominantemente asumidas una respuesta de centralidad en relación a una buena imagen urbana, soportada por las inversiones en el área de la cultura. Los ejemplos más conocidos son el de Bilbao, con la recalificación urbana que se produjo a partir de la instalación del Museo Guggenheim; el de Barcelona y el de Lisboa, donde aprovechando la oportunidad de las Olimpíadas de 1992 y del gran evento relativo al área cultural de la Exposición Mundial en 1998, respectivamente, se promovieron las intervenciones necesarias para la recuperación del área de aquellas ciudades. La prioridad concedida al área cultural está, por un lado, relacionada con la imagen positiva de la cultura entre los habitantes y, por otro, por el prestigio exterior como principal motor de los cambios que la planificación estratégica propone.

LA VISIÓN ESTRATÉGICA DE LA POLÍTICA DE CIUDADES.

Los Instrumentos de Política “Parcerias para a Regeneração Urbana” (PRU) y “Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação” (RUCI) se integran en la Política de Cidades Polis XXI y tiene como principales objetivos cualificar los territorios y mejorar sus calidades y atractivos, contribuyendo al refuerzo del desempeño socioeconómico y del posicionamiento competitivo. La operacionalización de estos Instrumentos de Política requiere la elaboración de un Programa Estratégico entendido como conjunto coherente de operaciones de responsabilidad para diversos socios.

La concepción y la implementación de proyectos en sociedades o en red como procesos de construcción de interés públicos surgen asociados a una noción de construcción de consensos y del dinamismo que movilice a los actores locales alrededor de una “idea” de proyecto que reúna intereses colectivos.

La administración local protagoniza su operacionalización en asociación o en red, garantizando la mediación y facilitación de compromisos sobre un proyecto de bienestar colectivo en un proceso de construcción y de innovación colectiva. Sostenibilidad ambiental, justicia social y participación cívica son pilares que ayudan a construir procesos más inteligentes y democráticos para concebir proyectos urbanos. Más que su construcción a partir del

mobilizar e envolver os actores para a construção de estratégias de parceria ou rede com suporte enquanto actividade social, assente numa visão interactiva, tendo em vista um consenso partilhado em torno de valores como a competitividade e a coesão.

A construção de soluções integradas e articuladas cria sinergias e garante uma melhor concretização das políticas públicas que acautelaram na concepção, implementação e monitorização a participação, o diálogo e a comunicação, de forma a construir compromissos e repartir responsabilidades.

As cidades são territórios de referência, e, como tal, as noções ou visões partilhadas de centros urbanos ou de redes inter-urbanas, terão que partir de processos que procurem consensos construídos através de procedimentos participativos, envolvendo a acção pública e privada - que desenvolvam uma aprendizagem colectiva através de práticas colaborativas.

conocimiento técnico, importa movilizar e involucrar a los actores para la construcción de estrategias de asociaciones o red con soporte como actividad social, evidente en una visión interactiva, teniendo en cuenta un consenso compartido en torno a valores como la competitividad y la cohesión.

La construcción de soluciones integradas y articuladas crea sinergias y garantiza una mejor concretización de las políticas públicas, que aseguraron en la concepción, implementación y monitorización la participación, el diálogo y la comunicación, para así construir compromisos y repartir responsabilidades.

Las ciudades son lugares de referencia y, como tal, las nociones o visiones compartidas de centros urbanos o de redes interurbanas tendrán que partir de procesos que busquen consensos construidos a través de procedimientos participativos, involucrando la acción pública y privada, que desarrollan un aprendizaje colectivo a través de prácticas de colaboración.

POLÍTICA DE CIDADES – PROPOSTAS COM FUTURO PARA PROBLEMAS URBANOS DO PRESENTE



A inovação nos processos e nos conteúdos e a forte identidade própria associada a uma imagem diferenciadora devem potenciar as memórias, as vivências e as aspirações das populações e das organizações locais tirando partido da criatividade aplicada à riqueza dos territórios, como demonstram as experiências impulsionadas pelo vector da cultura atrás referidas.

A mobilização colectiva em torno de uma ideia forte, relevante e inovadora, que desenvolva sinergias entre os diferentes actores cataliza sinergias entre o sector público e privado e favorece a inter-relação que deve configurar uma parceria.

O êxito ou a eficiência das políticas públicas dependerá ainda da capacidade de aprendizagem colectiva, tendo em vista a inovação. A criação de um “conhecimento consensual” e de um desígnio comum que reconheçam a sua identidade e uma visão para o futuro, potencia as capacidades, os recursos e as competências de um território, uma cidade, um centro urbano ou de uma rede inter-urbana.

A publicação do PROT Alentejo em 2 de Agosto de 2010 (RCM nº53/2010), no quadro de um contexto alargado de iniciativas de planeamento de base territorial, dotou a região de um instrumento de desenvolvimento de natureza estratégica e vocacionado para a definição de grandes opções com relevância para a organização do território. Estas materializam-se em Opções Estratégicas de Base Territorial, entre as quais se salienta a de encontrar para o Alentejo um compromisso com os objectivos da competitividade e da coesão que terão de passar por uma evolução da organização do território e dos seus sistemas urbanos no sentido de um esforço de especialização funcional e de procura de massa crítica, no âmbito da “Afirmção do Policentrismo”.

Efectivamente, desempenhando os principais centros urbanos um papel central na estratégia de desenvolvimento, ganham particular importância no contexto intra-urbano, os factores de valorização e diferenciação patrimonial enquanto elementos de identidade e afirmação regional e como intervenções urbanísticas a privilegiar a promoção da requalificação, a reorientação para a reabilitação e revitalização do edificado e a valorização

La innovación en los procesos y en los contenidos y la fuerte identidad propia asociada a una imagen diferenciadora deben potenciar los recuerdos, las vivencias y las aspiraciones de la población y de las organizaciones locales, sacando partido de la creatividad aplicada a la riqueza de los terrenos, como lo demuestran las experiencias impulsadas por el sector de la agricultura antes referida.

La movilización colectiva alrededor de una idea fuerte, relevante e innovadora, que desarrolle sinergias entre los diferentes actores cataliza sinergias entre el sector público y el privado y favorece la interrelación que debe configurar una sociedad.

El éxito o la eficiencia de las políticas públicas dependerá además de la capacidad de aprendizaje colectivo, teniendo en cuenta la innovación. La creación de un “conocimiento consensual” y de un designio común que reconozcan su identidad y una visión para el futuro, potencia las capacidades, los recursos y las competencias de un territorio, una ciudad, un centro urbano o de una red interurbana.

La publicación del PROT Alentejo el 2 de agosto del 2010 (RCM nº 53/2010), en el marco de un contexto amplio de iniciativas de planificación de base territorial, dotó a la región de un instrumento de desarrollo de naturaleza estratégica y dirigido a la definición de grandes opciones con relevancia para la organización del territorio. Éstas se materializan en Opciones Estratégicas de Base Territorial, entre las cuales sobresale la de encontrar para el Alentejo un compromiso con los objetivos de la competitividad y de la cohesión que tendrá que pasar por una evolución de organización del territorio y de sus sistemas urbanos en el sentido de un esfuerzo de especialización funcional y de búsqueda de masa crítica, en el campo de la “Afirmación del Policentrismo”.

Efectivamente, desempeñando los principales centros urbanos un papel central en la estrategia de desarrollo, ganan particular importancia en el contexto intraurbano los factores de valoración y diferenciación patrimonial como elementos de identidad y afirmación regional y como intervenciones urbanísticas privilegiando la promoción de la recalificación, la reorientación para la rehabilitación y revitalización de la edificación y la valoración

dos espaços públicos.

O património, a cultura e o conhecimento enquanto factores regionais de capacitação criativa e económica e, em simultâneo, como pilares estratégicos do desenvolvimento urbano do Alentejo apontam para a reabilitação urbana, potenciando os recursos diferenciadores e contribuindo definitivamente para a identidade da região.

O reforço da competitividade e a sua projecção internacional poderá ser consolidado a partir de “redes urbanas” centradas em factores de inovação territorial, através do aprofundamento dos relacionamentos entre aglomerados urbanos e de redes de complementaridade.

A Política de Cidades enquanto referência para a integração territorial implica o ajustamento ao modelo de Sistema Urbano policêntrico e definição de novas centralidades, identificando a potencialidade/capacidade de criação redes de cooperação em coerência com o modelo do PROT.

O conceito de cidade ao serviço da revitalização, articulando áreas de excelência da arquitectura diferenciada e espaço público, concentradoras de ciência e tecnologia, inovação e cultura com a totalidade do espaço urbano, deverá tornar competitiva a revitalização urbana vs expansão, quadro em que se destaca o papel dos centros históricos.

De facto, revitalização, reabilitação, revalorização, promoção, requalificação têm vindo a significar a “reconquista” do centro das cidades, inerente ao retorno de residentes, utilizadores e visitantes, mas há que acautelar nessa aposta os problemas associados a uma sobrevalorização do espaço requalificado. Reflectindo, por vezes, uma abordagem redutora cingida à morfologia física, ignora-se a condição da cidade como obra de relações sociais estabelecidas ao longo da história, alterando assim com efeitos potencialmente marginalizadores a estruturação social anterior.

Intervir para que o Sistema Urbano do Alentejo possa funcionar como protagonista privilegiado da renovação urbana significa atrair o sector do conhecimento de ideias criativas reforçando a capacidade de inovar com

de los espacios públicos.

El patrimonio, la cultura y el conocimiento como factores regionales de capacitación creativa y económica y, al mismo tiempo, como pilares estratégicos de desarrollo urbano del Alentejo apuntan hacia la rehabilitación urbana, potenciando los recursos diferenciadores y contribuyendo definitivamente a la identidad de la región.

El refuerzo de la competitividad y su proyección internacional podrá consolidarse a partir de “redes urbanas” centradas en factores de innovación territorial a través de la profundización de las relaciones entre aglomerados urbanos y de redes de complementariedad.

La Política de las Ciudades como referencia para la integración territorial implica el ajuste al modelo de Sistema Urbano policéntrico y definición de nuevas centralidades, identificando la potencialidad/capacidad de creación de redes de cooperación en coherencia con el modelo del PROT.

El concepto de ciudad al servicio de la revitalización, articulando áreas de excelencia de la arquitectura diferenciada y espacio público, concentradoras de ciencia y tecnología, innovación y cultura con la totalidad del espacio urbano, deberá convertir en competitiva la revitalización urbana vs expansión, marco en el que destaca el papel de los centros históricos.

De hecho, revitalización, rehabilitación, revalorización, promoción, recalificación vienen a significar la “reconquista” del centro de la ciudad, inherente al retorno de residentes, utilizadores y visitantes, pero hay que tener cautela con esta apuesta con los problemas asociados a una sobrevaloración del espacio recalificado. Reflejando, a veces, un abordaje reductor ceñido a la morfología física, se ignora la condición de la ciudad como obra de relaciones sociales establecidas a lo largo de la historia, alterando así con efectos potencialmente marginalizadores la estructuralización social anterior.

Intervenir para que el Sistema Urbano del Alentejo pueda funcionar como protagonista privilegiado de la renovación urbana significa atraer el sector del conocimiento de ideas creativas reforzando la capacidad de innovar con reducción de costes y aumento de la calidad (costes de producción de funciones urbanas cada vez más ba-

redução de custos e aumento da qualidade (custos de produção de funções urbanas cada vez mais baixos com mais qualidade e ganhos na sustentabilidade). De sublinhar que inovar significa também aplicar conhecimentos para satisfazer novas necessidades, como associar os talentos às universidades e à investigação direccionada para a conservação e valorização do património urbanístico, histórico e cultural e, também, às empresas concertando o potencial endógeno e de atracção externa.

Encontrar soluções organizacionais eficazes para uma forte liderança, operacionalização e financiamento são determinantes para enfrentar as novas exigências da actualidade, considerando como objectivo último o reforço do posicionamento competitivo e da atractividade dos territórios.

Mas este contexto pode também ser indutor de novas oportunidades e abordagens (ainda) mais ambiciosas, seguindo o lema de tentar fazer mais com menos, trazendo mais valor acrescentado face aos objectivos traçados e um efeito multiplicador acrescido.

Planos de Acção de Parcerias ou Planos Estratégicos de redes devem evidenciar mais valias enquanto intervenções integradas, a materializar em maior valor acrescentado, maior coerência e maior robustez na congruência acrescida do conjunto das operações, maior carácter inovador e contributo efectivo para a reabilitação e dinâmica urbanas, incluindo uma melhor adequação do “espaço solução” face às intervenções propostas.

Gerar níveis acrescidos de cooperação estratégica assente na concertação inter-municipal capaz de sustentar a coesão territorial garantirá, ainda, uma interacção mais eficiente das dimensões física, ambiental, económica, social e cultural.

De salientar, igualmente, a oportunidade de acrescentar novos meios de acção aos fundos estruturais para operações de regeneração urbana, do programa JESSICA (Joint European Support for Sustainable Investments in City Areas), lançado pelo Banco Europeu de Investimento (BEI), que oferece novas formas de usar aqueles fundos na renovação de áreas urbanas, podendo constituir um substancial acelerador da sua transformação, no sentido do reforço da coesão social e territorial.

jos con más calidad y que ganan en sostenibilidad). Es de señalar que innovar significa también aplicar conocimientos para satisfacer nuevas necesidades, como asociar los talentos a las universidades y a la investigación dirigida hacia la conservación y valoración del patrimonio urbanístico, histórico y cultural y, también, a las empresas concertando el potencial endógeno y de atracción externa.

Encontrar soluciones organizacionales eficaces para un fuerte liderazgo, operacionalización y financiación son determinantes para enfrentar las nuevas exigencias de la actualidad, considerando como objetivo último el refuerzo del posicionamiento competitivo y del atractivo de los territorios.

Pero este contexto puede también ser inductor de nuevas oportunidades y perspectivas (también) pero ambiciosas, siguiendo el lema de intentar hacer más con menos, trayendo más valor aumentado de cara a los objetivos trazados y un efecto multiplicador aumentado.

Planes de Acción de Sociedades o Planes Estratégicos de red deben evidenciar más valías como intervenciones integradas, materializando en mayor valor aumentado, mayor coherencia y mayor robustez en la congruencia aumentada del conjunto de las operaciones, mayor carácter innovador y contribución efectiva para la rehabilitación y dinámica urbanas, incluyendo una mejor adecuación del “espacio solución” cara a las intervenciones propuestas.

Generar niveles aumentados de cooperación estratégica asentados en la concertación intermunicipal capaz de sustentar la cohesión territorial garantizará, también, una interacción más eficiente de las dimensiones física, ambiental, económica, social y cultural.

De subrayar, también, es la oportunidad de aumentar nuevos medios de acción a los fondos estructurales para operaciones de regeneración urbana, del programa JESSICA (Joint European Support for Sustainable Investments in City Areas), lanzado por el Banco Europeo de Inversión (BEI), que ofrece nuevas formas de usar aquellos fondos en la renovación de áreas urbanas, pudiendo constituir un substancial acelerador de su transformación, en el sentido de refuerzo de cohesión social y territorial.

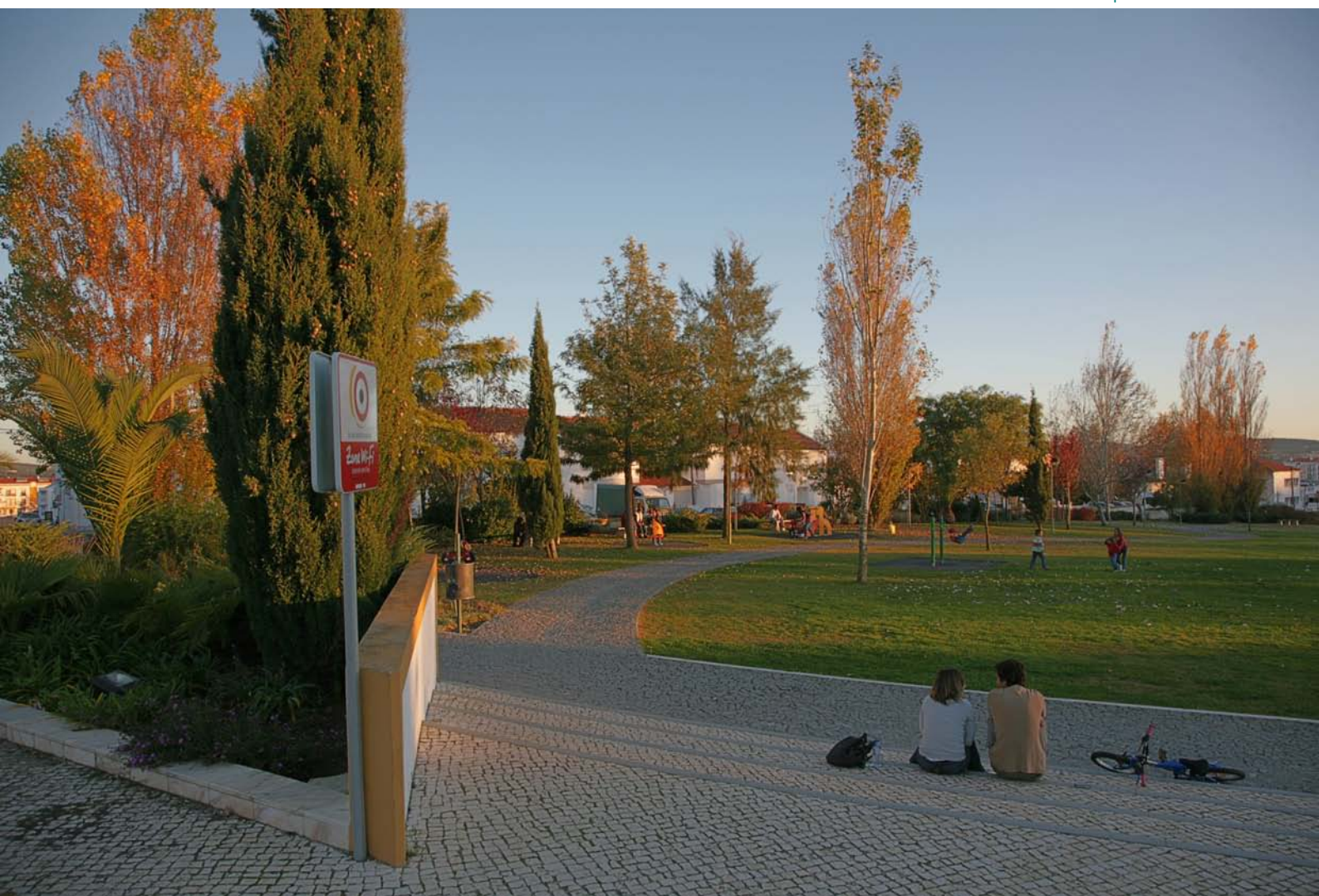
Em síntese, o tendencial aumento da população residente em cidades, coloca desafios e soluções à urbanização, mas encerra também oportunidades de planear o desenvolvimento urbano de forma coerente, com estratégias de desenvolvimento e formas de governação das cidades num horizonte de médio prazo, atendendo às prioridades definidas no PROT Alentejo de afirmação do policentrismo e do desenvolvimento rural associado e, ainda, aos instrumentos de gestão territorial (PDM, PU, PP, planos de salvaguarda do centro histórico) ■

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

En síntesis, el aumento tendencial de la población residente en ciudades ofrece retos y soluciones a la urbanización, pero encierra también oportunidades de planear el desarrollo urbano de forma coherente, con estrategias de desarrollo y formas de gobierno de las ciudades en un horizonte a medio plazo, atendiendo a las prioridades definidas en el PROT Alentejo de afirmación del policentrismo y del desarrollo rural asociado y, también, a los instrumentos de gestión territorial (PDM, PU, PP, planes de salvaguarda del centro histórico) ■

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Parque Urbano





Juan Requejo Liberal - Director da equipa de consultoria hispano-portuguesa, UTE Arenal Gc - At Clave

Um novo espaço de referência para o desenvolvimento na Europa

O Alentejo, o Algarve e a Andaluzia deram início ao projecto de uma euro-região que inaugura um novo espaço na cooperação transfronteiriça. Esta iniciativa proporciona um método de cooperação estrategicamente desenvolvido e orientado, concretizado numa plataforma de governação, com capacidade de iniciativa e gestão de fundos, relatados a interesses comuns que têm influência em diversos âmbitos da vida social, económica, cultural, das infra-estruturas, etc.

O Convénio assinado em Maio de 2010 pelas três regiões insere-se no Tratado de Valência de 2002, relativo à cooperação transfronteiriça entre os estados português e espanhol, e contempla os seguintes objectivos para a Comunidade de Trabalho Euro-região Alentejo, Algarve e Andaluzia:

- Promover o intercâmbio de informação e o estudo sobre assuntos de interesse comum.
- Promover e coordenar iniciativas, projectos e propostas de acção para a cooperação e intercâmbio de experiências entre as três Instâncias e as Entidades envolvidas, assim como o seu posterior acompanhamento.
- Preparar projectos, programas e propostas conjuntos que possam beneficiar do co-financiamento comunitário.
- Promover a colaboração e a coordenação entre agen-

Un nuevo espacio de referencia para el desarrollo en Europa

Alentejo, Algarve y Andalucía han puesto en marcha una eumorregión que abre un nuevo espacio en la cooperación transfronteriza. Esta iniciativa proporciona un método de cooperación estrategicamente desarrollado y orientado, que se constituye en una plataforma de gobernanza, con capacidad de iniciativa y gestión de fondos, sobre intereses comunes que afectan a muy diversos ámbitos de la vida social, la economía, la cultura, las infraestructuras, etc.

El Convenio suscrito en mayo de 2010 por las tres regiones se enmarca en el Tratado de Valencia de 2002, relativo a la cooperación trasfronteriza entre los estados portugués y español, y contempla los siguientes objetivos para la Comunidad de Trabajo Eumorregión Alentejo, Algarve, Andalucía:

- Promover el intercambio de información y el estudio sobre materias de interés común.
- Fomentar y coordinar iniciativas, proyectos y propuestas de acción para la cooperación e intercambio de experiencias entre las tres Instancias y Entidades firmantes así como su posterior seguimiento.
- Preparar proyectos, programas y propuestas conjuntas que puedan beneficiarse de cofinanciación comunitaria.
- Promover la colaboración y coordinación entre agentes, estructuras, entidades públicas y privadas que pue-

tes, estruturas e entidades, públicas e privadas, que possam contribuir para o desenvolvimento dos respectivos territórios fronteiriços.

- Executar as tarefas previstas para as Comunidades de Trabalho no âmbito dos programas de cooperação territorial ou de quaisquer outros instrumentos aceites pelos estados espanhol e português.

Este novo espaço de referência para a governação do território e para o aproveitamento das oportunidades de criação do emprego e da riqueza num contexto equilibrado compreende uma superfície de 124.142 km² (área correspondente a 21,3% do total peninsular), onde residem habitualmente cerca de nove milhões e meio de pessoas (aproximadamente 18% do total peninsular).

Figura 1



O território abrangido pela Eurorregião, Alentejo - Algarve - Andaluzia
 El territorio cubierto pela Eurorregion, Alentejo - Algarve - Andaluzia

Este espaço mostra uma grande diversidade territorial, ambiental, económica, cultural e social. No entanto, goza também de factores climáticos comuns, espaços naturais semelhantes e recursos partilhados, uma história comum, factores geoestratégicos ligados à sua situação no continente, sectores produtivos diferenciais,

dan contribuir al desarrollo de los respectivos territorios fronterizos.

- Ejecutar las tareas previstas para las Comunidades de Trabajo en el marco de los programas de cooperación territorial o cualesquiera otros instrumentos aceptados por los estados Español y Portugués.

Este nuevo espacio de referencia para la gobernanza del territorio y el aprovechamiento de las oportunidades de creación de empleo y riqueza en un entorno equilibrado abarca una superficie de 124.142 km² (el 21,3% del total peninsular) dónde residen habitualmente cerca de nueve millones y medio de personas (en torno al 18% del total peninsular).

Este espacio muestra una gran diversidad territorial, ambiental, económica, cultural y social. Sin embargo, también goza de factores climáticos comunes, de espacios naturales con similitudes y recursos compartidos, de una historia común, factores geoestratégicos de posición en el continente, sectores productivos diferenciales y una estructura social y productiva que ofrece oportunidades

assim como uma estrutura social e produtiva que oferece oportunidades para a integração tanto ao nível social como da produção, e promove a melhoria da coesão e o incentivo à competitividade e ao emprego. Basta observar, como referência, que neste espaço se contabilizam, nalgumas semanas do ano, até seis milhões de turistas.

Passados alguns meses da constituição da Euro-região, o seu Conselho decidiu abordar a elaboração de um Plano de Acção de Cooperação Transfronteira que definisse a estrutura de intervenção da primeira etapa desta entidade e delimitasse um quadro estratégico estável para a cooperação entre as três regiões. O plano deve servir para identificar e dar prioridade a determinadas linhas de actuação e melhorar assim o posterior enquadramento de preparação e defesa de projectos concretos tendo em vista o seu lançamento e financiamento.

Os trabalhos de elaboração deste Plano de Acção estão em andamento, uma vez que foram adjudicados através de concurso público a uma equipa de consultoria hispano-portuguesa constituída pela união das empresas Arenal Gc e At Clave. A metodologia de trabalho desta equipa baseia-se no apoio à tomada de decisões dos agentes públicos, com critérios de incorporação de diversos agentes públicos e privados.

Esta etapa da cooperação pretende suplantar um longo e proveitoso período inicial no qual prevaleceram as iniciativas concretas, protagonizadas por visões sectoriais e de ritmo esporádico ou descontínuo. As análises que estão a realizar-se apoiam-se nas políticas já formalizadas e consolidadas pelas três regiões para definir os aspectos de maior interesse para a cooperação transfronteira numa perspectiva global e estrutural, mas com critérios de pragmatismo que garantam a viabilidade das propostas. A fiabilidade e o rigor do processo de elaboração apoiam-se na multiplicidade de encontros que se vão mantendo com as entidades públicas e privadas que têm estado envolvidas na cooperação transfronteira, ou que podem vir a estar no futuro.

As áreas de cooperação do Plano estão já fixadas pelo próprio Convénio de constituição da Euro-região e estão plenamente coordenadas com as contempladas na cooperação entre Portugal e Espanha. A área prioritária

para la integración social y productiva, la mejora de la cohesión y el impulso a la competitividad y el empleo. Baste citar como referencia que en este espacio se contabilizan hasta seis millones de turistas en algunas semanas de año.

Unos meses más tarde de la constitución de la Euroregión, su Consejo decidió abordar la elaboración de un Plan de Acción de Cooperación Transfronteriza que definiera la estructura de intervención de la primera etapa de esta entidad y un marco estratégico y estable para la cooperación entre las tres regiones. El Plan debe servir para identificar y priorizar líneas de actuación y mejorar el entorno posterior de preparación y defensa de proyectos concretos de cara a su lanzamiento y financiación.

Los trabajos de elaboración de este Plan de Acción están en marcha, una vez que fueron adjudicados mediante concurso público a un equipo consultor hispano-portugués constituido por la unión de empresas Arenal Gc y At Clave. Este equipo está trabajando con una metodología basada en el apoyo a la toma de decisiones de los agentes públicos, con criterios de incorporación de diversos agentes públicos y privados.

Esta etapa de la cooperación pretende superar un largo y provechoso período inicial en el cual han prevalecido las iniciativas concretas, protagonizadas por visiones sectoriales y de ritmo esporádico o discontinuo. Los análisis que se están realizando se apoyan en las políticas ya formalizadas y consolidadas por las tres regiones para definir las cuestiones de mayor interés para la cooperación transfronteriza en una perspectiva global y estructural, pero con criterios de pragmatismo que garanticen la viabilidad de las propuestas. La fiabilidad y rigor del proceso de elaboración se apoya en la multiplicidad de entrevistas que se están manteniendo con las entidades públicas y privadas que han estado involucradas en la cooperación transfronteriza, o que pueden estarlo en el futuro.

Los ámbitos de cooperación del Plan están ya fijados por el propio Convenio de constitución de la Euroregión y están plenamente coordinados con los contemplados para la cooperación entre Portugal y España. El ámbito prioritario es el fomento de la competitividad y promoción del

é o desenvolvimento da competitividade e promoção do emprego com todas as suas implicações quanto às empresas, aos trabalhadores, às pessoas em formação e à acção pública relativa a esta matéria. A segunda área refere-se ao capital territorial das três regiões, ao seu património natural e cultural, à paisagem e à manutenção da qualidade ambiental. Ainda no que respeita ao suporte territorial, considera-se como terceira área as estruturas de acessibilidade e os instrumentos de ordenação territorial. Por fim, considera-se uma quarta área, constituída pelo amplo espectro de assuntos e actividades vinculadas ao fomento da cooperação e integração económica e social.

O desenvolvimento destas áreas de cooperação do Plano de Acção conduz à valorização das oportunidades existentes para reforçar o tecido produtivo e as estruturas de inovação e reforço das capacidades, tanto ao nível da investigação básica e do desenvolvimento, como da integração ambiental, da formação ou da melhoria de produtos e processos produtivos e de comercialização conjunta.

Neste sentido, o espaço constituído pelas três regiões revela características únicas no panorama europeu, destacando-se a agricultura, a criação de gado, a extracção de cortiça e outros produtos do montado, derivados e transformados (azeite e outros), os alimentos do mar (pesca e aquicultura), a mineração sustentável e seus transformados, as diferentes modalidades de energia renovável, o fabrico de materiais de transporte (aeronáutico em Sevilha e um projecto no mesmo sector em Beja), as actividades ligadas à logística intercontinental (portos da frente sul atlântica e actividades produtivas associadas), o conjunto de actividades ligadas ao turismo, as acções relacionadas com a cultura, com a saúde e com outros sectores produtivos que diferenciam este espaço no contexto europeu.

Em todos estes sectores é possível identificar oportunidades para melhorar conjuntamente a posição actual, incrementar a colaboração no âmbito produtivo e da comercialização conjunta, desenvolver a colaboração tecnológica e a transferência de conhecimentos.

Urge fazer uma referência especial ao interesse em ac-

empleo con todas sus implicaciones en relación con las empresas, los trabajadores, las personas en formación y la acción pública en esta materia. El segundo ámbito está constituido por el capital territorial de las tres regiones, su patrimonio natural y cultural, el paisaje y el mantenimiento de la calidad ambiental. En este mismo sentido del soporte territorial se considera como tercer ámbito las estructuras de accesibilidad y los instrumentos de ordenación territorial. Finalmente, se considera un cuarto ámbito constituido por el amplio espectro de materias y actividades vinculadas al fomento de la cooperación e integración económica y social.

En desarrollo de estos ámbitos de cooperación el Plan de Acción está valorando las oportunidades existentes para reforzar el tejido productivo y las estructuras de innovación y refuerzo de capacidades tanto en investigación básica y de desarrollo, como en integración ambiental, en formación o en mejora de productos y procesos productivos y de comercialización conjunta.

En este sentido el espacio configurado por las tres regiones ofrece unos rasgos singulares en el panorama europeo, destacando la agricultura, ganadería, corcho y otros productos de la dehesa, los derivados y transformados (aceite y otros), los alimentos del mar: pesca y acuicultura, la minería sostenible y sus transformados, las diferentes modalidades de energía renovable, la fabricación de material de transporte (aeronáutica en Sevilla y proyecto en Beja), las actividades ligadas a la logística intercontinental (puertos de la fachada suratlántica y sus actividades productivas asociadas), el complejo de actividades ligados al turismo, las actividades ligadas a la cultura y a la salud y otros sectores productivos que diferencian este espacio en el contexto europeo.

En todos estos sectores es posible identificar oportunidades para mejorar conjuntamente la posición actual, incrementar la colaboración en el ámbito productivo y de la comercialización conjunta, desarrollar la colaboración tecnológica y la transferencia de conocimiento.

Mención especial hay que hacer al interés en actuar conjuntamente en el reconocimiento de la importancia de la posición geoestratégica de la Eurorregión como gran nodo articulador de las relaciones de Europa con

tuar em conjunto no reconhecimento da importância da posição geoestratégica da Euro-região como grande nó articulador das relações da Europa com a África, a América e o resto do comércio continental. Neste sentido, é de extrema importância para as três regiões a consolidação do corredor de transporte de mercadorias (Eixo prioritário europeu nº16) que engloba os complexos industriais e portuários da Frente Sul Atlântica (Sines, Huelva, Sevilha, Baía de Cádiz e Algeciras) com a meseta peninsular (Madrid) e através dela com o resto da Europa. Desta consolidação deve partir a aplicação de recursos financeiros para completar e reforçar a rede ferroviária de conexão com Madrid e as instalações logísticas associadas.

Africa, América y el resto del tráfico intercontinental. En este sentido, es de una gran importancia para las tres regiones la consolidación del corredor de transporte de mercancías (Eje prioritario europeo 16) que enlaza los complejos industrial-portuarios de la Fachada Suratlántica (Sines, Huelva, Sevilla, Bahía de Cádiz y Algeciras) con la meseta peninsular (Madrid) y a través de ella con el resto de Europa. De esta consolidación debe partir la aplicación de recursos financieros para completar y reforzar la red ferroviaria de conexión con Madrid y las instalaciones logísticas asociadas.

La gestión coordinada del territorio debe permitir redu-



Figura 2

Posição geoestratégica da Euroregião no contexto das relações, África - Europa - América
 Posicionamiento geoestratégico de la Euroregión en el marco de las relaciones, África - Europa - América

A gestão coordenada do território deve possibilitar a redução ou eliminação das disfunções geradas pelo efeito fronteira na gestão dos espaços protegidos e no conjunto do meio natural, bem como uma maior eficácia na gestão dos impactos ambientais das actividades humanas e uma melhoria ao nível da valorização patrimonial da natureza, da cultura e da paisagem, em suma, de tudo o que é comum.

A redução do efeito fronteira deve centrar-se também na harmonização das regulações de usos e actividades

cir o eliminar las disfunciones generadas por el efecto frontera en gestión espacios protegidos y del conjunto del medio natural, incrementar la eficacia en la gestión de los impactos ambientales de las actividades humanas y debe mejorar, asimismo, la valorización patrimonial de la naturaleza, la cultura y el paisaje, en todo aquello que es común.

La reducción del efecto frontera también ha de centrarse en la armonización de regulaciones de uso y actividades en el espacio colindante y, especialmente, en el refuerzo

no espaço co-limitado e, especialmente, no reforço das redes territoriais (estradas, caminhos-de-ferro, conexões fluviais e redes energéticas).

É possível conseguir uma maior integração socioeconómica e institucional no âmbito da Euro-região, favorecendo o usufruto partilhado de serviços sociais, educativos, culturais, desportivos e de lazer. O estabelecimento de mecanismos de cooperação em matéria de serviços sociais e de saúde melhorará os níveis de cuidados e de cobertura nas povoações fronteiriças.

A integração institucional pode ser melhorada através da consolidação de redes de governação com a participação de autoridades locais, de empresas, de organizações sociais e civis, assim como de instituições públicas.

Além disso, é preciso estudar as opções de melhoria na integração da planificação e meios em matéria de defesa contra incêndios, salvamento, socorrismo e na gestão conjunta do domínio público hidráulico (fluvial e marítimo).

Esta ambiciosa e complexa vontade de gerar um novo espaço de governação no território europeu e o empenho em unir esforços para melhorar o bem-estar e o património das três regiões e de todos os seus habitantes não teria muitas hipóteses de alcançar os seus objetivos não fosse o trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças, assim como por todas as entidades, públicas e privadas, regionais e locais, que protagonizaram a cooperação transfronteiriça e ainda pelo trabalho que as CCDR do Alentejo e do Algarve e a Consejería de Presidencia da Junta de Andalucía têm vindo a desenvolver ■

Juan Requejo Liberal

de las redes territoriales (carreteras, ferrocarril, conexiones fluviales y redes energéticas).

Es posible lograr una mayor integración socioeconómica e institucional en el ámbito de la Euroregión favoreciendo un uso compartido de servicios sociales, educativos, culturales, deportivos y de ocio. El establecimiento de mecanismos de cooperación en materia de servicios sociales y sanitarios mejorará la atención y el nivel de cobertura en las poblaciones fronterizas.

La integración institucional puede mejorarse consolidando redes de gobernanza con la participación de autoridades locales, empresas, organizaciones sociales y ciudadanas e instituciones públicas.

Además, es preciso estudiar las opciones de mejora en la integración de planificación y medios en materia de defensa contra incendios, salvamento y socorrismo y en la gestión conjunta del dominio público hidráulico (fluvial y marítimo).

Esta ambiciosa y compleja voluntad de generar un nuevo espacio de gobernanza del territorio europeo y el empeño en aunar esfuerzos para mejorar el bienestar y el patrimonio de las tres regiones y de todos sus habitantes, no tendría muchas opciones de alcanzar sus objetivos sino fuera por el trabajo desarrollado por el Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, por todas las entidades, públicas y privadas, regionales y locales, que han estado protagonizando la cooperación transfronteriza y por el trabajo que están haciendo en estos momentos las CCDR de Alentejo y Algarve y la Consejería de Presidencia de la Junta de Andalucía ■

Juan Requejo Liberal



Ignacio Sanchez Amor - Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento da Extremadura e Director de "Ágora. El debate peninsular"

Senhores, falta cumprir-se o Alentejo! (com as minhas desculpas)

As premissas desta análise são muito simples. Sou um político e não demasiado complacente ou diplomático na minha forma de analisar a realidade. Para além disso, sou espanhol, e sem dúvida a minha visão do mundo é influenciada por esse pressuposto, mas conheço e amo o Alentejo há muitos anos (assim se justifica o uso ocasional do plural compreensivo neste texto). Se mais fosse necessário, desconfio de qualquer tipo de gíria tecnocrática (mesmo as que produzem as análises do desenvolvimento regional) que, com a desculpa de aprofundar, o que realmente fazem é evitar ir ao fundo dos assuntos ou dificultar ao leitor comum a criação de um diagnóstico pessoal das circunstâncias. Depois não digam que não avisei.

Conheço, nos seus traços gerais, os elementos que se conjugam no estudo dos problemas de desenvolvimento do Alentejo. Na realidade, o mais ajustado seria dizer que conheço esses elementos na mesma medida em que conheço as análises que se fazem para outras quarenta ou cinquenta regiões europeias do Sul. Porque é esse um dos problemas, o facto de os diagnósticos e as propostas académicas para espaços como o extremeño e o alentejano (ou os outros cinquenta) serem previsíveis e intercambiáveis. A todos os cinquenta territórios poderia aplicar-se a piada condescendente e afável da "Califórnia da Europa". A todos se pede mecanicamente que se concentrem no conhecimento, na inovação, no empreendedorismo, na geração endógena, na sustenta-

Senhores, falta cumprir-se Alentejo! (con perdón).

Las premisas de este análisis son muy sencillas. Soy un político, y no demasiado complaciente o diplomático en mi forma de analizar la realidad. Además, soy español, y sin duda mi visión está influida por ese presupuesto, pero conozco y amo Alentejo hace muchos años (de ahí el uso del plural comprensivo en ocasiones en este texto). Por si fuera poco, desconfío de cualquier tipo de jerga tecnocrática (incluida la que segregan los análisis de desarrollo regional) que, con la excusa de profundizar, lo que hace sencillamente es evitar ir al fondo de los asuntos o dificultar a un lector medio hacerse su propia composición de lugar. Luego no digan que no he avisado.

Conozco en sus trazos generales los elementos que se conjugan en el estudio de los problemas de desarrollo de Alentejo. En realidad lo más ajustado sería decir que conozco esos elementos en la misma medida que conozco los análisis que se hacen para otras cuarenta o cincuenta regiones europeas del sur. Porque ese es uno de los problemas, que los diagnósticos y las propuestas académicas para espacios como el extremeño o el alentejano (o los otros cincuenta) son previsibles e intercambiables. A todas las cincuenta se les podría aplicar esa broma indulgente y acariciadora de "la california de Europa". A todas se les pide mecánicamente poner el acento en el conocimiento, en la innovación, en el emprendedurismo, en la generación endógena, en la sostenibilidad, en la anticipación, etc. En resumen, todos los nuevos fetiches de

bilidade, na antecipação, etc. Em suma, todos os novos fetiches da moda. Pedem-nos um esforço olímpico (mais rápido, mais alto, mais forte) quando nunca tivemos a oportunidade de ir para além dos campeonatos de bairro. Pedem-nos exactamente o mesmo que pedem a si próprias regiões como Lisboa, Madrid ou Barcelona, com a diferença de que elas partem de uma posição prévia que lhes permite dar o salto, porque têm todas essas coisas “antigas” com as quais nós, supostamente, não deveríamos sequer preocupar-nos, ou seja, população, grandes indústrias, aeroportos, comunicações, classes médias, universidades, poder financeiro, multinacionais, jornais e televisões, centenas de milhares de salários públicos e “last but not least”, poder político real. Nós temos, isso sim, paisagem, muita paisagem; somos o resto que é “só paisagem”. Enganam-nos como no anúncio da carrinha da Renault: “Existirá verdadeiro luxo sem espaço?”. E inteligência, claro, tanta como a dos demais. A tese seria, portanto, algo como: ponha a trabalhar a sua natural inteligência e explore essa paisagem, esse espaço, porque o paraíso está já ao virar da esquina.

Neste percurso por uma nova economia, que também é seguido por essas outras zonas que são tradicionalmente mais ricas, mais equipadas e não menos motivadas, fará algum sentido todo este esforço tão disperso como bem-intencionado? Não estarão a pedir-nos que queimemos etapas com o engodo de nos colocar magicamente à altura desses outros espaços, sem ter as bases que eles têm? Não estarão a distrair-nos desses combates prosaicos, “demodés”, pelo TGV, pela conversão da IP2 em auto-estrada, por dois aeroportos de verdade (Alcochete e Beja), por indústrias como a Auto-Europa, pela ligação de mercadorias Sines-Badajoz, por um aproveitamento em profundidade do Alqueva? Não estarão a empurrar-nos para que aspiremos a ser um qualquer sucedâneo de “Silicon Valley” apenas para que não aspiremos a ser como Lisboa ou como o Porto? Não sei, isto é, não quero julgar intenções, mas parece-me útil chamar, pelo menos, a atenção sobre o perigo de cairmos em quixotismo, de colocarmos a cabeça nas nuvens sem ter os pés na terra. Este é um debate sobre o qual aprendemos muito na Extremadura com o caso da refinaria, e que podia apresentar-se simplesmente nestes termos: sim, queremos inovação; sim, queremos novas tecnologias; sim, queremos sustentabilidade; mas

moda esta temporada. Se nos pide un esfuerzo olímpico (más rápido, más alto, más fuerte) cuando nunca hemos tenido oportunidad de pasar de los campeonatos del barrio. Se nos pide exactamente lo mismo que se piden a sí mismas regiones como Lisboa, Madrid o Barcelona, con la diferencia de que ellas sí parten de una posición previa que les permite dar el salto, porque tienen todas esas cosas “antiguas” de las que nosotros, supuestamente, no deberíamos ni preocuparnos, es decir, población, grandes industrias, aeropuertos, comunicaciones, clases medias, universidades, poder financiero, multinacionales, periódicos y televisiones, centenares de miles de sueldos públicos y last but not least, poder político real. Nosotros, eso sí, tenemos paisaje, mucho paisaje; somos ese resto que “sólo es paisaje”. Nos engatusan como con el anuncio de la vanette de Renault: “¿Y si el verdadero lujo fuese el espacio?” (ATENCIÓN TRADUCTOR, la campaña portuguesa decía: “Existirá verdadero lujo sem espaço?”). E inteligencia, claro, tanta como los demás. La tesis sería pues, ponga usted a trabajar su natural inteligencia y explote ese paisaje, ese espacio, porque el paraíso está a la vuelta de la esquina.

En esta carrera por una nueva economía, que también persiguen estas otras zonas tradicionalmente más ricas, más equipadas y no menos motivadas, ¿tiene sentido todo este esfuerzo tan disperso como bienintencionado?, ¿no se nos está pidiendo que quememos etapas con el señuelo de ponernos mágicamente a la altura de esos otros espacios sin haber puesto los cimientos que ellos sí tienen?, ¿no se nos está distraiendo de esas peleas prosaicas, “demodés” por el TGV, por la conversión de la IP2 en autopista, por dos aeropuerto de verdad (Alcochete y Beja), por industrias como Autoeuropa, por la conexión de mercancías Sines-Badajoz, por un aprovechamiento en profundidad de Alqueva?, ¿no se nos está empujando a mirar a cualquier sucedáneo de silicon valley tan sólo para que no miremos a Lisboa o Porto?. No lo sé, es decir, no quiero juzgar intenciones, pero al menos sí me parece útil llamar la atención sobre ese riesgo de quijotismo, de poner la cabeza en las nubes sin tener los pies en la tierra. Éste es un debate del que hemos aprendido mucho en Extremadura con el asunto de la refinaria, y que podría simplificarse en que sí queremos innovación, sí queremos nuevas tecnologías, sí queremos sostenibilidad, pero vamos a dejarnos de bromas y autorice usted

vamos deixar-nos de brincadeiras e autorize-se logo essa refinaria de uma vez para sempre. Num momento em que podemos ter “um pássaro na mão”, não vamos ficar a cobiçar os “dois” que estão “a voar”. Eu sou favorável às actividades emergentes, mas enquanto emergem e não emergem, não me parece que devamos sentar-nos a vê-las emergir.

Em suma, parece-me profundamente enganador querer dinamizar regiões como as nossas com propostas segundo as quais a inovação e a tecnologia são a base do desenvolvimento e constituem mesmo, como se escreve impunemente, a estratégia a curto prazo. Este tipo de mudança de paradigma económico nunca é a solução a curto, nem sequer possivelmente a médio, mas apenas a longo prazo. É necessário avançar nesse caminho, e quanto antes, mas esperar que o PIB aumente em relação a outras zonas com um desenvolvimento, digamos assim, mais tradicional, vai conduzir apenas à melancolia e, talvez, à frustração. É óbvio que a contribuição destes sectores emergentes para o PIB aumentará, mas já o não é tanto o facto de ir crescer, e muito, e muito mais rápido, a mesma contribuição no caso dos sectores primário e secundário.

De facto, creio que o Alentejo tem de resolver uma história de amores e desamores com a sua agricultura, a sua criação de gado e a sua agro-indústria. A excessiva dependência do sector primário foi considerada um impedimento pelo pensamento económico dominante nas décadas que passaram. Havia, com efeito, como que um rótulo de “residual” neste tipo de actividades, assumido socialmente. E, no entanto, casos como o extremeño provam o engano que subjaz a essa perspectiva. Um campo financeiramente proveitoso e com capacidade de transformação converteu-se numa garantia face à crise que entretanto afectava outros sectores. Nos últimos anos, apesar da conjuntural instabilidade nos preços de alguns produtos (suínos), a agricultura extremeña funcionou como um sector refúgio. Era o campo que tinha mais facilidade para aceder ao crédito dos bancos e os mercados mundiais conheceram preços agrícolas tais que nos permitem falar mesmo de especulação nos produtos primários. Especulação, não com o petróleo, não com os metais, não com o próprio dinheiro, mas sim sustentada através da retenção de produtos alimenta-

esa refinaria de una maldita vez. Para una ocasión en la que tenemos “pájaro en mano”, no vamos a desear sólo los “cientos volando”. A mi las actividades emergentes me parecen muy bien, pero mientras emergen o no emergen, tampoco me parece que debamos sentarnos en la orilla a verlas emerger.

En resumen, me parece profundamente falso animar a regiones como las nuestras con propuestas según las cuales la innovación y la tecnología son la base del desarrollo e incluso, se escribe impunemente, la estrategia a corto plazo. Este tipo de cambios de paradigma económico nunca son la solución a corto, ni siquiera quizá a medio, sino a largo plazo. Hay que avanzar en ese camino, desde luego, pero esperar que el PIB vaya a acelerarse comparativamente con otras zonas con un desarrollo, digamos, más tradicional, sólo va a conducir a la melancolía y quizá a la frustración. Que la aportación al PIB de estos sectores emergentes debe crecer es una obviedad, pero no lo es tanto que también debe crecer, y mucho, y mucho más rápido, la aportación de los sectores primario y secundario.

De hecho, creo que Alentejo tiene que resolver una historia de amores y desamores con su agricultura, su ganadería y su agroindustria. La excesiva dependencia del sector primario ha sido considerada un lastre por el pensamiento económico dominante en estos decenios pasados. De hecho había como una etiqueta de “residual” en ese tipo de actividades, asumida socialmente. Y sin embargo casos como el extremeño demuestran lo falaz de ese planteamiento. Un campo financieramente saneado y con capacidad de transformación se ha convertido en una garantía frente a la crisis que afectaba a otros sectores. En estos años pasados, a pesar de la coyuntural inestabilidad en los precios de algunos productos (porcino), la agricultura extremeña ha funcionado como sector refugio. Era el campo el que tenía más facilidad para acceder al crédito de los bancos y hemos conocido precios agrícolas en los mercados mundiales que han permitido hablar nada menos que de especulación con los productos primarios. Especulación, no con el petróleo, ni con los metales, ni con el propio dinero, sino especulación mediante la retención de productos alimentarios básicos. Hay un cierto aroma fisiocrático en la economía mundial que regiones como las nuestras

res básicos. Há um certo aroma fisiocrático na economia mundial que regiões como as nossas deveriam planificar e aproveitar. Planificar para que não se passe o mesmo que se passou com o Alqueva, em que terras produtivas foram compradas por empresas espanholas e novos sistemas de exploração introduzidos, o que pareceu abrir os olhos aos agricultores alentejanos. Será que vamos continuar a empenhar-nos na investigação em aviónica quando os resultados estavam tão perto de ser conseguidos em algo que nos é tão familiar como o regadio? Depois, claro, os alentejanos lamentam-se quando chegam empresas agrícolas espanholas para comprar essa terra, e lamentam-se também quando estas se vendem, conseguindo grandes benefícios, porque tal facto parece manifestar uma espécie de desconfiança no futuro da zona ou do sector. A questão não é saber quem compra ou quem vende um terreno agrícola, a questão que deveria importar ao Alentejo e à Extremadura é que processo de valor acrescentado, que inovações, se introduziram entre essa compra e essa venda. É necessário compreender que a inovação não se prende com a criação de novos sectores ou de novos produtos finais, mas a simples aplicação de novos sistemas a produtos de sempre, o café em cápsulas, as uvas sem grainhas, as oliveiras em regadio e os resíduos de cobre. Exemplos que mostram por si mesmos que, pelo menos uma parte dos empresários do Alentejo, tem os objectivos definidos e os meios necessários para alcançá-los.

Surge então a eterna questão, a do desenvolvimento e do território. Da leitura de documentos e das análises sobre o Alentejo concluo que todos coincidem na mesma cantilena: a importância, a necessidade, a exigência, a obrigação das especializações sub-regionais. Parece-me que o problema consiste na existência de demasiadas aproximações sub-regionais e o que falta é precisamente as aproximações regionais. Existe um temor reverencial no Alentejo a considerar a realidade em termos regionais, tanto ao nível económico como político. Posto que cada área tem a sua “sensibilidade” política e a sua desconfiança à flor da pele, mais vale falarmos também, ao nível económico, de “sub-regiões”, qualquer coisa serve desde que não despertemos o monstro. Mesmos os regionalistas se submetem a este modelo tão alentejano do politicamente correcto: sublinhar a diferença e atenuar as coincidências. Dar a cada um o seu espaço e

deberían planificar y aprovechar. Planificar para que no pase lo que pasó con Alqueva, en la que fue la compra de tierras productivas por empresas españolas y la introducción de nuevos sistemas de explotación lo que pareció abrir los ojos a los agricultores alentejanos. A ver si vamos a estar investigando denodadamente en aviónica cuando los resultados estaban al alcance de la mano en algo tan cercano como el regadío. Luego, claro, los alentejanos se lamentan cuando llegan empresas agrícolas españolas a comprar esas tierras, pero se lamentan también cuando éstas venden, haciendo grandes beneficios, porque parece una muestra de desconfianza en el futuro de la zona o del sector. La cuestión no es quien compra o quien vende un terreno agrícola, la cuestión que debería importar en Alentejo o Extremadura es qué procesos de valor añadido, qué innovaciones, se han introducido entre esa compra y esa venta. Hay que entender que la innovación no es cosa de nuevos sectores o nuevos productos finales, sino la simple aplicación de nuevos sistemas a productos de siempre, el café en cápsulas, las uvas sin semilla, los olivos en regadío o los desechos de cobre. Ejemplos que muestran por sí solos que al menos una parte del empresariado de Alentejo tiene claros los objetivos y los medios.

Luego está la eterna cuestión, la del desarrollo y el territorio. Leo los documentos y los análisis sobre Alentejo y todos coinciden en la misma cantilena: la importancia, la necesidad, la exigencia, la obligación de las especializaciones sub-regionales. El problema me parece que consiste en que hay demasiadas aproximaciones sub-regionales en Alentejo, y que lo que faltan son precisamente aproximaciones regionales. Hay un temor reverencial en Alentejo a la consideración regional de la realidad, tanto en lo económico como en lo político. Como cada área tiene su “sensibilidad” política y su suspicacia a flor de piel, mejor hablamos también en lo económico de “sub-regiones”, cualquier cosa menos despertar al monstruo. Los regionalistas mismos se pliegan a esta muestra tan alentejana de lo políticamente correcto, subrayar la diferencia y difuminar la coincidencia. Dar a cada uno su espacio y no plantear nunca expresa y contundentemente el espacio común. Lo alentejano se mantiene siempre en el ámbito del sentimiento y de las referencias culturales de cualquier tipo: uno se siente alentejano, o come alentejano o tiene un acento alentejano, pero nada de

não projectar nunca de forma expressa e contundente o espaço comum. O que é alentejano mantém-se sempre no âmbito do sentimento e das referências culturais de qualquer tipo: pois pode sentir-se alentejano, apreciar a comida alentejana, ter o acento alentejano, mas não ser um cidadão politicamente alentejano ou pensar nos moldes do sistema económico alentejano. Parece iniciar-se então o tabu da correcção política. E essa é uma auto-limitação que tem também as suas consequências económicas, para além das consequências públicas. Entre outras razões, porque o mesmo não se verifica noutras regiões de Portugal. E já o digo há anos: o Alentejo não se faz ouvir, nunca ninguém parece ousar falar em nome da região, nunca ninguém sai da sua esfera mental, nunca ninguém pega nessa bandeira abandonada no meio da rua desde 1998. E, no entanto, o mesmo não acontece no Norte, por exemplo. O nome do Norte está na boca de Presidentes da Câmara, deputados, Universidades, associações empresariais, sindicatos e, inclusive, dos clubes de futebol. Não falam do seu sector ou da sua empresa, nem da sua área eleitoral, não, quando falam, falam “do Norte”, são “do Norte”, com maiúsculas, prestam méritos públicos ao falar “do Norte”, não se cansam de falar “do Norte”, e o Norte simplesmente assumiu que existe. O Alentejo parece ser, nestes termos, um mero NUT europeu. Uma ganga de dados numéricos que nos permite ter, é certo, uma visão (estatística) do conjunto, mas não uma apreciação da sua palpação humana, dos seus desejos, das suas (porque não?) contradições internas, do seu desejo de ultrapassar-se para além do Tejo, na capital. Um dos problemas do Alentejo é que nunca aparece como algo que está além (do) Tejo, fazendo jus ao seu nome. Alentejanos são os restaurantes de Lisboa, mas não os políticos que os frequentam. Estes são de Évora, Beja, Portalegre. Do Alandroal e do Brejão, talvez, mas dificilmente do Alentejo, não vá alguém sentir-se incomodado.

ser un ciudadano políticamente alentejano o pensar en términos del sistema económico alentejano. Ahí parece comenzar el tabú de la corrección política. Y esa es una autorrestricción que también tiene sus consecuencias económicas, además de políticas. Entre otras cosas porque no pasa en otras partes de Portugal. Ya lo vengo diciendo hace años: no oigo a Alentejo, nunca nadie parece osar hablar en nombre de la región, nunca nadie se sale de su circunscripción mental, nunca nadie toma esa bandera abandonada en medio de la calle desde 1998. Y sin embargo no sucede lo mismo en el Norte, por ejemplo. En nombre del Norte hablan alcaldes, diputados, universidades, asociaciones empresariales, sindicatos e incluso clubes de fútbol. No hablan de su sector o de su empresa o de su circunscripción electoral, no, hablan “del Norte”, son “del Norte”, con mayúsculas, hacen méritos públicos hablando “del Norte”, no se cansan de hablar “del Norte”, y el Norte sencillamente ha asumido que existe. Alentejo parece a estos efectos un mero NUT europeo. Un corsé de datos numéricos que al menos nos permiten tener una visión (estadística) de conjunto, pero no una apreciación de su palpito humano, de sus deseos, de sus contradicciones internas (por qué no), de su afán de trascender más allá del Tajo, en la capital. Un problema de Alentejo es que nunca aparece como tal más allá del Tajo (alem do Tejo), haciendo honor a su nombre. Alentejanos son los restaurantes de Lisboa, pero no los políticos que los frecuentan, éstos son de Évora, de Beja, de Portalegre. De Alandroal o de Brejao, quizá, pero dificilmente de Alentejo, no vaya a molestarle alguien.

Esta negación psicológica se aprecia también en los documentos de análisis y propuesta. No sé en qué podrían consistir esas “novas tendencias de organização territorial e novos padroes de inserção geo-económica” de que habla el PROAlentejo que fueran tan diferentes de lo que se ha hecho en toda Europa desde la Segun-



Esta negociação psicológica pode ver-se também nos documentos de análise e proposta. Não sei em que poderiam consistir essas “novas tendências de organização territorial e novos padrões de inserção geo-económica” de que fala o PROTAlentejo que foram tão diferentes do que se fez na Europa desde a Segunda Guerra Mundial, ou seja, do processo de regionalização. Ou seja, ter três níveis de governo no interior do Estado. Ou será que todos os países europeus que iniciaram esse caminho, grandes e pequenos, pobres ou ricos, periféricos ou centrais, são uns experimentalistas extravagantes? Vou ainda mais longe: afirmo que o medo da emergência natural de um centralismo político regional é paralisador. Ninguém se atreve a ir para lá dessa proposta vaga, feita sempre no plural, de “realidades urbanas com a dimensão económica e institucional necessária”. O policentrismo político e económico alentejano não é, na realidade, uma opção entre várias, mas sim uma consequência inevitável do temor reverencial a colocar em andamento as lógicas regionais assumidas e consequentes, e não só na realidade, mas também na mera análise. Não se trata, no meu caso, de propor a regionalização, posto que tal não é da minha competência. Trata-se, isso sim, de denunciar o facto de estar a análise económica do Alentejo contaminada pela prévia recusa das consequências que essa operação política teria na clarificação do papel económico conjunto da região. Bastaria afastar o foco para dar conta disso mesmo, para alcançar a visão de um Portugal que, no seu conjunto, tem muita diversidade, muita especialização produtiva, muitas diferenças de equilíbrio entre sectores, muito trabalho em rede e muito policentrismo, não havendo quem, observando isso mesmo, se lembre de duvidar da existência de um sistema económico português. Simplesmente porque Portugal existe. E, no entanto, o Alentejo, (ainda) não ■

Ignacio Sánchez Amor

da Guerra Mundial, es decir regionalizar. Es decir tener tres niveles de gobierno en el interior del Estado. ¿O es que todos los países europeos que han tomado ese camino, grandes y pequeños, pobres o ricos, periféricos o centrales, son unos extravagantes experimentalistas?. Es más, el temor a la emergencia natural de una capitalidad política regional es paralizador. Nadie se atreve a ir más allá de esa gaseosa propuesta, siempre en plural, de “realidades urbanas con la dimensión económica e institucional necesaria”. El policentrismo político y económico alentejano no es en realidad una opción entre varias, sino una consecuencia inevitable del temor reverencial a poner en marcha lógicas regionales asumidas y consecuentes, y no sólo en la realidad, sino incluso en el mero análisis. No se trata en mi caso de proponer la regionalización, no me corresponde. Pero sí denunciar que el análisis económico sobre Alentejo está contaminado por el preliminar rechazo de las consecuencias que esa operación política tendría para una clarificación del papel económico conjunto de la región. No hay más que alejar el foco para darse cuenta de ello; en el caso de Portugal en su conjunto también hay mucha diversidad, mucha especialización productiva, muchas diferencias de balance entre sectores, mucho trabajo en red y mucho policentrismo, pero a nadie se le ocurre por ello dudar de la existencia de un sistema económico portugués. Sencillamente porque Portugal existe. Y sin embargo, Alentejo, (todavía) no ■

Ignacio Sánchez Amor





Luis Afonso, Cartoonista

Há várias razões para ficar no Alentejo, não vejo nenhuma para sair”.

Serpa é linda e no início da Primavera, tal como todo o Alentejo, mais linda ainda se torna. Entre o branco do casario e a multiplicidade de cores dos campos, a cidade vai-se aproximando e, de repente, hei-nos por entre as ruas estreitas, os sorrisos francos e o Largo limpo e com as primeiras esplanadas a convidarem-nos para sentar e deixar-nos ficar ali...

Mas, o dever impõe-se, a ida a Serpa tem um objectivo: conversar com Luís Afonso, o geógrafo, o cartoonista, o homem do teletrabalho, o alentejano. O encontro está marcado para a livraria “Penso Ouvimos e Lemos”. Um grupo de alentejanos está sentado no jardim “por favor sabe onde é a livraria?” é mesmo à sua frente, respondem, sorrindo.

Não é preciso ouvir o sotaque, nem ver o olhar que tudo alcança, para perceber que Luís Afonso é alentejano. Não um alentejano do passado, das fotos ou dos desenhos, um alentejano de ontem, de hoje e, principalmente, do futuro.

Adiantando-me já à conclusão da conversa que mantivemos com o Luís Afonso, posso dizer que ele é o seu próprio cartoon. Usa o silêncio, a simplicidade, os desenhos e o humor para fazer uma reflexão crítica sobre o mundo que o rodeia.

“Nasci no Alentejo, é uma questão incontornável”, diz-nos a sorrir “Nasci em Aljustrel, acho que devo ter sido

“Hay varias razones para quedarse en el Alentejo, y no veo ninguna para marcharse”.

Serpa es bonita, y a principios de la primavera, como todo el Alentejo, se vuelve más bonita todavía. Entre el blanco de las casas y la multiplicidad de colores de los campos, la ciudad se va aproximando y de repente nos encontramos entre las calles estrechas, las sonrisas sinceras y la Plazoleta limpia y con las primeras terrazas invitándonos a sentarnos y quedarnos allí...

Pero el deber se impone; el viaje a Serpa tiene un objetivo: conversar con Luís Afonso, el geógrafo, el viñetista, el hombre del teletrabajo, el alentejano. La cita se ha previsto en la librería Penso, Ouvimos e Lemos. Un grupo de alentejanos está sentado en un parque; “por favor, ¿saben dónde está la librería?”, “está justo en frente de usted”, responden sonriendo.

No es necesario oír el acento ni ver la mirada que todo alcanza para darse cuenta de que Luís Afonso es alentejano. No un alentejano del pasado, de las fotos o de los dibujos, sino un alentejano de ayer, de hoy y sobre todo del futuro.

Adelantándome ya a la conclusión de la conversación que mantuvimos con Luis Afonso, puedo decir que él es su propia caricatura. Usa el silencio, la sencillez, los dibujos y el humor para hacer una reflexión crítica sobre el mundo que lo rodea.

“Nací en Alentejo; es una cuestión a la que no puedo re-

uma das últimas pessoas que nasceu mesmo lá, depois o pessoal começou a nascer em Beja”.

Depois de uma infância em Aljustrel, Luís Afonso foi para Lisboa, estudar geografia na Faculdade de Letras e por lá ficou quatro anos e depois, já casado foi para Serpa, onde nasceram três filhos.

À questão “porquê optar por ficar no Alentejo?”, Luís Afonso coça a barba, sorri e atira “ Costumo dizer: há várias razões para ficar no Alentejo, não vejo nenhuma para sair”. Confesso que pensei em parar a entrevista aqui, aquela resposta dizia tudo, ou melhor, tudo o resto seria apenas para compor o ramalhete e partir para um outro tipo de conversa, quem sabe a outra hora e com outros acompanhamentos que não fosse o café da manhã.

“Dei aulas durante dois anos, depois fui trabalhar para a Câmara de Serpa como Geógrafo e comecei a colaborar na Associação Terras Dentro, dava apoio, como geógrafo, a várias câmaras da margem esquerda”.

Vi nele um certo orgulho quando referiu que tinha feito a caracterização geográfica da zona de intervenção da Associação, que ganhou a gestão do Leader 1 nesta zona.

Um dia voltou ao ensino, era preciso um professor de Geografia para dar o 12º ano, caso contrário, os jovens de Serpa teriam de ir para Beja, juntando isto a questões familiares, mais um filho vinha aí, Luis Afonso aceita ir dar umas aulas.

Mas, não era o professor de geografia que me tinha levado a Serpa, Luís Afonso era o cartoonista que nos faz sorrir com as muitas demasiadas noticias más que enchem as páginas dos jornais, depois lá vem o Luis Afonso desmontar as tragédias e dar um sentido à vida...digo eu.

“Pois nessa altura, quando vim dar aulas, o trabalho nos jornais apertou um pouco”.

“Ah...e quando é que isso começou?” Indaguei.

“O trabalho nos jornais surge ainda quando eu estava em Lisboa, aliás foi logo no primeiro ano, eu publiquei uma banda desenhada e nessa altura perguntaram-me se eu não queria fazer cartoons numa publicação semanal.”

nunciar”, dijo sonriéndonos, “nací en Aljustrel, y creo que debo haber sido de las últimas personas que nació allí, porque después la gente comenzó a nacer en Beja”.

Después de una infancia en Aljustrel, Luís Afonso se fue a Lisboa a estudiar Geografía en la Facultad de Letras, y allí se quedó cuatro años; después, ya casado, se fue a Serpa, donde nacieron sus tres hijos.

A la pregunta de por qué optó por quedarse a vivir en Alentejo, Luis Afonso se rasca la barba, sonríe y dispara “suelo decir que hay varias razones para quedarse en el Alentejo, y no veo ninguna para marcharse”. Confieso que pensé terminar aquí la entrevista, aquella respuesta lo decía todo, o mejor, todo lo demás solo sería para componer el ramillete y marchar hacia otro tipo de conversación, quién sabe, a otra hora y con otra compañía que no fuese el café de la mañana.

“Di clases durante dos años; después trabajé en el Ayuntamiento de Serpa como geógrafo y comencé a colaborar con la Associação Terras Dentro, y daba apoyo como geógrafo a varios ayuntamientos de la margen izquierda”

Noté en él cierto orgullo cuando contó que había hecho la caracterización geográfica de la zona de intervención de la Asociación, que ganó la gestión del Leader 1 en esta zona.

Un día volvió a la enseñanza; se necesitaba un profesor de geografía para dar clase a los alumnos de 12º año, caso contrario los jóvenes de Serpa tendrían que ir a Beja, uniéndose a esto cuestiones familiares.

Pero no era el profesor de geografía el que me había llevado a Serpa; Luís Afonso era el viñetista que nos hacía reír con las muchas, demasiadas noticias malas que llenaban las páginas de los periódicos, y después allí llegaba Luís Afonso, desmontando las tragedias y dándole un sentido a la vida.

“Pues en esa época, cuando vine a dar clases, el trabajo en los periódicos apretó un poco”.

“¡Ah! ¿y cuándo comenzó eso?”, investigué.

“El trabajo en los periódicos surge ya cuando yo estaba en Lisboa; además fue enseguida, en el primer año;

E os cartoons entraram na vida deste alentejanos e desde então “não houve semana em que eu não fizesse cartoons, em 1990 fui para “A Bola”, em 91 para a “Grande Reportagem” e em 93 apareceu o “Público”, e é nessa altura, com o aumento do trabalho como cartoonista, que começo a ter dificuldades em conciliar as minhas três vidas, a de professor, a familiar e a de cartoonista, alguma tinha de ficar para trás, e foi o professor que se perdeu”.

Fazer cartoons para publicações nacionais e viver fora dos grandes centros não era, na altura “normal”. No princípio disse Luis Afonso “Era difícil, a tentação de sair daqui para fazer o meu trabalho era muito forte. Porque os meios técnicos não eram os que são hoje, não havia internet, eu mandava os trabalhos por fax e o fax já era uma grande coisa. Tive de comprar um fax, porque à hora em que por vezes tinha de mandar os trabalhos não havia fax em lado nenhum. Lembro-me que foi uma das coisas mais caras que comprei, um fax”.

“ Não era fácil trabalhar, para onde quer que ia levava o fax, era para fins de semana para férias, enfim... e depois tinha de ir à linha de telefone desmontar e ligar o fax e por vezes as pessoas entravam em pânico, mas lá ia trabalhando, lá ia de fax às costas e com a mala de ferramentas”

As novas tecnologia ao serviço do homem são boas, disse eu a Luís Afonso “Hoje é uma felicidade, posso estar no meio do campo e mandar os cartoons, hoje é muito fácil”.

Nesta altura lanço a pergunta “trabalhar no Alentejo com a beleza a tranquilidade é inspirador?”

“Isso de estar no campo e ser inspirador é um mito e no meu caso particular não inspira coisa nenhuma, porque a minha inspiração vem de haver ou não haver notícias”.

Mas não há vantagens, digo eu “claro que há.”, Responde ele, “ a qualidade de vida os dias aqui têm mesmo 24 horas, aqui nós dispomos do tempo todo, não o desperdiçamos em viagens em deslocações, essa é a grande vantagem de estar aqui, é que podemos utilizar o tempo a nosso favor. Muitos trabalhos que se fazem nas grandes cidades poderiam ser feitos em localidades mais pequenas, com benefícios para todos, para as cidades que ficariam mais libertas, para as empresas que se livrariam

publiqué unos comics y entonces me preguntaron que si quería hacer viñetas para una publicación semanal”.

Y las viñetas entraron en la vida de este alentejano y desde entonces “no ha habido semana en la que no haya hecho viñetas. En 1990 fui a “A Bola”, en el 91 a “Grande Reportagem” y en el 93 apareció “Público”, y es entonces, con el aumento de trabajo como viñetista, cuando empiezo a tener dificultades para conciliar mis tres vidas: la de profesor, la familiar y la de viñetista; alguna tenía que dejar, y fue la de profesor la que se perdió...”.

Hacer viñetas para publicaciones nacionales y vivir fuera de los grandes centros no era, en aquella época, “normal”. “Al principio –cuenta Luís Afonso– era difícil, y la tentación de salir de aquí para hacer mi trabajo era muy fuerte. Porque los medios técnicos no eran los que son hoy, no había internet, y tenía que mandar los trabajos por fax, ¡y el fax ya era una cosa extraordinaria! Tuve que comprar un fax. Recuerdo que fue una de las cosas más caras que compré, un fax”.

“No era fácil trabajar, y donde quiera que iba llevaba el fax: Y después tenía que ir a la línea de teléfono, desmontarla y enchufar el fax, ¡allí iba yo, cargando con el fax y con el maletín de herramientas!”

Las nuevas tecnologías al servicio del hombre son buenas, le dije yo a Luís Afonso. “¡Hoy es una felicidad!, puedo estar en mitad del campo y mandar las viñetas; hoy es facilísimo”.

En ese momento lanzo la pregunta: “¿Trabajar en el Alentejo con la belleza, la tranquilidad es inspirador?”

“Eso de estar en el campo y que sea una inspiración es un mito y en mi caso particular no inspira nada de nada, porque mi inspiración viene de que haya o no haya noticias”.

“Entonces no hay ventajas...”, le digo yo. “¡Claro que las hay!” responde él, “la calidad de vida, los días aquí sí tienen 24 horas, aquí disponemos de todo el tiempo, no lo desperdiciamos en viajes, en desplazamientos, esa es la gran ventaja de estar aquí: que podemos utilizar el tiempo a nuestro favor. Muchos de los trabajos que se hacen en las grandes ciudades podrían hacerse en localidades más pequeñas, con beneficios para todos: para

de alguns custos em termos de infra-estruturas físicas e para as pessoas que poderiam gerir melhor o seu tempo e evitariam a, por vezes, erosão das relações humanas”.

É portanto apologista do teletrabalho?

“É engraçado... De vez em quando, se se fala em teletrabalho, vêem ter comigo. Eu faço teletrabalho há vinte anos! Gosto de gerir a minha vida, o meu tempo e o meu dinheiro, não sou nada liberal em termos laborais, as pessoas devem ter o mínimo de segurança no emprego, ainda que eu não a tenha, eu sou um tipo que vive há 20 anos de recibos verdes e não há que dramatizar”

A conversa estava boa. Estava na hora de colocar a questão fundamental, “Luís Afonso o que é que o Alentejo pode dar às pessoas que as atraia para aqui?”

“A qualidade de vida, o tempo que o Alentejo pode dar às pessoas já cá está, o que é fundamental saber, é o que essas pessoas poderão vir a dar ao Alentejo. Se as pessoas que vierem para o Alentejo não se acomodarem, se souberam aproveitar o tempo que poupam nas deslocações nas grandes cidades e se o aplicarem aos outros e à região então todos ficam a ganhar. As pessoas aqui podem aproveitar o tempo para pensar em novos projectos, em novas ideias, que tornem ainda mais viável a vida nesta região, aumentando a sua alegria e a oferta do Alentejo”

O tempo não parava e da meia hora ou uma hora prometida já lá iam duas e ainda havia tanta coisa para falar.

O que recusas ser no Alentejo?

“Um figurante para turista ver e fotografar, eu quero um Alentejo com condições de vida e que haja mudanças. Temos de compatibilizar a tradição e a componente moderna temos aqui espaço para a memória e para a inovação, e a mudança vai ser feita pelas pessoas que aqui estiverem, por isso, quanto mais pessoas vierem para o Alentejo mais massa crítica haverá mais ideias mais opiniões diversificadas existirão e por isso a mudança positiva é inevitável.”

Luís Afonso, alentejano, cartoonista, guardador de memórias, trabalhador do imediato, que vive num Alentejo sem complexos, que tem muito para dar, mas que também está ávido de receber ■

las ciudades, que estarían más libres, para las empresas, que se librarían de algunos costes en términos de infraestructuras físicas, y para las personas, que podrían dirigir mejor su tiempo”.

“¿Es usted entonces apologista del teletrabajo?”

“Es gracioso... De vez en cuando se habla de teletrabajo y vienen a hablar conmigo. ¡Yo hago teletrabajo desde hace 20 años! Me gusta organizar mi vida, mi tiempo, mi dinero; no soy nada liberal en términos laborales, las personas deben tener un mínimo de seguridad en el empleo, aunque yo no lo tenga; yo soy un tipo que vive desde hace 20 años de recibos verdes, pero no hay que dramatizar”.

La conversación era estupenda. Era el momento de exponer la cuestión fundamental: “Luís Afonso, ¿qué es lo que el Alentejo puede dar a las personas para atraerlas?”.

“La calidad de vida, el tiempo que el Alentejo puede dar a las personas ya está aquí, lo que es fundamental es saber lo que esas personas podrán dar al Alentejo. Si las personas que vienen no se acomodan, si saben aprovechar el tiempo que ahorran en los desplazamientos en las grandes ciudades y si lo aplican a los otros y a la región, entonces todos ganaremos. Las personas aquí pueden aprovechar el tiempo para pensar en nuevos proyectos, en nuevas ideas, que conviertan aún más viable la vida en esta región, aumentando su alegría y la oferta del Alentejo”.

El tiempo no se detenía y de la media a una hora prometida, ya iban dos, y aún quedaban tantas cosas por hablar...¿Qué no te gusta ser del Alentejo?

“Un figurante para que el turista lo vea y fotografíe, yo quiero un Alentejo con condiciones de vida y que haya cambios. Tenemos que compatibilizar la tradición y el componente moderno; tenemos espacio para el recuerdo y para la innovación, y el cambio va a ser hecho por las personas que estén aquí, por eso, cuantas más personas vengan al Alentejo más masa crítica habrá, más ideas, más opiniones diversificadas existirán y por eso el cambio positivo es inevitable”.

Luís Afonso, alentejano, viñetista, guardador de recuerdos, trabajador de lo inmediato que vive en un Alentejo sin complejos, que tiene mucho que dar, pero que también está deseoso de recibir ■



Teresa e Estevão de Moura, Quinta Alfazema

Quinta Alfazema a terra tem sempre uma finalidade: ser trabalhada

Quando nos anos oitenta Teresa de Moura se deslocava Portalegre por afazeres profissionais, provavelmente estaria longe de pensar que um dia iria ser protagonista das mudanças que se vão fazendo no Alentejo, com a introdução de culturas novas que podem modificar a estrutura produtiva da região e não só.

Teresa e Estevão de Moura fazem parte do número crescente de portugueses que vêem o Alentejo não somente como um local de lazer, mas uma região onde à lugar para o investimento e para o sonho.

A zona de Castelo de Vide não era portanto um local desconhecido, para o casal Teresa e Estevão, nas suas deslocções à Fabrica Robinson, Teresa ficava por aquela zona e um dia quando resolveram procurar uma Quinta para dar concretizar quizá sonhos inconfessáveis, Castelo de Vide aconteceu naturalmente. Encontraram o local que lhes “enchias as medidas”, negociaram e começava aqui o caminho que iria dar ao projecto da plantaçção de cerca de seis hectares de Alfazema.

A compra da Quinta e as voltas que a vida dá fizeram com que depois de analisarem várias hipóteses de investimento em produtos tradicionais, como a cereja de S. Julião ou as Maçãs, um artigo de jornal, levou-os a pensar que seria interessante criar uma Quinta Alfazema um conceito que em países como os Estados Unidos em França tem tido muito sucesso.

Quinta Alfazema. La tierra siempre tiene una finalidad: ser trabajada

Quando en los años ochenta Teresa de Moura se desplazaba a Portalegre por avatares profesionales, probablemente estaría muy lejos de pensar que un día sería la protagonista de los cambios que se producirían en el Alentejo, con la introducción de nuevos cultivos que pueden modificar la estructura productiva de la región y no solo de la región.

Teresa y Estevão de Moura forman parte de un número en aumento de portugueses que vienen al Alentejo no solo como un lugar de ocio, sino como una región donde cabe la inversión y el sueño.

La zona de Castelo de Vide no era, por lo tanto, un lugar desconocido para el matrimonio Teresa y Estevão; en sus visitas a la Fabrica Robinson, Teresa se quedaba por aquella zona y un día, cuando decidieron buscar una finca para llevar a cabo sueños quizá inconfesables, Castelo de Vide surgió naturalmente. Encontraron el lugar que “se ajustaba a sus medidas”, lo negociaron y comenzó aquí el camino que después terminaría en el proyecto de la plantación de cerca de seis hectáreas de Lavanda.

La compra de la finca y las vueltas que da la vida hicieron que, después de analizar varias posibilidades de inversiones en productos tradicionales, como la cereja de S. Julião o las manzanas, un artículo del periódico les llevara a pensar que sería interesante crear una Finca Lavanda, un concepto que en países como Estados Unidos o Fran-

Para Estevão de Moura a ideia de vir para o Alentejo, não era para descansar “foi olhar para a terra e ver que ela tinha de ter uma finalidade”, foi isso que fez este casal que vive em Lisboa a aventurar-se na plantação de Alfazema.

“O principio das Quintas Alfazemas é usar as plantas para uma certa atractividade, não só usando as suas propriedades medicinais e outros da planta, mas também o efeito visual, tornando as Quintas um destino bastante agradável” disse Estevão de Moura que do sonho à realidade foi apenas um pequeno passo “começamos a estudar o que era a planta, onde é que existia, se existia em Portugal, qual a variedade mais usada em todos o mundo etc etc”.

Depois refere Estevão de Moura foi a parte técnica, como se podia fazer, quais as questões agrícolas inerentes “começamos por fazer um pequeno campo de mil e poucos metros quadrados, um campo experimental para ver como é que a planta iria reagir às condições climáticas da região”.

Concluíram então que havia condições para avançar, foi o tempo de encomendar as plantas em França, porque as quantidades que queriam não existiam em Portugal, e era “economicamente incomportável para um projecto desta natureza “refere .

Depois foi toda a preparação de um projecto consistente a apresentar ao Proder, e de contactos, procurando sempre quem mais sabia sobre o assunto, Teresa e Estevão lá foram plantando os cerca de seis hectares de terreno com 65 mil plantas.

Mas, Teresa e Estevão não se querem ficar pela plantação das alfazemas, vão ter um alambique cuja ideia é segundo o casal “destilar estas plantas com vista a obter óleos essenciais, pois este tipo de óleos têm um nicho de mercado muito atrativo.”

Apesar de segundo Estevão de Moura “o rendimento da planta ser muito baixo em termos de óleo, o importante é que a partir do óleo e da planta pode explorar-se toda a fileira ligada à alfazema”.

O alambique para além da função económica tem uma função pedagógica pois Teresa e Estevão. querem que

cia había tenido mucho éxito.

Para Estevão de Moura, la idea de venirse al Alentejo no era para descansar: “fue mirar a la tierra y saber que tenía que tener una finalidad”, y fue esto lo que hizo que esta pareja que vive en Lisboa se aventurase a plantar lavanda.

“El principio de las plantaciones de lavanda es usar las plantas para una cierta actividad, no solo usando sus propiedades medicinales y otras de la planta, sino también el efecto visual, convirtiendo las fincas en un destino bastante agradable”, dice Estevão de Moura, que del sueño a la realidad fue solo un pequeño paso: “comenzamos a estudiar solo la planta, dónde existía, si existía en Portugal, cuál era la variedad más usada en el mundo, etc, etc”.

“Después”, cuenta Estevão de Moura, “fue la parte técnica; cómo se podía hacer, cuáles eran las cuestiones agrícolas inherentes... Comenzamos por hacer un pequeño campo de mil y pocos metros cuadrados, un campo experimental, para ver cómo reaccionaría la planta ante las condiciones climatológicas de la región”.

Llegaron a la conclusión de que había condiciones para seguir adelante; fue el momento de encargar las plantas a Francia, porque las cantidades que querían no las había en Portugal, y “era económicamente incomparable para un proyecto de esta naturaleza” añade.

Después llegó la preparación de un proyecto con consistencia para presentar al Proder, y de contactos, buscando siempre a quien más supiera sobre el asunto, y allí estaban Teresa y Estevão, que fueron plantando las cerca de seis hectáreas de terreno con 65.000 plantas.

Pero Teresa y Estevão no querían quedarse solo con la plantación de lavanda, y crean también un alambique cuya idea es, según la pareja, “destilar estas plantas con vistas a obtener aceites esenciales, porque este tipo de aceites ocupan un sector del mercado muy atractivo”.

“A pesar de que el rendimiento de la planta –según Estevão- era muy bajo en cuanto al aceite, lo importante es que a partir del aceite y de la planta, puede explotarse toda lo relacionado con la lavanda”.

El alambique, además de la función económica, tiene

quem visite a Quinta veja como se faz. "A recolha da espiga e a floração que é a parte usada para o óleo fazia-se à mão ou recorrendo a máquinas", acontece que "as máquinas existentes nomeadamente em França têm uma produtividade elevada, quatro hectares por hora o que tornava economicamente inviável a aquisição de uma máquina dessas", pelo que o casal procurou e encontrou na Austrália uma máquina semi manual, ideal para a Quinta de Castelo de Vide.

Assim sendo o projecto foi ganhando forma havia já três produtos, a parte visual com o passeio onde as pessoas poderão cortar o seu próprio ramo, o óleo e um outro produto o bouquet que resultará dos ramos quer em fresco quer secos, e segundo Estevão de Moura é com os bouquet "que vamos procurar penetrar no mercado espanhol porque há uma tradição muito grande da alfazema em Espanha".

A estes três produtos junta-se outro que está em estudo e que será a produção de mel que vai entrar em fase experimental e para complementar tudo isto um quinto produto que vai ser concretizado a curto prazo e que vai dar a sustentabilidade à exploração e que é o Turismo em Espaço Rural, que não estava na ideia inicial de Teresa e Estevão

"A ideia primeira foi sempre transformar a Quinta num projecto agrícola, o turismo em Espaço Rural surge depois, porque quando se começa a olhara dimensão económica desta Quinta e face à dimensão, cerca de dez hectares de terra útil, não era possível a sustentabilidade de uma exploração deste género e assim procuramos uma actividade complementar que assegurasse a sustentabilidade. O turismo em espaço rural surgiu assim não só no caso de Castelo de Vide mas na maioria das Quintas autosustentáveis um pouco por todo o mundo como uma fonte de rendimento que permite a sustentabilidade do projecto agrícola".

Vivendo e trabalhando em Lisboa este projecto exige muito ao casal." A complexidade de montar um projecto deste tipo foi tal que decidimos que seria a Teresa a ocupar-se praticamente em exclusivo ao projecto, porque apesar da dimensão não ser muito grande é extremamente exigente nas diferentes componentes e ela hoje dedica-se praticamente em exclusivo à montagem

también una función pedagógica, porque Teresa y Estevão quieren que quien visite la finca vea cómo se hace. "La recogida de la espiga y la floración, que es la parte utilizada para el aceite, se hace a mano o con la ayuda de máquinas", lo que pasa es que las "maquinas existentes, principalmente en Francia, tienen una productividad elevada, cuatro hectáreas por hora, lo que convertía en económicamente inviable la adquisición de una máquina de esas", por lo que el matrimonio buscó y encontró, en Australia, una máquina semimanual, ideal para la finca de Castelo de Vide.

Así, el proyecto fue ganando forma; ya había tres productos: la parte visual, con el paseo, donde las personas podían cortar su propio ramo, el aceite y otro producto, el bouquet que resultará de los ramos bien frescos o bien secos, y, según Estevão de Moura, "con el bouquet es con lo que vamos a buscar entrar en el mercado español, porque hay una tradición muy grande de lavanda en España".

A estos tres productos se le une otro que está en estudio y que es la producción de miel, que entrará en fase experimental; y para completar todo esto, un quinto producto que se concretará a corto plazo y que va a dar sostenibilidad a la explotación: el Turismo Rural, que no estaba en la idea inicial de la pareja. "la idea siempre fue transformar la Quinta en un proyecto agrícola, el Turismo Rural surge después, porque cuando se comienza a ver la dimensión económica de esta finca y ante su dimensión, cerca de diez hectáreas de tierra útil, no era posible la sostenibilidad de una explotación de este género, por lo que buscamos una actividad complementaria que asegurase la sostenibilidad. El Turismo Rural surgió así no solo en el caso de Castelo de Vide, sino en la mayoría de las fincas autosostenibles un poco por todo el mundo, como una fuente de rendimiento que permite la sostenibilidad del proyecto agrícola".

Viviendo y trabajando en Lisboa, este proyecto le exige mucho al matrimonio. "La complejidad de montar un proyecto de este tipo fue tal que decidimos que sería Teresa quien se ocuparía prácticamente en exclusiva del proyecto, porque a pesar de que la dimensión no era muy grande, es extremadamente exigente en los diferentes componentes, así que ella hoy se dedica casi exclusivamente a montar el proyecto".

do projecto”.

Semana em Lisboa fim de semana a trabalhar em Castelo de Vide tem sido assim a vida de Teresa e Estevão “nós vimos praticamente todos os fins de semana., a Teresa vem no entanto mais cedo sobretudo na fase dos trabalhos agrícolas e nas montagens dos equipamentos, no inverno é menos exigente, mas na Primavera é muito exigente”

Teresa e Estevão fazem parte digamos que dos novos povoadores, dos que querem ver a terra a produzir e tirar daí rendimentos e fazem-no de uma forma diferentes apostando na diferenciação alias para Estevão de Moura “o futuro desta regiões está na diferenciação, temos conhecimento de um numero apreciável de pessoas com vontade de avançar, mas nós achamos que talvez fosse necessário que quem quiser avançar para um projecto deste tipo fizesse o seu próprio estudo e que depois em termos regionais fosse possível perceber se esta é ou não uma actividade capaz de ser potenciada na região”.

Para Estevão de Moura o objectivo é “associar o Alentejo à alfazema, fazendo um destino centrado sobre a planta sobre a sua potencialidade, isto porque há zonas na Europa em que se criaram em menos de dez anos verdadeiros destinos à volta da planta”.

E é com o mesmo olhar confiante com a mesma energia com que tinha arrancado as ervas à volta das alfazemas que Estevão olhando o horizonte e colocando-me a mão no ombro foi dizendo “ Este projecto é claramente inovador, está centrado numa ideia da exploração da terra de forma integrada e olhando à sua sustentabilidade, digo que uma Quinta como esta é o futuro.” ■

Durante la semana en Lisboa y el fin de semana trabajando en Castelo de Vide; ésta ha sido la vida de Teresa y Estevão, “nos venimos prácticamente todos los fines de semana, Teresa se viene antes, sobre todo en la fase de los trabajos agrícolas y en los montajes de quipos, en invierno es menos necesario, pero la primavera es muy exigente”.

Teresa e Estevão forman parte, digamos, de los nuevos pobladores, de los que quieren ver la tierra produciendo y sacar rendimientos de ahí y lo hacen de una forma diferente, apostando por la diferenciación, además para Estevão de Moura “el futuro de estas regiones está en la diferenciación; tenemos conocimiento de un número importante de personas con ganas de avanzar, pero nosotros pensamos que quizás fuese necesario que quien quiera ir hacia adelante con un proyecto de este tipo, debe hacer su propio estudio y que después en términos de región fuese posible entender si ésta es o no una actividad que pueda ser llevada a cabo en la región”.

Para Estevão de Moura el objetivo es asociar al Alentejo con la lavanda, haciendo un destino centrado en la planta, en su potencialidad, y esto es porque hay zonas en Europa en las que se han creado en menos de diez años verdaderos destinos alrededor de la planta.

Y con la misma mirada confiada, con la misma energía con la que había arrancado las hiervas que rodeaban las lavandas, Estevão, mirando el horizonte y colocándome la mano en el hombro, dijo: “este proyecto es claramente innovador, está centrado en una idea de la explotación de la tierra de forma integrada y mirando a su sostenibilidad; creo que una finca como ésta es el futuro” ■

Plantação de Alfazema





